





CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê saúde pública

5 Editorial

9 **Apresentação** *Fabiola Zioni*

13 **Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca** *Aylene Bousquat, Marco Akerman, Áquilas Mendes, Marília Louvison, Paulo Frazão e Paulo Capel Narvai*

27 **A importância do registro de câncer no planejamento em saúde** *Maria do Rosario Dias de Oliveira Latorre, Ana Beatriz Machado de Almeida, Beatriz Bertuzzo Möller, Tarsila Guimarães Vieira da Silva e Tatiana Natasha Toporcov*

45 **O Novo Marco Legal do Saneamento: universalização e saúde pública** *Wanderley da Silva Paganini e Miriam Moreira Bocchiglieri*

61 **Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública** *Dirce Maria Marchioni, Aline Martins de Carvalho e Betzabeth Slater Villar*

77 **À luz da diferença: responsabilidade, alteridade e a "lógica do cuidado"** *Diego Madi Dias*

textos

99 **Personagens autoritárias segundo Agatha Christie** *Jean Pierre Chauvin*

105 **Recordações revisitadas** *José de Paula Ramos Jr.*

119 **"A dança de centauras" e o legado romântico nas mãos de Francisca Júlia** *Vagner Camilo*

137 **O sonho diurno e a metáfora noturna** *Aguinaldo J. Gonçalves*

arte

148 **Se não a cura, o alívio** *Alecsandra Matias de Oliveira*

livros

171 **Relatos pandêmicos: a agonia da pandemia e o negacionismo bolsonarista** *Muriel Emídio Pessoa do Amaral*

177 **A singularidade a 24 quadros por segundo** *Silvio Demétrio*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor VAHAN AGOPYAN
Vice-reitor ANTONIO CARLOS HERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Superintendente LUIZ ROBERTO SERRANO

revistausp

Editor JURANDIR RENOVATO
Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA
Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
SILVIA SANTOS VIEIRA
Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE
Colaborador MARCOS SANTOS (fotografia)

Conselho Editorial

ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA
CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
EDUARDO VICTORIO MORETTIN
LUIZ ROBERTO SERRANO (membro nato)
FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATTO
FLÁVIA CAMARGO TONI
FRANCO MARIA LAJOLO
JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO
OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento
Gráfica CS



Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
www.usp.br/revistausp
e-mail: revisusp@usp.br

No momento em que dados estatísticos absurdamente altos de mortes e contágios e a inoperância na compra e distribuição de vacinas em âmbito nacional denunciam o fracasso do governo na condução de uma crise epidêmica cuja magnitude, na contracorrente mundial, ganha contornos cada vez mais sombrios, resta a nós, cidadãos, o consolo de saber que pelo menos algo na esfera pública caminha de mãos dadas com nossos anseios e demandas. Estou falando do Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, o qual, a despeito de toda precariedade e sucateamento a que tem sido aviltado nos últimos anos, mostrou-se (e mostra-se) comprometido e eficiente no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Este dossiê “Saúde Pública”, porém, não trata apenas da pandemia. Se ela conseguiu de algum modo obnubilar os outros problemas da saúde no país, não teve o poder de erradicá-los. O câncer, a desnutrição e a obesidade continuam existindo. Assim também as dificuldades de acesso às condições de saúde de certa parte excluída da população. Tudo isso será discutido aqui. O dossiê foi todo ele concebido e elaborado dentro da Faculdade de Saúde Pública da USP, cujo diretor, o professor Oswaldo Yoshimi Tanaka, sensível ao nosso pedido, prontamente mobilizou todos os departamentos daquela faculdade. A ele, portanto, os nossos agradecimentos, bem como à professora Fabiola Zioni, que coordenou o dossiê, e ao jornalista Marcellus William Janes, que fez a ponte entre a **Revista USP** e a FSP.

Ainda pensando a saúde e suas imbricações políticas, na seção Livros, Muriel Emídio Pessoa do Amaral, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, comenta, entre outras coisas, o negacionismo bolsonarista exposto em *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*, coletânea de relatos publicada pelo ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

E também, mas agora de forma visual, o artigo de Alecsandra Matias de Oliveira, em *Arte*, dialoga com artistas que de alguma maneira demonstraram em suas obras certo “fascínio pelos saberes do corpo humano” e assim puderam desvelar a “dimensão do humano” presente, por exemplo, na dor, na vida e na morte. A arte, como diz a autora, “pode não significar diretamente a cura para os males que se somam às doenças, crises sanitárias e pandemias, mas pode ser o alívio, o catártico e a conscientização”. E nós concordamos com ela.

Jurandir Renovato

saúde pública



Apresentação

A crise mundial provocada pela pandemia de covid-19 incentiva, mais do que nunca, a reflexão sobre políticas públicas de saúde, tanto no que diz respeito a seus objetivos e componentes técnicos, como à sua área de abrangência, universalidade e concepções éticas implícitas. Internacionalmente percebe-se uma guinada sensível no sentido de revisão da relação Estado-sociedade nas últimas décadas, destacando-se a ideia de que os efeitos de sistemas de saúde bem desenvolvidos são superiores aos seus custos financeiros.

O primeiro artigo deste dossiê, “Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca”, parte dessa percepção, apontando o papel central do Sistema Único de Saúde (SUS) no combate à epidemia. Pela primeira vez em décadas o SUS passou a ser valorizado pela opinião pública, imprensa e vários setores da sociedade. Para seus auto-

res: “Independentemente das mudanças de posições de diversos atores, um dos poucos consensos nacionais é que sem o enorme esforço dos trabalhadores do SUS a impen-sável e triste marca de mais de 250 mil óbitos notificados após um ano do primeiro caso diagnosticado com Sars-Cov-2 no Brasil seria ainda maior”. Além dessa constatação, o artigo discorre sobre a potencialidade e os limites do SUS, destacando-se a questão do financiamento em queda nos últimos anos e a conjuntura política que desequilibra e tensiona a relação entre os entes federados, impossibilitando ações conjuntas necessárias e imprescindíveis.

Ao longo deste último ano, dados epidemiológicos tornaram-se conhecidos e passaram a ocupar um lugar de destaque no espaço público. O artigo “A importância do registro de câncer no planejamento em saúde” demonstra como os dados desse registro geraram informações importantes para o planejamento e gestão no município de São Paulo, por exemplo. A análise de dados de mais de 700 mil casos de câncer registrados entre 1997 e 2017 indicou a

necessidade de alterações urgentes nos programas de prevenção de câncer na mulher e no homem, indicando faixas etárias e situações prioritárias. Entre os jovens, o registro de câncer evidencia a tendência crescente de tumores de boca relacionados ao HPV, tendência esta que, aliada a outros fatores, demonstra a necessidade de vacinação para o HPV não apenas de meninas, mas também de meninos. Analisando-se a distribuição espacial e a análise de sobrevivência, verificou-se que os programas de saúde precisam estar atentos à população que reside em locais menos favorecidos. A falta de atenção se reflete na desigualdade do acesso aos recursos de saúde, diminuindo as taxas de sobrevivência desses pacientes, moradores em áreas periféricas do município de São Paulo. Assim, desigualdade social e desigualdade em saúde são destacadas na análise epidemiológica.

Políticas públicas são condição *sine qua non* para o enfrentamento de uma pandemia, mas são também condição indispensável para o equacionamento e a superação de problemas estruturais como a falta de saneamento. O terceiro artigo, “O Novo Marco Legal do Saneamento: universalização e saúde pública”, discute o tema considerando as metas estabelecidas para a universalização, ante as demandas de atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social. Enfatiza que o saneamento deveria ter sido prioridade dos gestores públicos há muitos anos, não somente criando uma infraestrutura eficiente, mas também estabelecendo preços acessíveis para garantir a universalização. Discute a delegação dessa tarefa à iniciativa privada, o que pode denotar que o saneamento continua à margem da prioridade dos governantes.

A saúde pública define-se como um campo interdisciplinar. Tradicionalmente, no Brasil, os campos da nutrição e da saúde pública têm um lugar de destaque em termos de políticas públicas. No artigo “Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios em nutrição em saúde pública” lembra-se que o sistema alimentar global, hoje, não é sustentável e, paralelamente, o mundo enfrenta a sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Destaca-se que, para a superação dos desafios, será necessário “olhar para múltiplos atores, com a adoção ou fortalecimento de políticas públicas locais, nacionais e globais, de modo a se garantir a segurança alimentar e nutricional, a soberania e a resiliência do planeta”.

O último artigo, “À luz da diferença: responsabilidade, alteridade e a ‘lógica do cuidado’”, lança luz, a partir de marcadores sociais da diferença (“cor/raça”, etnia, classe, gênero, sexualidade, geração, território), sobre o acesso às condições de saúde como uma ocasião em que a justiça falha sistematicamente diante de determinados corpos, em certos territórios. Seu autor afirma: “Sabemos hoje, um ano após o início da pandemia do novo coronavírus, que o governo brasileiro atuou por meio de uma ‘estratégia institucional de propagação do vírus’”. Lembra ainda que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) acredita que o governo federal tenha sido o principal agente transmissor da covid-19 entre os povos indígenas. Parte da perspectiva dos povos indígenas como um lugar de “diferença”, para entender a institucionalidade do poder no Brasil como intensificação das desigualdades. Problematizando a questão da alimentação, faz uma leitura crítica da obra de Josué de

Castro, entendendo-a como “lógica da oclusão”: mesmo quando se procura incluir os indígenas em um plano nacional de gestão política da fome, essa inclusão não é suficiente para que haja justiça, porque a lógica indígena de relação com o território é não apenas desconhecida, mas também desconsiderada, obliterada. Inspirado em Denise Ferreira da Silva, transporta para a saúde pública a relação dos espaços de brilho e os espaços de obscuridade que são criados pela exploração colonial. Além da lógica da exclusão, mobilizada como explicação pela sociologia das condições sociais, a autora defende que as desigualdades são produzidas fundamentalmente pela oclusão e obliteração.

Considerando ainda as noções de vulnerabilidade social e saúde, e o pensamento crítico em relação às lógicas de cuidado, apresenta uma perspectiva que aproxima a lógica do cuidado a uma “lógica da alteridade”. Preocupado com a possibilidade de se realizar efetivamente a justiça e a vivência dos direitos humanos para os inúmeros diferentes que compõem as sociedades, propõe que se pense a prática em saúde e as políticas públicas como processo de “compensação, restituição e retomada”.

Fabiola Zioni

Faculdade de Saúde Pública/USP



Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca

Aylene Bousquat

Marco Akerman

Áquilas Mendes

Marília Louvison

Paulo Frazão

Paulo Capel Narvai

resumo

A discussão sobre as diversas formas de organizar sistemas e serviços de saúde não se restringe mais aos especialistas e passou a ocupar um espaço significativo tanto na mídia comercial e nas redes sociais quanto nas conversas do cotidiano na vigência da pandemia de covid-19. No caso brasileiro, o SUS foi objeto de constantes ataques nos últimos anos. Observa-se uma sucessão de políticas de desmantelamento associadas a um quadro de brutal desfinanciamento. Após o início da pandemia esse quadro começou a apresentar mudanças e o SUS passou a ser valorizado positivamente, registrando-se depoimentos em sua defesa, vindos de bocas e lavras nas quais jamais estiveram presentes. Nesse sentido, este artigo aponta as principais fragilidades e fortalezas do SUS tanto no enfrentamento da pandemia de covid-19, quanto na sua caminhada na direção de um sistema universal de saúde mais efetivo.

Palavras-chave: sistemas universais de saúde; SUS; covid-19; financiamento.

abstract

The discussion on the various ways of organizing health systems and services is no longer restricted to specialists. It has come to occupy a significant space both in the commercial media and social networks and in everyday conversations during the covid-19 pandemic. In the Brazilian case, SUS has been the target of constant attacks in recent years. There is a succession of decommissioning policies associated with a scenario of brutal disinvestment. After the beginning of the pandemic, this situation began to show changes. SUS started to be positively valued, registering testimonies in its defense, coming from mouths it had never been present before. In this sense, this article points out the main weaknesses and strengths of SUS both in coping with the covid-19 pandemic and in its journey towards a more effective universal health system.

Keywords: universal health systems; SUS; Covid-19; financing.

O enfrentamento da pandemia de covid-19 cobra mais do que nunca políticas sociais efetivas e amplas, como tem ficado cada vez mais claro no debate mundial (Santos, 2020; “Covid-19...”, 2020). Dentre as políticas sociais, evidentemente a política de saúde se destaca e tem sido objeto de intensos debates. A discussão sobre as diversas formas de organizar sistemas e serviços de saúde não se restringe mais aos especialistas e passou a ocupar um espaço significativo tanto na mídia comercial e nas redes sociais quanto nas conversas do cotidiano. Chama a atenção uma importante mudança do enfoque da imprensa em relação aos sistemas de saúde, especialmente aos sistemas universais. Até bem recentemente, predominavam críticas e ataques aos sistemas com essa característica, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o National Health Service (NHS)

britânico, quando o assunto era abordado. A mágica solução, quase sempre proposta para reverter a suposta ineficiência, seria a privatização. A expressão é uma espécie de panaceia que se aplica a qualquer mal, real ou fictício. A pandemia de covid-19 parece provocar a inversão dessa tendência. Surpreendentemente, as páginas dos cadernos de economia, tradicionalmente, arautos dos ajustes fiscais permanentes e da privatização, passam a afirmar que “[...] o retorno social de se ter um sistema de saúde mais adequado supera seu custo financeiro para qualquer país, independentemente de seu PIB” (Srour, 2020). Até mesmo o editorial, de 3 de abril de 2020, do *Financial Times*, uma espécie de catedral do liberalismo inglês, propugna que “[...] reformas radicais – invertendo a direção política predominante das últimas

AYLENE BOUSQUAT, MARCO AKERMAN, ÁQUILAS MENDES, MARÍLIA LOUVISON, PAULO FRAZÃO e PAULO CAPEL NARVAI são professores do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP.

quatro décadas – precisarão ser colocadas sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como passivos, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda” (“Virus Lays...”, 2020). Decerto que essas frases podem não passar de meros depoimentos oportunistas e utilitaristas frente à perplexidade do mundo diante da pandemia, mas não cabe dúvida de que assinalam o fracasso de certas políticas de austeridade fiscal e de desmontagem de direitos que marcam políticas públicas desconectadas de necessidades sociais.

No caso brasileiro, o SUS foi objeto de constantes ataques nos últimos anos. Observa-se uma sucessão de políticas de desmantelamento associadas a um quadro de brutal desfinanciamento (Giovanella et al., 2019; Mendes & Carnut, 2020a). É digno de nota que os debates sobre esses ataques passaram ao largo da opinião pública, sendo que os movimentos de defesa do SUS tinham dificuldades em romper a fronteira do chamado movimento sanitário e alcançar parcelas mais amplas da sociedade. Após o início da pandemia esse quadro começou a apresentar mudanças e o SUS passou a ser valorizado positivamente quase que diariamente, registrando-se depoimentos em sua defesa, vindos de bocas e lavras nas quais jamais estiveram presentes. Até mesmo o *Jornal Nacional* citou com destaque o artigo 196 da Constituição, que enuncia que a “saúde é um direito de todos e um dever do Estado”. Independentemente das mudanças de posições de diversos atores, um dos poucos consensos nacionais é que

sem o enorme esforço dos trabalhadores do SUS a impensável e triste marca de cerca de 250 mil óbitos notificados após um ano do primeiro caso diagnosticado com Sars-Cov-2 no Brasil seria ainda maior.

No entanto, é preciso reafirmar que a resposta brasileira, assim como a global, tem sido tímida e compreendida como “muito pouco”, “muito tarde”, na imensa maioria dos países (“Covid-19...”, 2020). As políticas mais efetivas de rastreamento e isolamento de casos e contatos associadas à diminuição drástica da circulação da população têm melhores respostas e os países que assim o fizeram têm pressionado muito menos seus serviços de saúde. Infelizmente, na maioria dos países, o foco não são as medidas coletivas e sim a tentativa de garantir apenas a atenção individual para os acometidos pelo Sars-Cov-2, buscando-se o contínuo aumento da capacidade hospitalar disponível, o que se mostra claramente insuficiente (Lowy Institute, 2021).

O enfrentamento e superação da pandemia não se resolve com abordagens individuais, são necessárias fortes ações coletivas, com planejamento amplo, incluindo planejamento e cooperação internacionais. Cada um só estará seguro quando todos os habitantes do planeta estiverem seguros. Essa constatação recoloca na ordem do dia valores como a solidariedade e a equidade, que andavam tão “esquecidos” na agenda neoliberal.

Solidariedade e equidade são a base da construção dos sistemas universais de saúde, como se dá com o nosso SUS. Exatamente por isso, ganha relevo, no atual cenário, apontar suas principais fragilidades e fortalezas no enfrentamento da pandemia de covid-19.

SISTEMAS DE SAÚDE E NECESSIDADES NO MUNDO DA COVID-19

Os sistemas universais de saúde, como os conhecemos hoje, são recentes na história e se consolidaram como tal em meados do século XX, fundamentalmente após a Segunda Guerra Mundial, tais como os do Reino Unido, da França, da Alemanha, do Canadá, da Suécia, posteriormente, da Espanha e, tardiamente, o SUS no Brasil (Giovannella et al., 2008). A função dos sistemas de saúde, genericamente, é solucionar os problemas de saúde dos indivíduos, comunidades e países e contribuir para a melhoria das condições de saúde. Os sistemas não são separados da sociedade. De um modo mais abstrato podem ser entendidos como a resposta social organizada às condições de saúde da população. No caso da pandemia de covid-19, evidentemente todos os sistemas estão submetidos a um imenso estresse, pois as sociedades cobram respostas em uma velocidade nunca demandada.

Cabe assinalar que o marco referencial para pensar qualquer política de saúde deveria ser o conceito de necessidades em saúde. Por ser carregada de valor, essa noção implica uma posição ético-política. Essa posição pode se orientar com base nos direitos humanos, em que as necessidades são aspirações ligadas ao direito social à saúde e à obrigação do Estado de assegurar o seu pleno exercício, ou pode estar subordinada à noção de responsabilização individual pela saúde, o que implica reduzir as necessidades àquilo que se manifesta como procura por serviços, e concentrar os esforços nas formas mais eficientes de alocação de recursos para responder

a essa demanda (Campos & Mishima, 2005). Nessa acepção o conceito de “saúde” é reduzido à ideia de “serviços de saúde”. Embora seja nítida a distinção entre o significado dos termos, há um propósito claro de transformar a saúde, um bem imaterial, indivisível e inapropriável (Narvai & Frazão, 2012), em algo que pode se materializar, por meio do consumo de um serviço sob as leis de mercado. O sentido último de qualquer sistema de saúde, especialmente os sistemas universais, deveria ser responder às necessidades de saúde da população, não apenas por meio de uma rede integrada de serviços estruturados dentro do setor, mas sobretudo por políticas públicas intersetoriais, subordinando os demais interesses (do mercado, dos provedores, da indústria etc.) a essas necessidades.

Assim, todos os sistemas enfrentam o desafio de equacionar as novas necessidades em saúde colocadas pela pandemia, a fim de produzir um arranjo equilibrado entre as necessidades coletivas e individuais. O que tem ficado claro nos últimos meses é que a melhor forma de equacionar essas novas necessidades passa por uma ação clara e inequívoca do Estado.

SISTEMAS UNIVERSAIS DE SAÚDE OU PLANOS DE SAÚDE?

Todos compreendem, de imediato, o adágio popular segundo o qual “está vendendo saúde” uma pessoa que aparentemente não está doente e que, além disso, demonstra estar desfrutando a vida em boas condições físicas e psicológicas. Mas há nessa expressão, consagrada pelo senso comum, algumas armadilhas, embutidas no verbo *vender* e no substantivo *saúde*.

A armadilha do “vender saúde” reside no fato de que saúde não se vende e, portanto, não se compra. É possível a alguém comprar bens relacionados com a saúde, como medicamentos e equipamentos e até mesmo cuidados de saúde, que vão de consultas a cirurgias, passando por exames complementares e curativos variados. Mas a compra não assegura saúde. Por essa razão, ninguém vende saúde para ninguém.

A cilada de “comprar saúde”, presente em situações como as de titulares de planos de saúde, consiste em que simplesmente não é possível comprar saúde, pois essa condição não resulta da mera aquisição e consumo de bens e serviços, mas de condições sociais de existência que vão muito além da sua importante dimensão biológica, como fica muito claro na pandemia. Costuma-se falar, a propósito, em “produção social da saúde”, uma vez que as condições de saúde das populações resultam, em cada território e em cada população, de complexas interações entre as características biológicas de cada indivíduo na população e o modo como se articulam e interagem conjuntos específicos de variáveis que a literatura científica convencionou denominar de “determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado” (Narvai & Frazão, 2012).

A chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil e a sua propagação pelo vasto território deram relevo dramático a esses aspectos, tirando-os de algum modo do plano teórico e dando-lhes concretude no cotidiano da vida social. Para muitas pessoas foi surpreendente constatar que não lhes bastava ter um “plano de saúde”, pouco importando se era dos mais modestos ou “VIP”, como é costume se referir aos mais caros e que incluem um maior número de

“benefícios e coberturas” (Narvai, 2011). Frente à condição social – de dimensão coletiva, portanto – de não se dispor de uma vacina durante vários meses, não haver possibilidade terapêutica medicamentosa e não se dispor de quantidade suficiente de leitos para terapia intensiva, independentemente de se tratar de hospitais públicos ou particulares, foi imperioso reconhecer que não há saídas individuais para o problema. Era simplesmente inútil ter em mãos um plano de saúde, pois não havia o que acessar. Nesse caso, mais decisivo do que ter poder aquisitivo para comprar, é crucial poder acessar. Mais: era indispensável, por se tratar de uma epidemia, que todos acessassem, pois o efeito de imunidade populacional é adquirido em processo sanitário complexo, que torna a soma 1 + 1 muito maior do que 2, seu resultado matemático.

A pandemia de covid-19 e o seu enfrentamento no Brasil e em outros países impuseram o reconhecimento de que a saúde é uma condição que, em populações e indivíduos, corresponde a muito mais do que não ter alguma doença, pois não se esgota em um corpo, quando estão envolvidos vírus, bactérias e outros microrganismos. Embora esse fato tenha um robusto fundamento em conhecimentos científicos, é bem difícil sua aceitação por parte de pessoas que não admitem restrições, senão as determinadas pela lei, do pleno exercício de sua autonomia e liberdade de ir, vir e agir, preservando ao máximo a expressão das individualidades. Tais pessoas simplesmente não se reconhecem como parte de um conjunto que é afetado pelo que ocorre com cada um que o integra, pois têm muitas dificuldades para compreender e, sobretudo, aceitar que nessas situações há um efeito

de grupo, coletivo portanto, que transcende o que ocorre com cada membro do grupo, tomado individualmente.

Frente a uma epidemia com as características da pandemia da covid-19, emergiu com força gigantesca a necessidade de planejar e executar estratégias sanitárias que, pondo em primeiro plano a proteção coletiva, implicaram restrições, fundamentadas em conhecimentos científicos, à livre movimentação de indivíduos e à ação de agentes econômicos. Mas essa necessidade não foi admitida pelo governo federal brasileiro, que, durante todo o desenrolar do período pandêmico, adotou uma postura anticientífica e negacionista da gravidade sanitária.

Em nome da saúde pública, com base na ciência, e tendo em vista as características do sistema de saúde, era preciso renunciar a parte das liberdades de ir, vir e agir. Não foi, nunca é, fácil aceitar isto. A proteção sanitária de todos colidiu frontalmente com a ideologia liberal, segundo a qual nada nos indivíduos pode estar subordinado ao interesse público. Ainda que esse interesse se refira ao controle sanitário de uma pandemia.

Ademais, ao descortinar as desigualdades, a pandemia de covid-19 pressiona por respostas mais equânimes das políticas sociais e de saúde. O reconhecimento dos determinantes sociais indica a necessidade de redesenhar a prestação de serviços de saúde, com igualdade e justiça social. Em uma análise de competência estrutural dos sistemas de saúde é fundamental reconhecer que saúde e doença são do campo da política e que, sem fortalecer as redes sociais e apoiar as comunidades, não se produzirá equidade estrutural, necessária para reduzir desigualdades e vulnerabilidades (Metzler, Maybank & Maio, 2020).

O BRASIL CONTA COM O SUS, MAS O GOVERNO FEDERAL NÃO O QUER

Desde sua criação, pela Constituição de 1988, o SUS vem desenvolvendo sua institucionalização em consonância com os princípios e diretrizes inscritos na Carta Magna. Nesses mais de 30 anos o sistema criou um modelo de governança no contexto federativo continental brasileiro capaz de compatibilizar a “participação da comunidade”, por meio de conselhos e conferências de saúde, com a gestão descentralizada, instituindo comissões intergestoras que reúnem dirigentes do SUS dos níveis federal, estadual e municipal e financiamento tripartite que onera os orçamentos da União, estados e municípios, nos termos da lei, respeitando-se a autonomia que a Constituição assegura aos entes federativos. Consagrou-se, nessas instâncias de governança, um *modus operandi* que implica tomar decisões que dizem respeito ao sistema como um todo, com base no princípio do consenso, assentado em evidências científicas. O modelo de governança, republicano e democrático, vem inspirando o delineamento de outros sistemas nacionais, como os de segurança pública e de assistência social. Segundo esse modelo, os entes federativos dispõem de autonomia, exercendo as competências que a Constituição lhes atribui. Assim, cabe ao governo federal comandar o SUS em nível nacional, o que implica planejar, coordenar, executar e avaliar ações e operações que dizem respeito ao país. Tal é o caso do enfrentamento de epidemias e pandemias.

Porém, contrariando esse modelo de governança, cuja tessitura supõe respeito mútuo e práticas democráticas, o governo

federal vem implementando uma estratégia própria, conflitante com as adotadas pela maioria dos demais entes federativos, que vem sendo considerada uma política deliberada de não enfrentar a pandemia (Brum, 2021). Inversamente ao que seria desejado, observa-se uma descoordenação nacional, que fratura o pacto federativo (Narvai, 2020). Em um regime de escassez de solidariedade, a autonomia dos entes federativos prevaleceu, muitas vezes em regime de competição, reforçando as desigualdades estruturais.

Por outro lado, como visto em outros momentos de crise no SUS, muita invenção foi realizada e a produção do cuidado em redes de atenção nos territórios foi potencializada e articulada com a vigilância e com os serviços de Atenção Básica. Cabe considerar ainda o fortalecimento do papel das instâncias estaduais no momento da pandemia, exercendo coordenação na organização da informação, vigilância e vacinação, bem como na distribuição da oferta de leitos de UTI por meio das centrais reguladoras estaduais de urgência e emergência.

Sem dúvida, uma das estratégias mais bem-avaliadas e com bons resultados do SUS foi a ampliação das equipes de Atenção Básica, com priorização da Estratégia Saúde da Família. Esse *locus* é essencial para o enfrentamento da pandemia especialmente por seus atributos de responsabilidade territorial, orientação comunitária e sua forte capilaridade em todo o território nacional, ou seja, todos os elementos para uma abordagem comunitária de vigilância da saúde estão presentes (Medina et al., 2020). Mais do que nunca, faz-se necessária a articulação do individual com o coletivo, a atuação integrada no âmbito

das unidades de saúde com os territórios, a comunidade e seus equipamentos sociais. É importante que a reorganização do processo de trabalho na APS no contexto da epidemia se faça de modo a preservar os seus atributos de acesso, longitudinalidade, coordenação do cuidado, abordagem familiar e abordagem comunitária. A continuidade do cuidado às condições crônicas tem ocorrido especialmente nesses serviços, que precisam também manter os cuidados à gestação e à primeira infância e ainda dar respostas ao crescente aumento da demanda em saúde mental e usuários com sequelas da covid-19. Ademais, é necessário manter o apoio social aos grupos vulneráveis, ao mesmo tempo em que se garantem as condições de proteção dos trabalhadores e da população.

Por outro lado, a pandemia amplificou as importantes desigualdades no acesso, cobertura e utilização de serviços de média e alta complexidade presentes no país na atenção à saúde das condições crônicas, especialmente no acesso à atenção especializada e hospitalar no SUS (Tanaka et al., 2019). Na pandemia, a hegemonia do atendimento de urgência ficou evidenciada com a centralidade dos prontos atendimentos e a priorização da garantia de leitos. A consequente redução dos atendimentos eletivos inviabiliza as filas de espera para as especialidades, uma situação que pode se agravar cada vez mais e que será mais um grande desafio para o sistema de saúde brasileiro. O princípio da integralidade no SUS é constantemente desafiado no sentido da produção das linhas de cuidado em redes e, de alguma forma, o SUS tem acúmulos que possibilitaram a rápida organização de fluxos e protocolos de aten-

dimento nos vários pontos de atenção da rede. O adoecimento dos trabalhadores e a sobrecarga exercida no sistema de saúde são uma realidade que só tem se agravado.

Outro ponto que precisa ser destacado no cenário das políticas de saúde são as importantes questões de promoção à saúde partindo do conceito ampliado de saúde: “como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo” (Brasil, 2014). As ações interseccionais, colocando na agenda a sustentabilidade, fortalecendo a participação social e o comprometimento da equidade, são estratégias centrais para o enfrentamento da pandemia. São também fundamentais o empoderamento e a participação social na implementação das medidas de saúde pública, o que pode ser feito através da disseminação de informação válida e adequada, culturalmente apropriada, abordando todos os aspectos de interface com a covid-19, não só em termos de proteção individual, mas principalmente no aumento da resistência coletiva. As experiências nas comunidades do Morro do Alemão (RJ) e de Paraisópolis (SP) são alguns dos inúmeros e exitosos exemplos de articulação entre as equipes do SUS e a população organizada.

Para além dos recursos de atenção à saúde de que o SUS dispõe para enfrentar a pandemia, é necessário também alocar recursos financeiros, suficientes e seguros. Mas essa não tem sido a prática de financiamento do SUS por parte do governo federal, ao longo de sua história. Não obstante, esse quadro está sendo ainda mais agravado no contexto da crise sanitária com a magnitude da covid-19. Quando se compara o enfrentamento dos países ao coronavírus, o Brasil revela-se como uma

experiência muito particular, pois a chegada da pandemia encontrou o SUS combatido e sentindo os efeitos dos recorrentes embates por seu financiamento adequado. O sistema já dava sinais fortes de diminuição de sua sustentabilidade financeira, perdida ao longo de suas três décadas de existência, configurando o cenário de subfinanciamento, causado principalmente pela perda crescente de recursos federais. Duas evidências (Mendes & Funcia, 2016) contribuem para caracterizar esse subfinanciamento: a) o gasto do Ministério da Saúde com ações e serviços públicos em saúde permaneceu no patamar de 1,7% do PIB entre 1995 e 2019, não sendo alterado nesse período; e b) se o artigo 55 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal fosse aplicado, 30% dos recursos da Seguridade Social deveriam ser destinados à saúde, mas isso nunca foi feito. Em 2019, o Orçamento da Seguridade Social (OSS) foi de R\$ 750,1 bilhões, sendo que se destinados 30% à saúde, considerando os gastos do governo federal, esse valor corresponderia a cerca de R\$ 225 bilhões. Porém, a dotação do Ministério da Saúde foi de R\$ 122,3 bilhões em 2019, com uma diferença de R\$ 102,7 bilhões a menos, correspondendo a apenas 16,5% do OSS (Mendes & Carnut, 2020a). Em três décadas o SUS perdeu o equivalente à metade dos recursos financeiros federais de que dispunha quando foi criado.

Além desse subfinanciamento crônico do SUS, o país passou a experimentar um processo de desfinanciamento do seu sistema universal de saúde desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95), que congelou o gasto público por 20 anos – uma severa medida de austeri-

dade fiscal, sem precedentes no mundo. A partir dessa EC 95, o gasto do Ministério da Saúde foi congelado em 15% da receita corrente líquida do governo federal de 2017, a ser atualizado anualmente tão somente pela variação do índice inflacionário IPCA/IBGE, até 2036. Para se ter a dimensão da magnitude dessa medida, a perda de recursos desde 2018 até 2020 alcançou o patamar de R\$ 22,5 bilhões (Mendes & Carnut, 2020b).

Assim, se, antes mesmo da crise sanitária do coronavírus, o investimento em gasto público em saúde estivesse acontecendo sem as interdições realizadas em seu orçamento federal, o SUS poderia ter ampliada a sua capacidade instalada para o enfrentamento da pandemia. Contudo, quando a pandemia de covid-19 chegou oficialmente ao Brasil, com o primeiro caso confirmado em fevereiro de 2020, o SUS já estava debilitado pelos 32 anos de subfinanciamento que lhe vem sendo imposto pela ordem neoliberal. Esse quadro desalentador foi agravado ainda mais nos últimos três anos pelo franco desfinanciamento derivado da EC 95/2016.

Durante 2020, o primeiro ano da pandemia, o gasto para o seu enfrentamento foi baixo, correspondendo a apenas R\$ 37,6 bilhões (valores liquidados), sendo 30,4% do total do orçamento do Ministério da Saúde para 2020, assim distribuídos: 22,2% para Transferências para Estados/DF; 58,5% para Transferências para os Municípios; 15,0% para aplicação direta pelo MS; e 4,3% para Transferência ao Exterior (Conselho Nacional de Saúde, 2020a).

A proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2021, em plena continuidade e ascensão da pandemia, foi reduzida para

o valor do piso federal calculado pela regra da EC 95, sendo suspensa apenas para 2020. Na prática, isso significa que, para 2021, o valor está mais de R\$ 40 bilhões menor que o de 2020, não incluindo o último crédito extraordinário aberto, no valor de R\$ 20 bilhões, para as vacinas nos últimos dias do ano (Funcia, 2021). Nesse contexto, o Ministério da Saúde contará com bem menos recursos do que em 2020 e anos anteriores, para responder às necessidades de saúde da população, não restritas apenas ao enfrentamento da covid-19. Quando o Congresso Nacional aprovar o orçamento federal (o que não ocorrera até o final de fevereiro de 2021), ao Ministério da Saúde caberá R\$ 123,8 bilhões, montante inferior ao de 2020 (R\$ 125,2 bilhões). Nesse quadro de escassos recursos orçamentários, o Conselho Nacional de Saúde aprovou que o valor mínimo para a saúde para o orçamento de 2021 deveria ser de R\$ 168,7 bilhões, de acordo com a petição pública “O SUS merece mais em 2021” (Conselho Nacional de Saúde, 2020b).

Os recursos cronicamente insuficientes destinados ao SUS, diminuídos ainda mais para o enfrentamento dessa grave crise sanitária, no contexto de uma crise econômica global de longa depressão que atinge o mundo, incluindo o Brasil (Roberts, 2016), motivam indignação em praticamente toda a sociedade brasileira, com a óbvia exceção dos apoiadores incondicionais do governo federal e de sua política ultraliberal. É necessário que a saúde das brasileiras e brasileiros seja tratada com o devido respeito que seres humanos merecem, dignos de uma vida que deve ser valorizada e posta acima dos lucros crescentes de capitalistas, cuja concentração

da riqueza global não para de aumentar, em escala planetária.

DENTRE MUITOS, OS DESAFIOS MAIS URGENTES DO SUS

São muitos os desafios postos ao SUS neste momento, e todos parecem urgentes. Vão da definição dos modelos assistenciais aos padrões de gestão, passando pelo aprimoramento dos sistemas de informação em saúde e a inexistência de uma carreira nacional, interfederativa, multiprofissional para os profissionais do sistema, dentre vários outros. Esses desafios são crônicos, mas foram agudizados pela pandemia de covid-19, que exigiu reinvenção e inovação quase instantâneas do SUS, especialmente na conexão, capilaridade e integração dos serviços e ações de saúde. Por outro lado, e não por acaso, no momento de ampliar a cobertura dos serviços de saúde para responder ao aumento da demanda imposta pela pandemia, alternativas privadas foram utilizadas em diversos estados, expressando propostas de empresariamento e inclusão de lógicas mercantis nos serviços de saúde. Em diversos desses casos foram comuns a indicação de superfaturamento e baixa qualidade dos serviços. A mercantilização por dentro e por fora do sistema de saúde, com indícios de ampliação dos processos de privatização ao longo da pandemia, precisa ser monitorada e denunciada, principalmente quando coloca em risco a vida das pessoas e a capacidade do Estado em responder às necessidades da população, como o ocorrido com alguns hospitais de campanha.

Reduzir desigualdades e vulnerabilidades e ampliar o conceito de saúde foram e con-

tinuam sendo a aposta do sistema universal de saúde no Brasil. E, nesse sentido, o SUS precisa ser fortalecido e respeitado como patrimônio da sociedade brasileira. Uma resposta efetiva à pandemia só é possível com o SUS produzindo e distribuindo vacinas, monitorando a transmissão da doença e o uso dos serviços e, acima de tudo, cuidando das pessoas na medida de suas necessidades. É preciso um Estado, uma política pública, um sistema de saúde universal, que salve vidas de maneira igualitária, reconhecido como um importante recurso no enfrentamento da pandemia, onde “todas as vidas importam”. O princípio da universalidade do SUS, que fez do nosso sistema de saúde um dos poucos triunfos neste momento, deve continuar resistindo, como vem fazendo bravamente desde sua criação.

Vale lembrar que os atributos desejáveis para a resiliência dos sistemas de saúde (Fridell et al., 2020) se relacionam a um financiamento adequado, boas redes de serviços de saúde, bom desempenho da força de trabalho, bons sistemas de informação, acesso equitativo a tecnologias em saúde, e, acima de tudo, com fortes sistemas de liderança, coordenação, governança e regulação. O enfrentamento da pandemia no Brasil tem explicitado importante fragilidade na coordenação e no processo regulatório, principalmente do governo federal, no sentido da defesa do interesse da sociedade, tanto na regulação do sistema de saúde, considerando a regulamentação legal necessária ao enfrentamento da pandemia, como na regulação assistencial, com a garantia do acesso ao cuidado necessário. Este inclui distanciamento, máscaras, álcool em gel, monitoramento, testes diagnósticos, exames, consultas de acompanhamento, leitos

e leitos de UTI quando necessário e, com a garantia de trabalhadores da saúde capacitados e protegidos, medicamentos e oxigênio para que funcionem adequadamente. O planejamento e a gestão dos sistemas e serviços de saúde precisam estar alinhados a essas necessidades e se responsabilizar pela sua pronta resposta.

Não obstante tantas carências e urgências, é preciso reconhecer o caráter de emergência de dotar o SUS de mais recursos e da estabilidade do seu financiamento. Além disso, é necessário definir, em processo democrático que envolva amplos setores da sociedade brasileira, um plano estratégico para recuperar as perdas que foram impostas ao sistema nas últimas décadas, com o objetivo de colocar o nível de alocação pelo menos no patamar equivalente ao que o SUS tinha quando foi criado em 1988. Mas é igualmente urgente assegurar a manutenção das vinculações orçamentárias em todos os entes federativos, pois o SUS não pode, para cumprir sua missão constitucional, contar apenas com a dedicação dos profissionais que lhe dão vida no

cotidiano das unidades e serviços públicos de saúde, à custa de baixíssimos salários e de ambientes laborais degradados e sem equipamentos e instalações adequados. Para enfrentar a pandemia em 2021 e as consequências dela decorrentes para os próximos anos, é indispensável que o governo federal recupere financeiramente, o mais breve possível, o nosso sistema universal de saúde, cessando as restrições impostas à sua capacidade de cumprir plenamente seus princípios e diretrizes constitucionais e que estão levando ao seu desfinanciamento. Além disso, em parceria com instituições científicas e respeitando estados e municípios como entes federativos autônomos, deve redefinir democraticamente a estratégia nacional para enfrentamento da pandemia, pois a crise sanitária que ela provoca não pode ser combatida sem o fortalecimento do SUS, que, mesmo com recursos insuficientes, vem obtendo resultados muito significativos, salvando a vida de milhares de brasileiros. Nosso sistema universal de saúde, nosso SUS é, por essa razão, agora mais necessário do que nunca.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 2.446/2014, de 11/11/2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). *DOU*, 13/11/2014. Seção 1, pp. 68-70.
- BRUM, E. "Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma 'estratégia institucional de propagação do coronavírus'". *El País Brasil*, janeiro/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>.
- CAMPOS, C. M. S.; MISHIMA, S. M. (2005). "Necessidades de saúde pela voz da sociedade civil e do Estado". *Cadernos de Saúde Pública*, 21(4). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2005000400029>.
- CNS – Conselho Nacional de Saúde. *Boletim Cofin*, vol. 21, 2020a Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/cofin/boletim/Boletim_2020_1221_Tab1-4_Graf1_ate_20_RB-FF-CO_OK-DIVULGAR_x.pdf.
- CNS – Conselho Nacional de Saúde. Petição Pública: "O SUS merece mais em 2021! CNS reivindica manutenção de piso emergencial no valor de R\$ 168,7 bilhões". *Site do CNS*, 6/8/2020b. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1297-peticao-publica-voce-vai-deixar-o-sus-perder-mais-r-35-bilhoes-em-2021>.
- "COVID-19: too little, too late?". *The Lancet*, vol. 395, 2020.
- FRIDELL, M. et al. "Health system resilience: what are we talking about? A scoping review mapping characteristics and keywords". *International Journal of Health Policy and Management*, 9 (1).
- FUNCIA, F. R. "Tragédia de saúde de Manaus: mais uma consequência do desfinanciamento do SUS e pelo descaso com o direito à vida pelo governo brasileiro". *Domingueira*, janeiro/2021. Disponível em: <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-01-janeiro-2021#a0>.
- GIOVANELLA, L. et al. "Médicos pelo Brasil: caminho para a privatização da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde?". *Cadernos de Saúde Pública*, 35(10), 2019.
- GIOVANELLA, L. et al. *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Fiocruz/Cebes, 2008.
- LOWY INSTITUTE. "Covid Performance Index. Deconstructing Pandemic Responses website, 2021". Disponível em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance>.
- MEDINA, M. G. et al. "Atenção primária à saúde em tempos de covid-19: o que fazer?". *Cadernos de Saúde Pública*, 36(8), 2020.
- MENDES, A.; CARNUT, L. "Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento". *SER Social*, 22, pp. 9-32, 2020a.
- MENDES, A.; CARNUT, L. "Crise do capital, Estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 57, pp. 174-210, 2020b.
- MENDES, A.; Funcia, F. R. "O SUS e seu financiamento", in *Sistema de saúde no Brasil: organização e financiamento*. Brasília, Abres/MS/Opas, 2016, pp. 139-68.
- METZL, J. M.; MAYBANK, A.; MAIO, F. "Responding to the covid-19 pandemic: the need for a structurally competent health care system". *Jama – Journal of the American Medical Association*, vol. 324, 2020, pp. 231-2.

- NARVAI, P. C. "Grevistas do Maracanã e dupla porta do SUS". Idisa – Instituto de Direito Sanitário Aplicado, *website*, 2011. Disponível em: <http://idisa.org.br/img/File/NarvaiPC-GrevistasMaracanaDuplaPortaSUS.pdf>.
- NARVAI, P. C. "Terraplanismo epidemiológico". *A Terra É Redonda*, 16/3/2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/terraplanismo-epidemiologico/>.
- NARVAI, P. C.; Frazão, P. "Práticas de saúde pública" in A. A. Rocha; C. L. G. Cesar; H. Ribeiro (orgs.). *Saúde pública: bases conceituais*. 2ª ed. São Paulo, Atheneu, 2012, pp. 307-35.
- ROBERTS, M. *The long depression: how it happened, why it happened, and what happens next*. Chicago, Haymarket Books, 2016.
- SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra, Almedina, 2020.
- SROUR, S. "Prudência com as políticas públicas". *Folha de S. Paulo*, 15/7/2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/solange-sroure/2020/07/prudencia-com-as-politicas-publicas.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newscolumnista.
- TANAKA, O. Y. et al. "Hipertensão arterial como condição traçadora para avaliação do acesso na atenção à saúde". *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(3), 2019.
- "VIRUS LAYS bare the frailty of the social contract". *Financial Times*, 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca>.



A importância do registro de câncer no planejamento em saúde

Maria do Rosario Dias de Oliveira Latorre

Ana Beatriz Machado de Almeida

Beatriz Bertuzzo Möller

Tarsila Guimarães Vieira da Silva

Tatiana Natasha Toporcov

resumo

Os Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP) são sistemas de informação em câncer que coletam dados sobre todos os casos novos de câncer de uma área geográfica definida, através de um processo contínuo e sistemático de coleta. São úteis para a vigilância epidemiológica, no acompanhamento de grupos ocupacionais específicos ou coortes de indivíduos expostos a agentes cancerígenos e para o planejamento de políticas públicas e avaliação de serviços de saúde. Neste texto, utilizaram-se dados do Registro de Câncer de Base Populacional de São Paulo para exemplificar algumas informações úteis para o planejamento e gestão no município de São Paulo.

Palavras-chave: registros de câncer; vigilância epidemiológica; planejamento e gestão.

abstract

Population-Based Cancer Registries (RCBP) are cancer information systems that collect data on all new cancer cases within a defined geographic area through a continuous and systematic collection process. They are useful for epidemiological surveillance, monitoring specific occupational groups or cohorts of individuals exposed to carcinogens, and planning public policies and evaluating health services. In this text, data from the Population-Based Cancer Registry of São Paulo were used to exemplify some useful information for planning and management in the city of São Paulo.

Keywords: *cancer records; epidemiological surveillance; planning and management.*



Os estudos epidemiológicos descritivos são utilizados para analisar a magnitude do câncer – neste trabalho, em específico, o câncer é a doença de interesse – segundo as suas diversas localizações, em diferentes grupos populacionais, dando uma dimensão global do problema. São, então, base para gerar hipóteses sobre a sua etiologia através das comparações espaciais e/ou temporais dos coeficientes de incidência e de mortalidade. Essas hipóteses podem ser testadas em estudos epidemiológicos analíticos ou experimentais.

As estatísticas de morbidade são produzidas pelos registros de câncer, que podem ser de base populacional ou hospitalar. O Registro Hospitalar de Câncer (RHC) coleta todos os casos de câncer de um hospital específico, ou seja, não existe uma base populacional nas análises, mas se refere ao público atendido na instituição, independentemente de sua procedência. O principal objetivo é avaliar

o cuidado clínico e fornecer dados para a administração do hospital.

O Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP) coleta informações sobre todos os casos novos de câncer de uma área geográfica definida, através de um processo contínuo e sistemático de coleta, sendo, assim, um sistema de informações sobre câncer. Fornece dados de incidência, segundo localização, sexo, idade, raça e outros, corrige os dados de mortalidade por residência, e estimativas de probabilidade de sobrevivência segundo localização do tumor, sexo e idade. São úteis para a vigilância epidemiológica,

MARIA DO ROSARIO DIAS DE OLIVEIRA LATORRE e TATIANA NATASHA TOPORCOV

são professoras do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP.

ANA BEATRIZ MACHADO DE ALMEIDA e TARSILA GUIMARÃES VIEIRA DA SILVA

são doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da FSP/USP.

BEATRIZ BERTUZZO MÖLLER

é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da FSP/USP.

no acompanhamento de grupos ocupacionais específicos ou coortes de indivíduos expostos a agentes cancerígenos e para o planejamento de políticas públicas e avaliação de serviços de saúde.

A partir dos dados de incidência, é possível obter coeficientes para cada uma das localizações de câncer, segundo variáveis importantes do ponto de vista de distribuição da doença. Esse coeficiente é definido como o número de casos novos dividido pela população do meio do período, em determinada área, multiplicado por uma base que, no caso de câncer, geralmente, é 100 mil (no caso de câncer na infância a base é 1 milhão). Ao compararem-se áreas com estruturas etárias diferentes, ou analisar tendências dentro de uma mesma área durante um período em que, possivelmente, ocorreram mudanças na distribuição etária da população, deve-se trabalhar não com os coeficientes brutos (conforme definido anteriormente), porém com os coeficientes padronizados por idade. Para o cálculo dos coeficientes padronizados escolhe-se uma população de referência (para comparações internacionais recomenda-se a população mundial de 1960) e se estima qual será o coeficiente de incidência para a população-padrão se ela estivesse submetida aos coeficientes idade-específicos da(s) população(ões) de estudo (Parkin et al., 1991).

A história da implantação dos RCBP é longa. A primeira tentativa foi feita em Londres, em 1728, mas não teve continuidade, devido às dificuldades encontradas e pouca aplicabilidade dos dados. Em 1899, Katz coordenou um inquérito populacional em Hamburgo, na Alemanha, e, a seguir, outra pesquisa em todo o país, enviando questionários para todos os médicos, publicando, em 1900, a prevalência do câncer na

Alemanha. Isso motivou que outros países europeus, como Holanda, Espanha, Portugal, Hungria, Suécia, Dinamarca, Islândia e Inglaterra, também fizessem tentativas de conhecer a real prevalência do câncer em seus países. A primeira experiência de fazer um RCBP com coleta contínua de informações foi feita em Massachusetts (Estados Unidos) em 1927 e as dificuldades em se estabelecer um RCBP eram tantas que, em 1930, foi sugerido, nos Estados Unidos, que o câncer passasse a ser uma doença de notificação compulsória. Somente a partir da década de 40 é que foram estabelecidos os RCBP com as características conhecidas hoje. Esses registros eram todos europeus (algumas cidades ou países), americanos (diversas cidades), canadenses (regiões ou províncias) ou da antiga União Soviética. Em 1950, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estruturou quais orientações seriam necessárias para a implantação dos registros de câncer e, em 1965, instituiu a Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (Iarc) como seu centro especializado de pesquisas (Jensen et al., 1991).

Durante a década de 60 a Iarc publicou dois anuários internacionais que produziram as primeiras coletâneas mundiais de dados sobre o câncer. Na primeira, o dr. Mitsuo Segi reuniu dados de mortalidade de 24 países, apresentando os coeficientes ajustados por idade (Instituto Nacional de Câncer, 2020). Para tanto propôs uma população chamada mundial, que nada mais é do que um *pool* de populações de 46 países – não significando ter uma distribuição etária idêntica à população do mundo. No segundo, em 1966, Sir Richard Doll, Peter Payne e John Waterhouse analisaram os dados sobre a incidência de 32 RCBP (refe-

rentes a 29 países). A Agência Internacional para Pesquisa em Câncer coordenou esses anuários e é responsável pela publicação da série *Cancer Incidence in Five Continents*. Nessas publicações são apresentados os coeficientes de incidência de RCBP de diversos países, segundo região anatômica do tumor, sexo e idade. A publicação de Sir Richard Doll e colaboradores foi a primeira da série, que se encontra em seu décimo primeiro volume. Nesse último volume são apresentados dados de incidência de 343 RCBP, referentes a 65 países, com dados de 2008 a 2012. Em todos os volumes da série *Cancer Incidence in Five Continents*, a população-padrão utilizada é a proposta por Segi em 1960, que é a recomendada quando se deseja fazer comparações internacionais. Os dados podem ser encontrados no site da Iarc (<https://www.iarc.who.int>).

Na América do Norte, redes de registros de câncer são responsáveis pela contínua vigilância epidemiológica na ocorrência de neoplasias. O Canadá, por exemplo, dispõe de cobertura completa, com virtualmente 100% de sua população sendo servida pelos registros provinciais. Já nos Estados Unidos, país de população dez vezes maior, os dados de incidência são coletados, desde 1973, pelo programa governamental Surveillance, Epidemiology and End Results (Seer). Esse programa recebe informações de vários registros de câncer de base populacional, que cobrem, aproximadamente, 35% da população americana, e faz estimativas da incidência para o país como um todo. Esses dados podem ser encontrados no site <https://seer.cancer.gov>.

Em 1990, a União Europeia fundou o Eurocare (European Cancer Registry-based Study of Cancer Patients' Survival and Care), cujos principais objetivos são padronizar as

informações e verificar se havia diferenças entre as taxas de sobrevida nos diversos países da Europa. Observaram que as taxas de sobrevida eram semelhantes naqueles países onde tratamentos mais efetivos estavam disponíveis; porém, as probabilidades de sobrevida eram muito diferentes naqueles tumores que dependiam de diagnóstico precoce, como mama, estômago e cólon. Eles trabalharam com população-padrão europeia e cada RCBP teve suas próprias publicações de incidência e mortalidade (<https://www.eurocare.org>).

Atualmente, existem mais de 400 Registros de Câncer de Base Populacional no mundo. No Brasil, os primeiros a serem criados foram os de Recife e São Paulo, seguidos por Goiânia, Belém, Fortaleza, Porto Alegre e Campinas. Segundo informações do Instituto Nacional de Câncer, no Brasil, existem em atividade 32 Registros de Câncer de Base Populacional, sendo quatro em fase de implantação (Quadro 1) e 308 Registros Hospitalares de Câncer. Pelo fato de os RCBP brasileiros não serem representativos da população, não é possível se conhecer a incidência de câncer para o país como um todo: apenas são feitas estimativas. Os dados brasileiros podem ser encontrados no site do Inca (<https://www.inca.gov.br/assuntos/iarc>).

O REGISTRO DE CÂNCER DE BASE POPULACIONAL DE SÃO PAULO (RCBP-SP)

O RCBP-SP iniciou suas atividades, oficialmente, em 1º/1/1969 e tem, atualmente, a base de dados consolidada de 1997 a 2017. Está localizado junto ao Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública

QUADRO 1

Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP)
no Brasil, segundo estados brasileiros, 2020

Estados	Localização	Situação
Acre	Acre	Implantação
Alagoas	Maceió	Ativo
Amapá	Amapá	Implantação
Amazonas	Manaus	Ativo
Bahia	Salvador	Ativo
Ceará	Fortaleza	Ativo
Espírito Santo	Grande Vitória	Ativo
Goiás	Goiânia	Ativo
Maranhão	São Luís	Implantação
Mato Grosso	Cuiabá	Ativo
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Ativo
Minas Gerais	Belo Horizonte	Ativo
Minas Gerais	Poços de Caldas	Ativo
Pará	Belém	Ativo
Paraíba	João Pessoa	Ativo
Paraná	Curitiba	Ativo
Pernambuco	Recife	Ativo
Piauí	Teresina	Ativo
Rio de Janeiro	Angra dos Reis	Ativo
Rio Grande do Norte	Natal	Ativo
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Ativo
Rondônia	Rondônia	Ativo
Roraima	Roraima	Implantação
Santa Catarina	Florianópolis	Ativo
São Paulo	Barretos	Ativo
São Paulo	Campinas	Ativo
São Paulo	Jaú	Ativo
São Paulo	Santos	Ativo
São Paulo	São Paulo	Ativo
Sergipe	Aracaju	Ativo
Tocantins	Palmas	Ativo
Distrito Federal	Distrito Federal	Ativo

Fonte: Inca (Instituto Nacional de Câncer), 2020

da Universidade de São Paulo e tem financiamento da Secretaria Municipal de Saúde e do Ministério da Saúde. O site do RCBP-SP está no endereço www.fsp.usp.br/rgcsp, onde poderão ser vistas suas publicações e outros detalhes. Neste trabalho serão utilizados os dados do RCBP-SP para exemplificar como utilizá-los no planejamento e gestão em saúde. No banco de dados do RCBP-SP são registrados todos os casos novos de neoplasias malignas, tumores intracranianos e intraespinhais (sistema nervoso) e lesões clinicamente diagnosticadas como malignas, mesmo sem confirmação histológica. Os meios utilizados como bases de diagnósticos são exames clínicos, de imagem, macroscópicos, no ato cirúrgico, citológicos, histológicos e autópsias.

UTILIZAÇÃO DO RCBP NO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E NO MONITORAMENTO

Como fazer o planejamento e/ou o monitoramento dos serviços de saúde? O RCBP é uma importante fonte de dados que pode ser vital na produção de informações sobre o câncer, que ajudarão a identificar as taxas de incidência e mortalidade e, por conseguinte, irão ancorar a decisão mais resolutiva para realizar ações de mitigação desses dados. São várias as informações úteis. Por exemplo, o número de casos novos fornece a magnitude do problema e, se for feita a análise espacial dos casos, permite planejar a distribuição dos serviços e dos profissionais da área, assim como a compreensão geográfica das taxas e quais ações devem ser realizadas salvaguardando a característica de cada local, assim como os respectivos

níveis de complexidade das ações em saúde. Ainda nesta análise, é possível realizar a comparação das taxas de incidência e de mortalidade entre diferentes áreas geográficas, o que permite levantar hipóteses sobre fatores de risco a que as populações estão expostas. A análise das tendências temporais permite avaliar o comportamento da doença e/ou a implantação de programas de prevenção em qualquer nível, incluindo programas de *screening*. Finalmente, a análise das taxas de sobrevida permite um acompanhamento indireto dos pacientes, desde o seu diagnóstico, e a comparação delas com outras áreas geográficas permite verificar se essas taxas estão dentro – ou não – do que é observado nos países mais desenvolvidos. Esse é um dado importante, visto que acompanhar populações já diagnosticadas com determinado tipo de câncer (seja em tratamento ou livres da doença) deve ser encarado como a linha final na trajetória de monitoramento de dados. Qualquer impacto, mitigador ou não, gerado nos dados dessas análises pode ser um reflexo de ações realizadas ou não na cadeia de eventos anteriores à ocorrência da doença.

São esses exemplos que serão apresentados a seguir.

QUAL A MAGNITUDE DO CÂNCER NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO?

O RCBP-SP conta com 280 estabelecimentos de saúde como fontes notificadoras de dados, sendo 34 hospitais estaduais, 24 hospitais municipais, um hospital federal, 95 hospitais privados, 26 laboratórios, 23 clínicas e centros de saúde e 77 clínicas de repouso. Entre 1997 e 2017 foram noti-

ficados 705.084 casos de câncer no município de São Paulo, sendo a maioria do sexo feminino (Figura 1), com tendência de aumento nos casos nesse período, em ambos os sexos (Figura 2).

A idade variou de 0 a 105 anos, com média de 59,3 anos (dp=17,1 anos), com mediana de 61 anos. Pela Figura 3, observa-se que os coeficientes de incidência femininos são semelhantes aos masculinos até os 19 anos. A partir dessa idade, a incidência feminina é maior, chegando ao ponto máximo na faixa etária dos 40 aos 50 anos, quando passa a diminuir. Já no sexo masculino, as taxas de incidência são menores, mas atingem um pico na faixa etária de 60 a 69 anos. Isso demonstra que os programas de prevenção do câncer na mulher devem focar todas as

mulheres em idade reprodutiva e não somente aquelas com mais de 35 anos, como prevê a legislação dos princípios e diretrizes da política nacional de atenção integral à saúde da mulher desde 2004 (http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf e http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/control_cancer_colo_uterio_mama.pdf).

Na Tabela 1 estão relacionadas as neoplasias malignas mais incidentes segundo localização para o sexo masculino, no período de 1997 a 2019. O câncer de próstata foi a localização com maior número de registros (24,3%), seguido de 10,9% de outras neoplasias malignas da pele (excluindo-se os carcinomas basocelulares – CBC) e da traqueia, brônquios e pulmões, com 6,7%. Isso demonstra que o planejamento de saúde dos

FIGURA 1

Distribuição de casos de câncer notificados pelo Registro de Câncer de Base Populacional de São Paulo segundo sexo. Município de São Paulo, 1997-2019

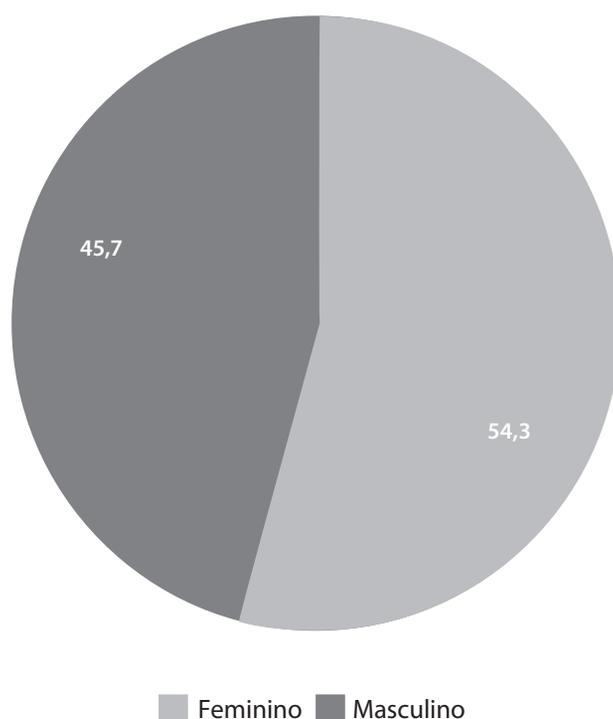
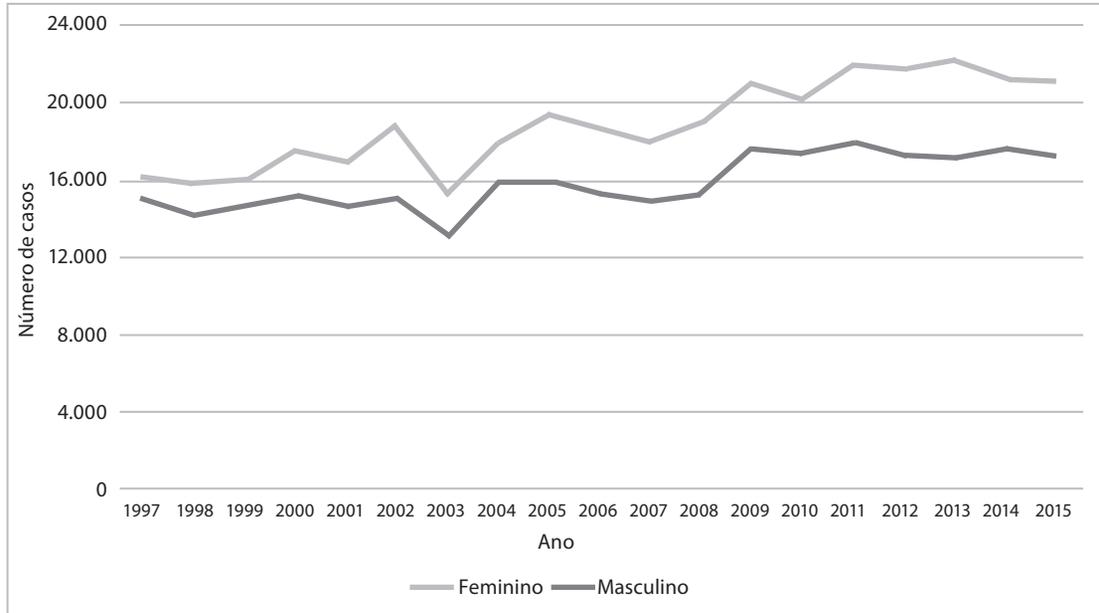


FIGURA 2

Incidência de casos de câncer segundo sexo e ano. Município de São Paulo, 1997-2015*.



*Foram considerados somente os anos com base de dados consolidada

FIGURA 3

Número de casos de câncer segundo sexo e faixa etária. Município de São Paulo, 1997-2019

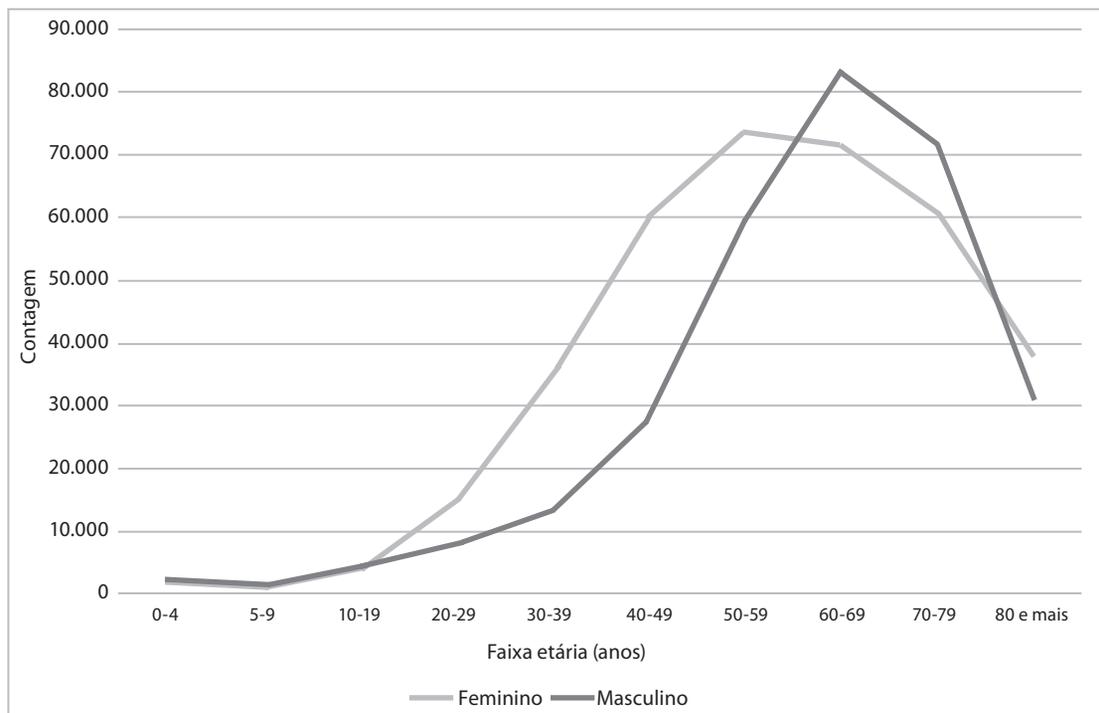


TABELA 1

Proporção de casos (%) no sexo masculino segundo localização.
Município de São Paulo, 1997-2019

MASCULINO	%
(C61) Próstata	24,3
(C44) Outras neoplasias malignas da pele	10,9
(C33-34) Traqueia, brônquios e pulmões	6,7
(C16) Estômago	6,2
(C18) Cólon	5,7
(C67) Bexiga	4,2
(C19-20) Reto	3,9
(C82-85, C96) Linfoma não Hodgkin	3,1
(C64) Rim	2,2
(C73) Glândula tireoide	2,2
Outras localizações	30,6
TOTAL	100

homens deve focar nos mais velhos, com programas de prevenção de câncer de próstata.

Para o sexo feminino, no mesmo período, o câncer de mama é a localização com maior número de registros (28%), seguido de 9,1% de outras neoplasias malignas da pele (excluindo-se os carcinomas basocelulares – CBC) e colo do útero com 7,9% (Tabela 2). Os programas de saúde da mulher devem estar atentos às mulheres jovens para diagnosticar e tratar precocemente os cânceres de mama e colo do útero.

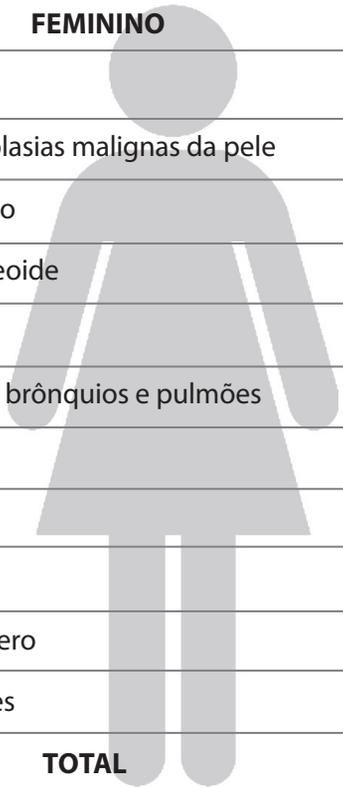
O tabagismo é o principal fator de risco para alguns tipos de câncer e, por isso, as políticas de controle de tabagismo devem continuar. A atual política, que vem sendo

implantada há cerca de duas décadas, tem sido efetiva, pois observa-se que diversos cânceres relacionados ao tabaco têm diminuído tanto no sexo masculino (Figura 4), quanto no sexo feminino (Figura 5).

Segundo o relatório “Epidemia mundial do tabaco” lançado pela OMS em 2019, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a alcançar o mais alto nível das seis medidas MPOWER: 1. Monitorar o uso de tabaco; 2. Aumentar os impostos sobre o tabaco; 3. Fazer cumprir proibições publicitárias, promoções e patrocínios; 4. Advertir sobre o perigo do uso do tabaco; 5. Oferecer ajuda quanto à intenção de parar de fumar; e 6. Proteger a população quanto

TABELA 2

Proporção de casos (%) no sexo feminino segundo localização.
Município de São Paulo, 1997-2019



FEMININO	%
(C50) Mama	27,9
(C44) Outras neoplasias malignas da pele	9,8
(C53) Colo do útero	8
(C73) Glândula tireoide	7,9
(C18) Cólon	5,7
(C33-34) Traqueia, brônquios e pulmões	3,6
(C16) Estômago	3,5
(C19-20) Reto	3,3
(C56) Ovário	2,9
(C54) Corpo do útero	2,7
Outras localizações	24,7
TOTAL	100

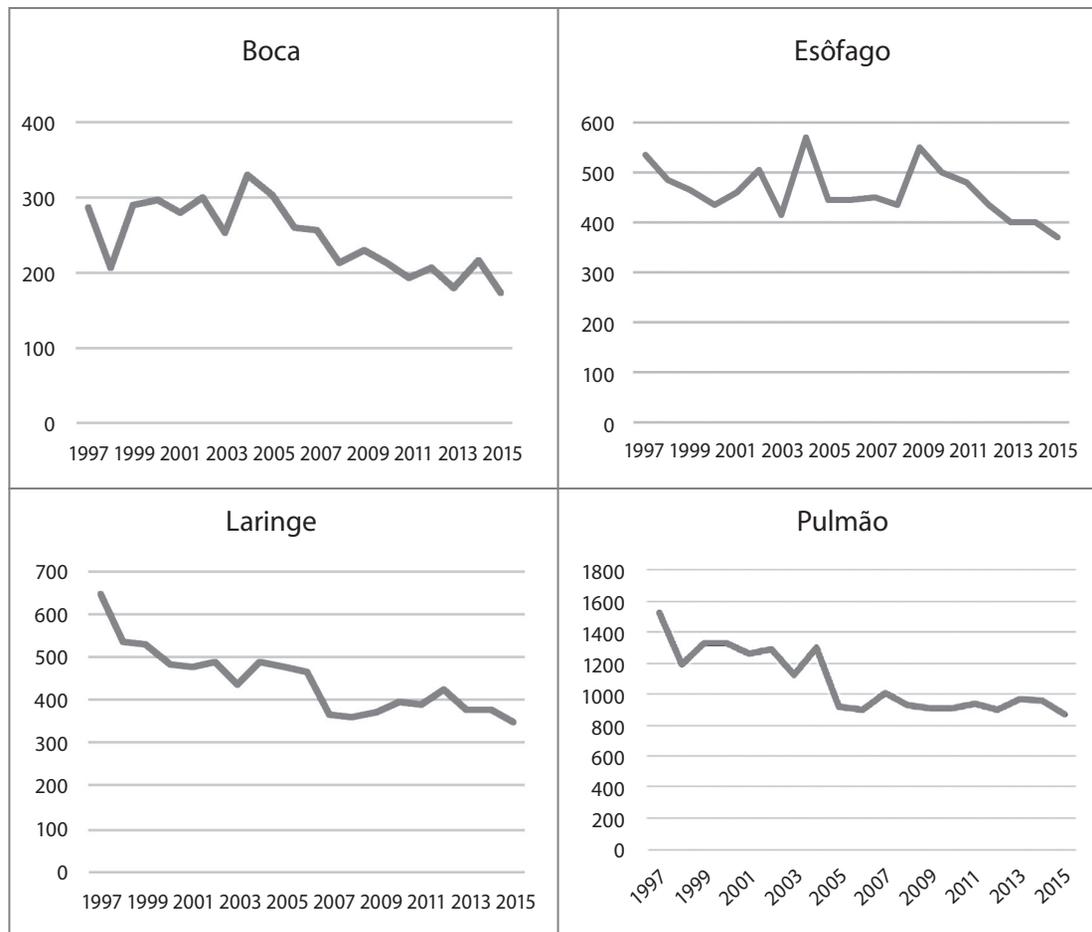
à exposição à fumaça do tabaco. Desde que começou a monitorar o tabagismo, em 2006, o Brasil conseguiu reduzir em 40% o número de fumantes, graças a constante vigilância, prevenção e oferta de serviços dadas pelo Sistema Único de Saúde (<https://portal.fiocruz.br/noticia/relatorio-da-oms-sobre-tabaco-destaca-brasil>).

Um fenômeno interessante ocorre com o câncer de tireoide, que vem aumentando nos últimos anos, em ambos os sexos (Figura 6). Diversos lugares no mundo têm reportado aumento na incidência do câncer de tireoide, enquanto que a mortalidade tem permanecido estável e, em poucos lugares, um padrão decrescente. O que será que está

ocorrendo? Alguns autores referem que há aumento da detecção dos casos em estágio subclínico e, talvez, não fosse necessária a detecção precoce do câncer, pois as taxas de mortalidade permanecem sem alteração. Por outro lado, alguns autores referem que há aumento real dos casos, principalmente com o uso crescente de tomografia computadorizada e mamografia. Atualmente, recomenda-se que o paciente use protetor na tireoide na realização desses exames. É importante que haja um protocolo de orientação para a solicitação de exame e biópsia, por parte do Ministério da Saúde, para evitar intervenções desnecessárias e custosas, que podem trazer efeitos colaterais.

FIGURA 4

Número de casos de câncer em homens, segundo ano. Município de São Paulo, 1997-2015



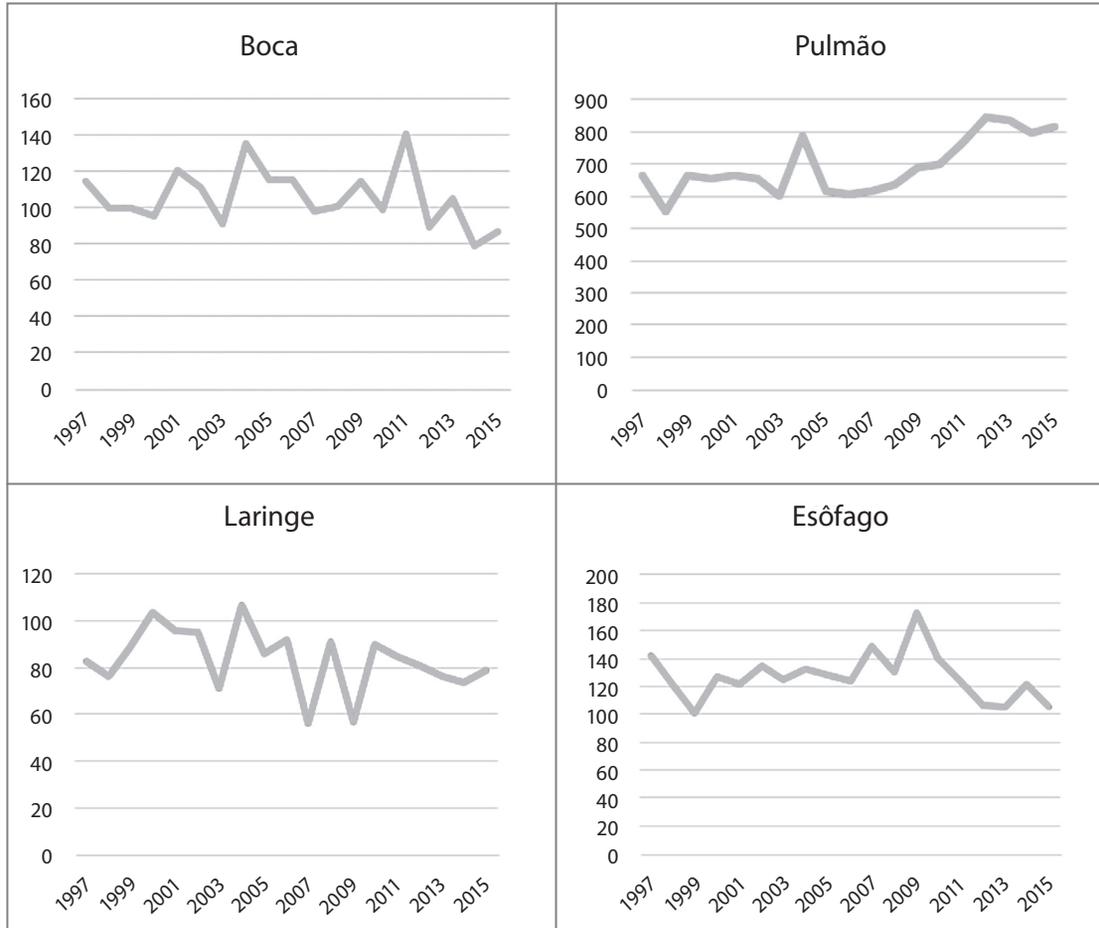
O CÂNCER DE MAMA: TENDÊNCIAS E ANÁLISE ESPACIAL

O câncer de mama é o mais incidente entre as mulheres residentes no município de São Paulo. Observa-se (Figura 6) que se inicia em idades bem precoces e esse fato é de relevância para o planejamento de programas de saúde da mulher, pois, atualmente, a recomendação do MS é que o SUS oferte mamografia apenas para mulheres entre 35 anos e 75 anos (<http://bvsmms.saude.gov.br/>

[bvs/publicacoes/control_cancer_colo_uterio_mama.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/control_cancer_colo_uterio_mama.pdf)). E como é para as mulheres mais jovens? Verifica-se que a tendência do câncer de mama é decrescente nas mulheres com mais de 50 anos, mas crescente nas mulheres entre 20 e 29 anos (Figura 7). Os programas de saúde precisam estar atentos a essa população. A falta de atenção reflete na desigualdade no acesso aos recursos de saúde. A Figura 8 mostra que as maiores taxas de incidência se concentram nas regiões com nível socioeconômico melhor, mas a mortalidade se espalha pela periferia.

FIGURA 5

Número de casos de câncer em mulheres, segundo ano. Município de São Paulo, 1997-2015



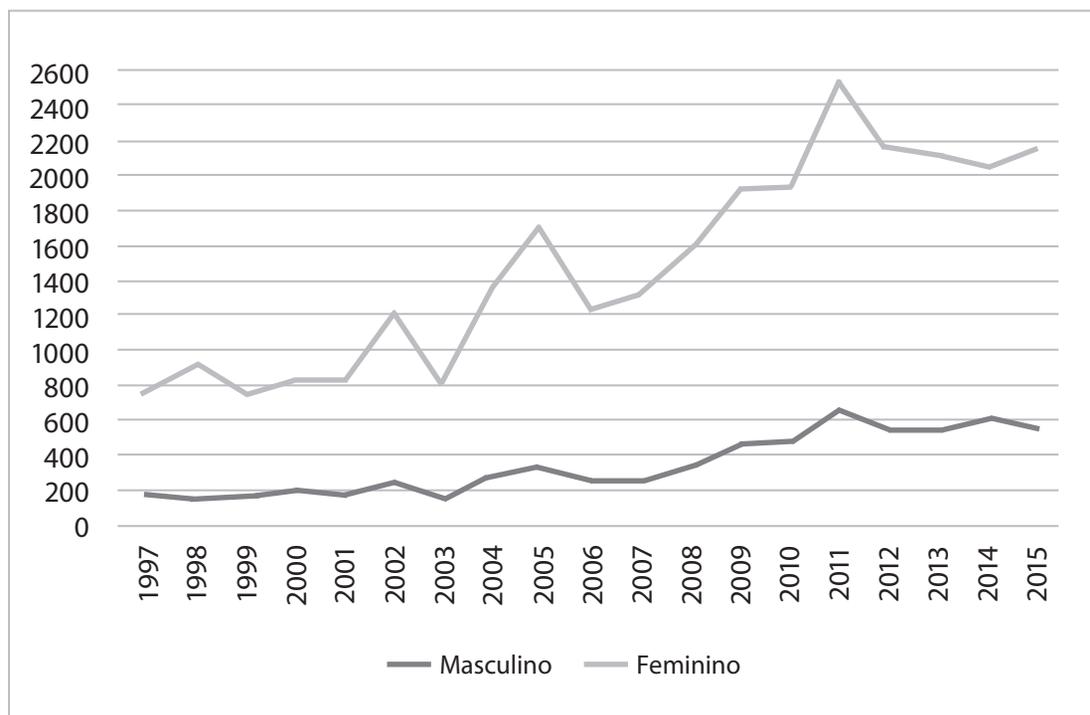
O CÂNCER DE BOCA E OROFARINGE EM SÍTIOS ANATÔMICOS RELACIONADOS E NÃO RELACIONADOS AO HPV

Os tumores HPV positivos em orofaringe apresentam perfil diferente dos outros tumores da cabeça e do pescoço: são mais incidentes em jovens com menor carga tabágica e melhor condição socioeconômica. Em todo o mundo, embora se verifique tendência de

redução nos tumores de boca não relacionados ao HPV, ainda permanece tendência crescente em localizações relacionadas ao HPV na cabeça e pescoço (frequentemente chamados de tumores de orofaringe). Os estudos populacionais comparando países desenvolvidos e em desenvolvimento são escassos, mas uma pesquisa que utilizou dados de alguns centros de tratamento mostrou que a positividade para HPV em orofaringe teve forte variação geográfica (60% nos EUA, 31% na Europa e 4% em São Paulo). Uma vez que a avaliação de

FIGURA 6

Número de casos de câncer de tireoide, segundo sexo e ano.
Município de São Paulo, 1997-2015



HPV não é feita de rotina em todos os centros paulistas, os dados de tendência do RBPC podem ser utilizados como *proxy* para verificar o possível efeito do HPV na incidência do câncer na população. O que se verifica são tendências crescentes nas populações jovens, em anos mais recentes, nos tumores em localizações relacionadas ao HPV, em contraste com a redução na incidência entre populações acima de 40 anos e com tumores em localizações da boca não relacionadas ao HPV. Tal achado indica, para os serviços de saúde, a necessidade de vacinação para o HPV não apenas de meninas, mas também de meninos, para a redução também desses tumores e consequente supressão dessas tendências crescentes.

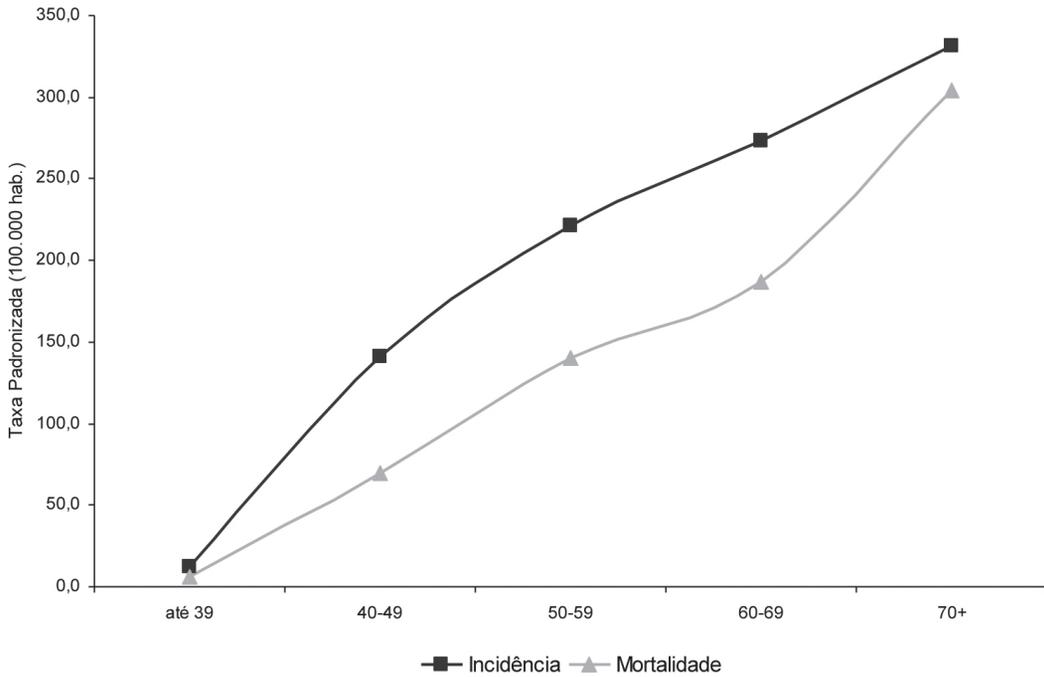
Na Figura 9, são apresentadas as tendências do câncer de boca e orofaringe em homens e mulheres segundo a relação dos sítios anatômicos com HPV. Nota-se que as tendências são crescentes nas faixas etárias mais jovens e nascidas em anos mais recentes para ambos os sexos apenas para os tumores em localizações anatômicas.

A AVALIAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE PACIENTES COM CÂNCER PELO SERVIÇO DE SAÚDE

O RBPC dispõe de dados sobre o primeiro diagnóstico dos pacientes no serviço de saúde, independentemente de em qual nível de atenção ele foi realizado. Esse dado

FIGURA 7

Coefficientes padronizados de incidência e mortalidade (ASR) de câncer de mama, segundo faixa etária. São Paulo, 1997 a 2011



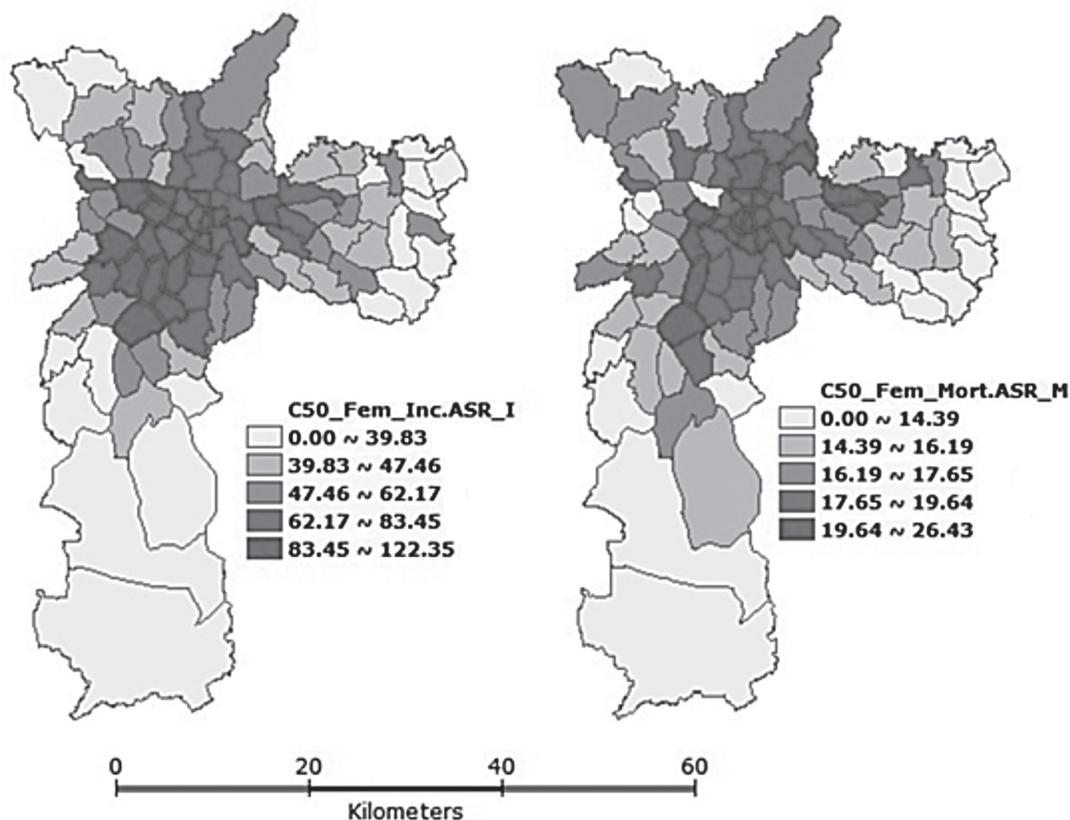
		Até 39	40-49	50-59	60-69	70+	TX. BRUTA	ASR
Câncer de mama	INCIDÊNCIA	12,3	141,3	221,0	273,0	331,5	86,4	75,5
	MORTALIDADE	5,8	69,6	140,1	187,2	304,4	53,3	48,8

é fundamental na avaliação da resolutividade do serviço de saúde para a oferta de diagnóstico e tratamento em tempo oportuno, por meio da avaliação da trajetória dos sujeitos. Recentemente, um *linkage* entre os dados do RCBP e dados de pacientes internados em centros de referência no estado de São Paulo foi utilizado para verificar as trajetórias dos pacientes dentro dos serviços de saúde. Encontrou-se três diferentes trajetórias desde os primeiros sintomas até o início do tratamento, que impactaram no tempo que os pacientes levaram para iniciar o tratamento. Os pacientes com duas

biópsias (a primeira antes da entrada no hospital e uma segunda no hospital) tiveram que esperar em média 53 dias a mais para iniciar o tratamento (desde o início dos sintomas) em relação àqueles que foram submetidos a apenas uma biópsia já no hospital, sem diagnóstico histopatológico prévio. Esse é mais um exemplo de como os RCBP têm dados fundamentais não apenas para a vigilância do câncer na população, mas também para a avaliação da organização do serviço de saúde e proposição de protocolos cada vez mais efetivos de encaminhamento dos usuários.

FIGURA 8

Análise espacial do câncer de mama feminina no município de São Paulo



A ANÁLISE DA SOBREVIDA

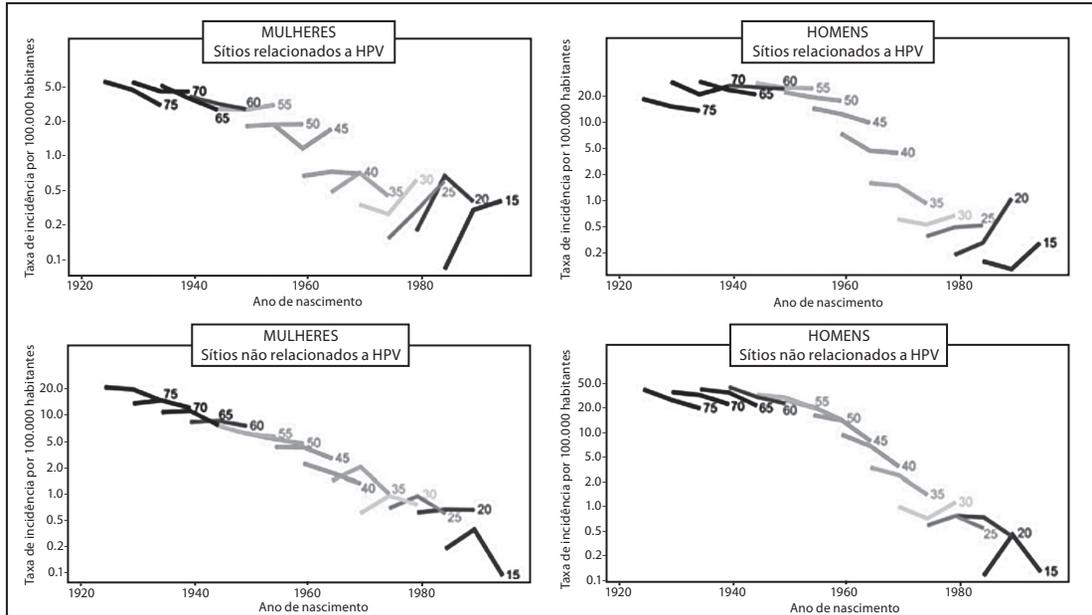
As taxas de sobrevivência do câncer, no município de São Paulo (MSP), são sempre inferiores às dos países desenvolvidos e, dentro do município, as melhores taxas são de pessoas residentes na zona oeste e as piores, nas zonas sul e leste. A taxa de sobrevivência pelo câncer de próstata é de 85% no MSP, enquanto que, nos Estados Unidos, esse é o valor da década de 80. Atualmente, as taxas, nos EUA, são de 97% para negros e acima de 99% para a população branca. Já na Inglaterra as taxas de sobrevivência por

câncer de próstata são de 94% para um ano e 83,2% para cinco anos (<https://www.cancerresearchuk.org/health-professional/cancer-statistics/survival/common-cancers-compared#heading-Onehttps://ourworldindata.org/cancer#cancer-survival-rates>).

Para o câncer de mama feminina, a taxa para o MSP é de 79,5%, enquanto que, nos EUA, em 2008, essa taxa já era de 90,6%. Para o câncer de cólon e reto, a taxa de sobrevivência é de 58,7%, no município de São Paulo, valor esse, comparado ao câncer diagnosticado em estágio 3, nos EUA.

A taxa de sobrevivência por leucemia, em crianças, foi de 66%. Essa taxa ainda é

Gráficos de tendência do câncer de boca e orofaringe em sítios anatômicos relacionados ou não ao HPV



baixa quando comparada a países como Estados Unidos e Canadá, nos quais, no mesmo período, as taxas de sobrevivência relativa em cinco anos foram de 87,7% e 90,6%, respectivamente. Igualmente na Europa, no mesmo período, as maiores e menores taxas de sobrevivência relativa em cinco anos, respectivamente, foram encontradas na Alemanha (91,8%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paciente com câncer, no MSP, tende a buscar tratamento onde o acesso é mais fácil, em vez de procurar unidades cadastradas como Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), devido à falta de clara referência ou de serviços especializados. A análise de atendimentos por local de residência mostra aspecto heterogêneo e,

por vezes, um deslocamento incoerente em razão de grande concentração de Cacons em determinada Regional de Saúde e outras com poucos ou nenhum. Apesar de existir a Portaria 3.535 de 1998, que, através do Ministério da Saúde, regulamenta a assistência oncológica, estabelecendo critérios para cadastramentos desses centros de atendimento, oferecendo assistência integrada e especializada a pacientes com câncer, existem ainda barreiras em relação ao acesso que precisam ser transpostas para que reflitam em aumento das taxas de sobrevivência.

Estas análises foram realizadas utilizando-se apenas os dados do RCBP-SP, e são exemplos de como a gestão, no caso, na área de oncologia, pode ser avaliada e planejada, a exemplo do que é feito nos países mais desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- BERRINO, F. et al. "Interpreting survival differences and trends". *Tumori*, 83,1997, pp. 9-16.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes*. Brasília, Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Controle dos cânceres do colo do útero e da mama*. Brasília, Ministério da Saúde, 2006.
- BRAY, F. et al. (eds.). *Cancer Incidence in Five Continents*, vol. XI. IARC Scientific Publication, no. 166. Lyon, International Agency for Research on Cancer, 2021. Available from: <https://publications.iarc.fr/597>. Licence: CC BY-NC-ND 3.0 IGO.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER José Alencar Gomes da Silva. *Magnitude do câncer no Brasil: incidência, mortalidade e tendências*. Rio de Janeiro, Inca, 2020a.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER José Alencar Gomes da Silva. *Perfil da assistência oncológica no Brasil entre 2012 e 2016*. Rio de Janeiro, Inca, 2020b.
- JENSEN, O. M.; Storm H. H. "Purposes and uses of cancer registration", in O. M. Jensen et al. *Cancer Registration: Principles and Methods*, n. 95. Lyon, 1991, pp. 7-21.
- MIRRA, A. P.; LATORRE, M. R. D. O.; VENEZIANO, D. B. *Incidência de câncer no município de São Paulo, Brasil: 1997-1998 e mortalidade por câncer no município de São Paulo, Brasil: tendência no período de 1969 a 1998*. São Paulo, Registro de Câncer de São Paulo, 2001.
- PARKIN D. M. et al. *World Health Organization. International Agency for Research on Cancer and International Association of Cancer Registries. Cancer Incidence in Five Continents*. Lyon, IARC, 1997, v. 8 (IARC Scientific Publications, 155).
- PARKIN, D. M.; SANGHVI, L. D. "Cancer registration in developing countries", in O. M. Jensen et al. *Cancer Registration: Principles and Methods*, n. 95. Lyon, 1991, pp. 185-98.
- WAGNER, G. "History of cancer registration", in O. M. Jensen et al. *Cancer Registration: Principles and Methods*, n. 95. Lyon, 1991, pp. 3-6.
- YOUNG J. L. "The hospital-based cancer registry", in O. M. Jensen et al. *Cancer Registration: Principles and Methods*, n. 95. Lyon, 1991, pp. 177-84.



O Novo Marco Legal do Saneamento: universalização e saúde pública

Wanderley da Silva Paganini

Miriam Moreira Bocchiglieri

resumo

O texto discute aspectos do Novo Marco Legal do Saneamento, considerando as metas estabelecidas para a universalização ante as demandas de atendimento com serviços de saneamento das populações em situação de vulnerabilidade social, que residem em aglomerados subnormais e áreas irregulares. Enfatiza que, sendo o saneamento um grande vetor de saúde, deveria ter sido prioridade dos gestores públicos há muitos anos, não somente com a infraestrutura, mas com preços acessíveis para garantir a universalização. Discute a delegação dessa tarefa à iniciativa privada, o que pode denotar que o saneamento continua à margem da prioridade dos governantes.

Palavras-chave: saneamento; aglomerados subnormais; populações vulneráveis; universalização do saneamento.

abstract

The text discusses aspects of the New Sanitation Legal Framework, considering the goals established for universalization in view of the demands of providing sanitation services to populations in situations of social vulnerability who live in subnormal agglomerates and irregular areas. It emphasizes that, since sanitation is a major vector of health, it should have been a priority for public managers for many years, not only with infrastructure but with affordable prices to ensure universal access. It discusses the delegation of this task to the private sector, which may denote that sanitation remains outside the government's priority.

Keywords: *sanitation; subnormal agglomerates; vulnerable populations; universal sanitation.*

A

Lei nº 14.026, sancionada em 15 de julho de 2020, atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico, instituído no ano de 2007 pela Lei nº 11.445, a “Lei do Saneamento”, que tem como principal finalidade o estabelecimento de diretrizes nacionais para o saneamento básico. A partir da incorporação das alterações advindas da Lei nº 14.026/2020, estabeleceu-se o chamado “Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil”.

O Novo Marco alterou dispositivos fundamentais de sete leis que regulavam o saneamento no país, constituindo a intervenção mais radical já realizada no setor desde o Plano Nacional de Saneamento (Planasa) em 1970 (Souza, 2020).

O texto da lei afeta questões relacionadas à titularidade pelos serviços, que poderá ser exercida pelos municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; pelo Estado, em conjunto com os municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais

integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, no caso de interesse comum, entre outros.

O Novo Marco estabelece a possibilidade da criação de blocos de referência para a prestação regionalizada dos serviços, assim como a obrigatoriedade da conexão pelos usuários à rede pública disponibilizada, e os critérios relacionados ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes dos serviços prestados e da manutenção da infraestrutura. Também menciona que a agência reguladora deverá instituir regras para que empreendedores imobiliários façam investimentos em redes de água e esgoto, considerando as condições em que haverá ressarcimento futuro por parte da concessionária, bem como os casos de interesse restrito do empreendedor imobiliário, situação

WANDERLEY DA SILVA PAGANINI é professor associado do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP.

MIRIAM MOREIRA BOCCHIGLIERI é doutora em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP e engenheira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

para a qual não haverá ressarcimento. Dentre tantos aspectos importantes, aborda também a questão primordial que é o atendimento com saneamento às áreas carentes e a gratuidade dos serviços.

O Novo Marco Legal estabelece metas para a universalização que garantam o atendimento até 31 de dezembro de 2033 de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos. Estabelece, ainda, metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

Essas metas estavam contempladas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plan-sab) desde 2013, aprovado pelo Decreto nº 8.141 de 20 de novembro de 2013, elaborado a partir da lei de diretrizes nacionais para o saneamento básico – Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu, entre outros, que o plano deveria conter os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização.

O Novo Marco também deu nova redação ao conceito de universalização, definida como a ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, em todos os serviços: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário, incluídos o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

OS ÍNDICES DE ATENDIMENTO DO SANEAMENTO NO BRASIL

De acordo com estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o

país ainda apresenta acentuadas diferenças em relação à oferta dos serviços de saneamento, especialmente quando se comparam os índices alcançados por estados e municípios. Em face dessas desigualdades, o atendimento à demanda por saneamento constitui um grande desafio da atualidade, posto ao Estado e à sociedade em geral (MPOG, 2011).

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), publicada em 2020, apresenta os dados relativos ao ano de 2017, e aponta que quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país. Destaca que mais de 90% dos municípios da Região Sudeste possuíam acesso aos serviços de abastecimento e coleta de esgotos desde 1989, salientando que a Região Norte veio a atingir o mesmo índice de 16,2% quase 30 anos depois, em 2017 (Agência IBGE de Notícias, 2020).

As desigualdades são enormes. Os níveis de atendimento em saneamento podem variar em mais de 60% quando comparados os índices entre os estados do país, o que é um alerta em relação à universalização, pois além das características regionais bastante distintas, que são determinantes quanto aos tipos de solução de saneamento a serem empregados, os níveis de investimentos necessários também vão apresentar diferenças significativas.

O *Atlas do Saneamento* (MPOG, 2011) menciona que os índices de saneamento têm a capacidade de refletir o “estilo de desenvolvimento dominante em um dado território”. Afirma também, que o direito ao saneamento se confunde cada vez mais com o direito ao meio ambiente e à qualidade de vida, tornando-se “um dos indicadores mais sensíveis do grau de organização da sociedade civil em busca do acesso à cidadania

e da própria diminuição das desigualdades existentes na sociedade brasileira”.

Sistemas de abastecimento de água

O diagnóstico dos serviços de água e esgotos (MDR, 2020a) aponta que o índice de atendimento total de água com rede pública de abastecimento em 2019 atingiu 83,7%, que corresponde a uma população de 170.804.516 habitantes, sendo que, destes, 162,2 milhões correspondem à população urbana. Vale lembrar que essa média é perversa, pois considera números baixíssimos na Região Norte, e números relativamente altos nas outras

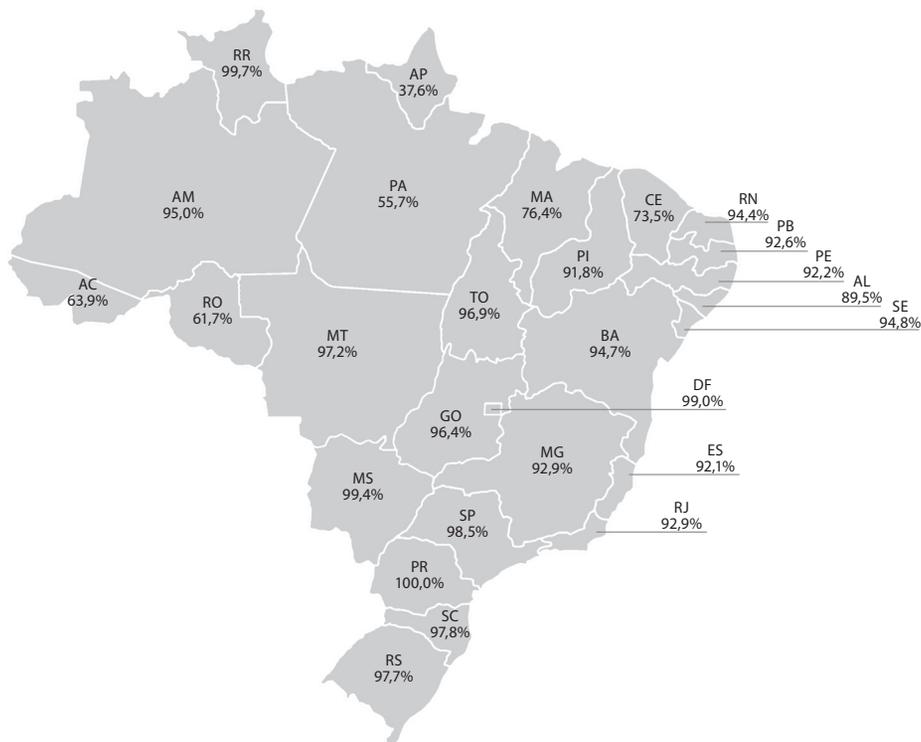
regiões, portanto, essa média esconde um grande problema de saúde pública.

É importante destacar que o SNIS realiza coletas anuais de informações declaradas por prestadores de serviços de saneamento básico de todo o país, por meio de plataformas digitais. Por essa razão os índices apontados pelo SNIS não coincidem com os dados do IBGE, e, além disso, as datas-base dos levantamentos também não são as mesmas. Entretanto, a situação fática não muda, e o panorama do saneamento no Brasil está retratado de forma clara pelos levantamentos realizados por essas instituições.

A Figura 1 apresenta os índices de atendimento urbano com rede de água por estado referentes ao ano de 2019.

FIGURA 1

Índices de atendimento urbano com rede de água por estado (% por estado, em 2019)



Fonte: Extraído de MDR (2020a, p. 32)

De acordo com o levantamento apresentado, os piores índices de atendimento em água no país são do Amapá, com 37,6%, e do Pará, com 55,7%; Rondônia e Acre também possuem índices muito baixos, inferiores a 65% de atendimento; Ceará e Alagoas possuem 73,5% e 89,5%, respectivamente; e nos demais estados do país o abastecimento de água atinge mais de 90% da população, com destaque para o estado de Paraná, que declarou ter alcançado a universalização, com 100%.

Observa-se, ainda, que mais de 33 milhões de habitantes ainda não possuem acesso garantido ao fornecimento de água pelo sistema público, o que não é pouco, mesmo para um país com dimensões continentais, como é o caso do Brasil.

É importante enfatizar que o fornecimento inadequado da água mata anualmente mais de 3,5 milhões de pessoas no mundo (Unicef), sendo que mais de 1,5 milhão de crianças com menos cinco anos morrem por ano no mundo por problemas relacionados a essa mesma causa. Esses são apenas alguns exemplos, mas é preciso destacar uma lamentável estatística: a diarreia mata diariamente, no mundo, 2.195 crianças e faz mais vítimas do que a Aids, a malária e o sarampo juntos, sendo a segunda causa de morte entre meninos e meninas entre um mês e cinco anos (WHO, 2017)¹.

No Brasil, foram notificados cerca de 10 milhões de casos de diarreia entre 2017 e 2018, sendo mais de 2 milhões em menores de cinco anos de idade. Ainda assim, tem sido observada redução dos indicadores de morbimortalidade das diarreias nos últimos anos (SSDF, 2019).

Coleta e afastamento dos esgotos

O diagnóstico dos serviços de água e esgotos (MDR, 2020b) aponta que o índice de atendimento total com coleta de esgotos em 2019 atingiu 54,1%, que corresponde a uma população de 110.300.342 habitantes, sendo que 93.767.180 habitantes ainda não possuem acesso ao sistema de coleta e afastamento de esgotos.

Esses índices contribuem para o alcance no Brasil de 166,8 internações hospitalares por 100 mil habitantes por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado².

A Figura 2 apresenta os índices de atendimento urbano com rede de esgotos por estado referentes ao ano de 2019.

Os índices de coleta também são bastante distintos quando comparados por estado. Nos estados de Rondônia (7,3%), Amapá (7,9%) e Pará (8,1%), a coleta é inferior a 9%; em seguida, no Acre (13,8%), Amazonas (17,0%) e Maranhão (18,3%), os índices não chegam a atingir 20%; 11 estados possuem índices entre 20% e 50%; entre 51% e 80% são seis estados; e apenas em Minas Gerais (81,7%), Paraná (83,7) e São Paulo (93,1%), os índices são superiores a 80% de coleta de esgotos.

Tratamento e disposição final dos esgotos

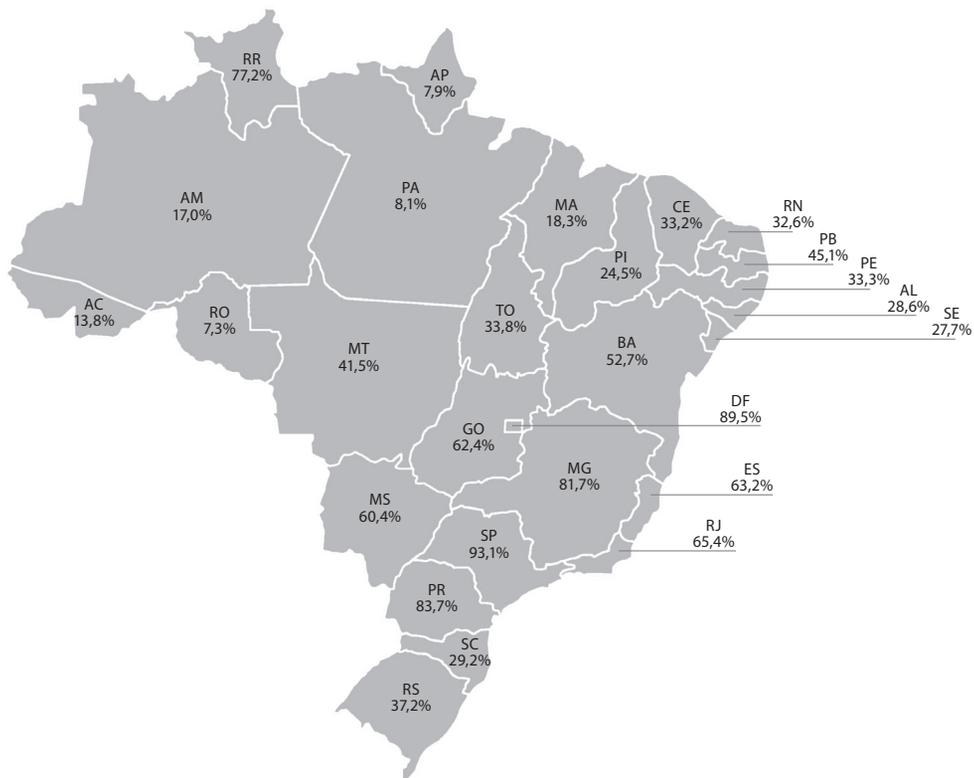
No Brasil, o índice de tratamento do volume de esgotos coletado nos municípios é de 78,5%. Se for considerado o índice de tratamento em relação ao total dos esgotos

1 Informações obtidas no site Trata Brasil. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-mundo/saude>. Acesso em: fev./2021.

2 Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA/IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: fev./2021.

FIGURA 2

Índices de atendimento urbano com rede de esgotos por estado
(% por estado, em 2019)



Fonte: Extraído de MDR (2020b, p. 28)

gerados nos municípios abrangidos pelo SNIS 2019, o índice cai para 49,1%, obtido a partir da relação entre os volumes tratados e o total de esgoto produzido, sendo adotado como referência para o cálculo o volume de água consumida (MDR, 2020b).

Esses dados apontam que a população atendida com tratamento de esgotos é de apenas 86,5 mil habitantes, sendo que a Região Norte trata 21,7% dos esgotos gerados.

A Figura 3 apresenta os índices de atendimento urbano com tratamento de esgotos, em relação ao total gerado, por estado, referentes ao ano de 2019.

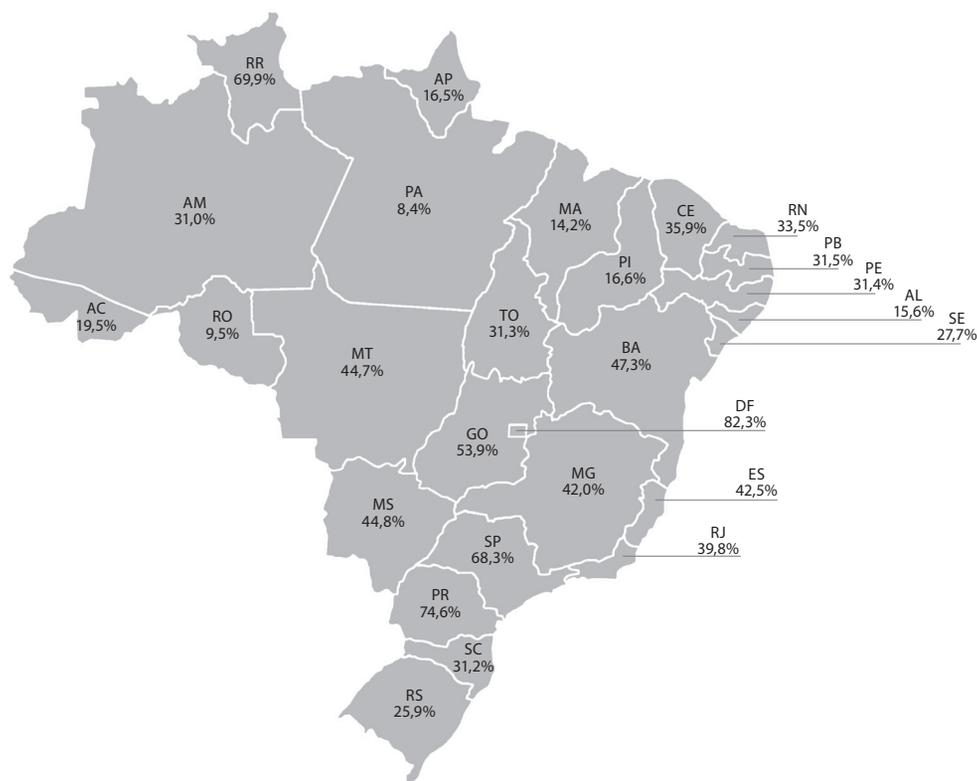
Em relação ao tratamento dos esgotos, apenas o estado do Paraná (74,6%) possui

índice acima de 70%, seguido por Roraima (69,9%), São Paulo (68,3%) e Goiás (53,9%), com índices entre 50% e 70%; Espírito Santo (42,5%), Mato Grosso (44,7%), Mato Grosso do Sul (44,8%), Minas Gerais (42,0%) e Bahia (47,3) apresentam índices entre 41% e 50%; dez estados apresentam índices entre 20% e 40%; e em sete estados, o índice de tratamento é menor do que 20%.

O lançamento de esgotos sem tratamento nos corpos hídricos afeta a dinâmica observada nesses corpos, que ora desempenham o papel de receptores de efluentes, ora são mananciais para abastecimento público das comunidades a jusante desses lançamentos, que por essa razão poderão captar água com

FIGURA 3

Índices de atendimento urbano com tratamento de esgotos por estado
(% por estado, em 2019)



Fonte: Extraído de MDR (2020b, p. 30)

qualidade comprometida. Quando isso ocorre, todo o sistema de abastecimento pode ser afetado, pois as tecnologias de tratamento convencional usualmente empregadas, mais simples e acessíveis, podem se tornar insuficientes para garantir a qualidade da água requerida para o abastecimento público. Nesses casos, tecnologias avançadas e mais caras podem ser necessárias.

MORADIAS SUBNORMAIS E AGLOMERADOS URBANOS

O Brasil conta com mais de 13,6 milhões de pessoas vivendo em aglomerados subnor-

mais. São 5,1 milhões de domicílios ocupados nessas condições (Tabela 1). Em Vitória do Jari, município com 15.391 habitantes, localizado no Amapá, 74% dos domicílios ocupados estão em aglomerados subnormais, o maior índice do país, mas também merece atenção o índice observado no município de Salvador, com população total em 2019 de quase 3 milhões de habitantes e 41,8% de domicílios nessas mesmas condições (IBGE, 2020a).

De acordo com o IBGE (2020), os aglomerados subnormais:

“[...] são formas de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou

TABELA 1

Proporção estimada de domicílios ocupados em aglomerados subnormais - estados e Distrito Federal. Aglomerados subnormais no Brasil (IBGE, 2020)

Unidades da federação	Proporção (%)	Domicílios em aglomerados subnormais ¹	População estimada total do estado ²
Amazonas	34,59%	393.995	4.144.597
Espírito Santo	26,10%	306.439	4.018.650
Amapá	21,58%	36.835	845.731
Pará	19,68%	432.518	8.602.865
Rio de Janeiro	12,63%	717.326	17.264.943
Bahia	10,62%	469.677	14.873.064
Pernambuco	10,55%	327.090	9.557.071
Ceará	9,20%	243.848	9.132.078
Acre	8,53%	19.148	881.935
Maranhão	7,85%	144.625	7.075.181
Sergipe	7,37%	53.203	2.298.696
São Paulo	7,09%	1.066.813	45.919.049
Alagoas	6,68%	64.568	3.337.357
Distrito Federal	6,65%	62.179	3.015.268
Piauí	5,49%	50.382	3.273.227
Paraíba	5,07%	64.225	4.018.127
Rondônia	4,37%	23.236	1.777.225
Rio Grande do Norte	3,97%	41.868	3.506.853
Paraná	3,57%	135.188	11.433.957
Rio Grande do Sul	3,50%	133.021	11.377.239
Minas Gerais	3,43%	231.385	21.168.791
Tocantins	2,14%	9.733	1.572.866
Roraima	2,12%	3.033	605.761
Mato Grosso	1,99%	22.429	3.484.466
Goiás	1,55%	35.801	7.018.354
Santa Catarina	1,46%	32.416	7.164.788
Mato Grosso do Sul	0,74%	6.766	2.778.986

¹ Estimativa de domicílios realizada para a operação do Censo Demográfico 2020 conforme descrito em nota metodológica da Malha Territorial 2019 para enfrentamento da pandemia por covid.

² Fonte: IBGE, "Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018".

privados) para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. No Brasil, os Aglomerados Subnormais podem ser conhecidos por diversas denominações: favela, invasão, grotá, baixada, comunidade, mocambo, palafita, loteamento, ressaca, vila etc. As denominações e características territoriais variam regionalmente”.

Ainda que as denominações para esses locais variem regionalmente, eles são geralmente definidos pela associação à necessidade ou ausência de algo, por exemplo, de saneamento ou qualidade de vida. O Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (Souza & Silva et al., 2009), no entanto, menciona que a definição de favela não deve ser cons-

truída em relação ao que ela não possui, considerando o modelo dominante de uma cidade, enfatizando que elas “devem ser reconhecidas em sua especificidade socio-territorial e servirem de referência para a elaboração de políticas públicas apropriadas a estes territórios”.

Um obstáculo de difícil equacionamento para a oferta de serviços de saneamento em aglomerados subnormais está associado às condições locais, pois geralmente não há espaço físico disponível para a passagem das redes. A Figura 4 apresenta a vista de uma área de ocupação irregular localizada na zona norte da cidade de São Paulo.

Esse problema comum em favelas é ainda mais complexo em áreas de manguezais transformadas em aglomerados subnormais, que também são uma realidade no estado de São Paulo e no Brasil, e

FIGURA 4

Área de ocupação irregular



Fonte: Alex Ribeiro, Visor Mágico (cedida pelo autor)

constituem outro desafio a ser vencido. Esses locais apresentam diferentes características construtivas, como as palafitas, ou imóveis consolidados construídos em áreas aterradas do mangue, consistindo não apenas em problemas de saneamento básico e ambiental, mas também na degradação de um valioso ecossistema (Faya, 2014). Cubatão, na Baixada Santista, apresenta o índice mais alto de submoradias: 41,5% dos habitantes residem em más condições de habitação (Burgarelli, 2011).

OS DESAFIOS DO NOVO MARCO REGULATÓRIO

Universalização do atendimento

A estimativa de gastos para se alcançar a meta de universalização do saneamento, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), é da ordem de R\$ 598 bilhões de investimento (Madeiro, 2020). Entre 2014 e 2018 foram investidos cerca de R\$ 12 bilhões /ano em saneamento no Brasil, de acordo com o Trata Brasil³, sendo que, destes, quase a metade corresponde aos investimentos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. São números de proporção muito elevada e, fazendo uma rápida estimativa, seria necessário investir mais de R\$ 50 milhões por ano, durante 12 anos ininterruptamente (2021-2033), para se aproximar desse montante. Esses números denotam, portanto, que alcançar a universa-

lização até 2033 não é uma meta, mas um grande desafio, quase inatingível!

Atendimento à população carente

O Novo Marco Legal faz menção à gratuidade dos serviços para famílias de baixa renda, estabelecendo que o serviço de conexão de edificação ocupada por família de baixa renda à rede de esgotamento sanitário poderá gozar de gratuidade, ainda que os serviços públicos de saneamento básico sejam prestados mediante concessão, observado, quando couber, o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. É um aspecto positivo da lei no sentido de favorecer a conexão ao sistema, porém é subjetivo e deixa a cargo do titular pelos serviços a regulamentação dos critérios para o enquadramento das famílias na categoria “de baixa renda”, consideradas as peculiaridades locais e regionais. Diante disso, restam dúvidas em relação à efetividade desse benefício da lei.

Além disso, a Lei 14.026/2020 acatou, alterou e incorporou diretrizes específicas quanto ao atendimento à população de baixa renda, residente em aglomerados subnormais, mantendo o combate e a erradicação da pobreza como um dos princípios fundamentais do saneamento. Estabelece que o Plano Nacional de Saneamento Básico deverá contemplar ações de saneamento em núcleos urbanos informais ocupados por populações de baixa renda, quando estes forem consolidados e não se encontrarem em situação de risco, porém, é importante ressaltar que o plano não tem a força de lei, ou seja, o fato de conter metas e ações declaradas não implica a possibilidade legal direta de atendê-las.

3 A partir de dados extraídos do Painel Saneamento Brasil. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>.

O Novo Marco estabelece, ainda, a possibilidade de implantação de serviço público de esgotamento sanitário nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) ou outras áreas do perímetro urbano ocupadas predominantemente por população de baixa renda, desde que assegurada a compatibilidade com as diretrizes da respectiva política municipal de regularização fundiária. A instituição de Zeis foi um dos instrumentos arrolados pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que constitui um dos maiores avanços da legislação brasileira para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma sustentável. As Zeis são um instrumento estratégico para baratear e viabilizar a produção habitacional para famílias de média e baixa renda e consideram, entre outros, a disponibilização de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e serviços locais.

Esse novo dispositivo da lei permite a conexão de edificações em situação irregular ao sistema público, desde que esteja iniciado o processo de regularização fundiária pelos municípios. A exigência de regularização fundiária prévia à implantação dos equipamentos de saneamento sempre foi um obstáculo para a disponibilização dos serviços.

Atender essa população específica é uma antiga demanda do setor de saneamento, e afora a abertura em relação às questões de regularização fundiária, os empecilhos técnicos permanecem. Outro aspecto a ser considerado se refere às tarifas que incidem sobre a prestação dos serviços, pois o texto da lei é claro ao assegurar que deverão ser observados os princípios da modicidade tarifária, e ainda que os serviços públicos de saneamento básico terão sua sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio

de remuneração pela cobrança dos serviços. Por outro lado, estabelece que as taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes: (i) prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública; (ii) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços; mencionando ainda que poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários que não tenham capacidade de pagamento suficiente para cobrir o custo integral dos serviços. O texto, porém, não esclarece quanto à metodologia a ser empregada para resolver essa complexa equação.

Considerando todos esses aspectos somados, a necessidade de recursos, as dificuldades técnicas, a modicidade tarifária, fica evidente que não vai ser tarefa simples promover o atendimento a essas populações. Mais ainda: como viabilizar o retorno desses investimentos? O Novo Marco não oferece os estímulos necessários para isso, talvez pelas dificuldades em convergir objetivos divergentes, como o lucro pela iniciativa privada e a tarifa social para as populações carentes.

SANEAMENTO E SAÚDE PÚBLICA

A universalização dos serviços de saneamento para as populações é o principal foco das empresas operadoras de saneamento. Historicamente, e ainda nos dias atuais, para suprir a carência por esses serviços é necessário o estabelecimento de prioridades, ressaltando-se que o abastecimento de água é a ação mais significativa do saneamento para a promoção da saúde pública, pois disponibilizar água potável para consumo humano, em quantidade suficiente

e com qualidade adequada para suprir as necessidades da população, vai resultar na redução dos índices de mortalidade infantil e das doenças de veiculação hídrica, entre outros benefícios. A segunda providência do saneamento, também com reflexos diretos na saúde, é a coleta dos esgotos, que é uma ação de saneamento de alcance local, pois, por meio dela, os esgotos são afastados dos locais onde as pessoas vivem, melhorando a qualidade de vida. Na linha de prioridades, parte-se, então, para o tratamento dos esgotos coletados, que é uma ação de saneamento de abrangência regional, com objetivos ambientais, promovendo a melhoria da qualidade ambiental pelo tratamento dos esgotos, que deixam de ser lançados nos corpos hídricos receptores e são encaminhados para o devido tratamento (Nardocci et al., 2013, p. 71).

Sendo a saúde pública objeto primordial do saneamento, é fundamental que a área da saúde incorpore a visão preventiva com ênfase para a ação do ambiente sobre ela. Da mesma forma, o saneamento deve ampliar a eficácia de suas ações, considerando a perspectiva da saúde pública como um objetivo e não apenas como uma consequência (Heller, 1998, p. 73).

As ações de saneamento, portanto, devem ser inseridas no contexto multidisciplinar das questões ambientais, de maneira integrada com as políticas de saúde, de desenvolvimento urbano e rural, de meio ambiente, de recursos hídricos e de habitação, constituindo importante vetor de desenvolvimento social e de proteção à saúde pública (Paganini e Bocchiglieri, 2015).

O Novo Marco regulatório abre espaço para a iniciativa privada conduzir as ações de saneamento do país pela implantação de obras de engenharia, mas essas correlações

não estão claras, até mesmo por serem questões complexas, que não dependem apenas de determinações legais.

AS PREMISSAS E VISÕES ANTAGÔNICAS DO NOVO MARCO LEGAL

O Novo Marco Legal é bastante polêmico. De um lado, o governo alega que as alterações modernizam a legislação e estabelecem condições sadias de competição entre as empresas, permitindo aos investidores privados mais segurança ao aportar recursos nesses serviços (Sousa, 2020). Por outro lado, há convicção de que o país vai fracassar nessa empreitada, não alcançará as metas, e que não haverá recursos bastantes para a sua viabilização. Destacam a questão do saneamento rural, abordada de forma superficial, sendo o atendimento à população rural mencionado dentre as diretrizes da política federal de saneamento básico e, ainda, facultando à entidade reguladora “prever hipóteses em que o prestador poderá utilizar métodos alternativos e descentralizados para os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em áreas rurais, remotas ou em núcleos urbanos informais consolidados, sem prejuízo da sua cobrança, com vistas a garantir a economicidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico”. Sob esse aspecto, também não há indicação de metodologia para viabilizar essa questão.

Governadores de 24 estados elaboraram uma carta se manifestando em relação à matéria (2019), mais especificamente sobre a Medida Provisória 868/2018, com vigência encerrada com a aprovação do Marco

Legal, destacando que o andamento dado ao assunto, “ao invés de propiciar o avanço na universalização dos serviços, representa um retrocesso que traz mais insegurança jurídica, grandes riscos de agravamento das desigualdades, de desestruturação do setor, e enfraquece, sobremaneira, a participação dos estados na gestão dos serviços de saneamento básico” (Aesbe, 2020).

Na carta, reconhecem a necessidade de “aumentar a participação do setor privado no setor de saneamento para fazer face ao imenso volume de investimentos necessários à universalização dos serviços”, mas ressaltam que “não se pode desestruturar os arranjos existentes, pelo contrário, deve-se dar as condições para que os estados possam atrair o capital privado para esse desafio”. Manifestam, ainda, sua preocupação em relação ao encerramento dos contratos de programa e enfatizam a necessidade de que o Novo Marco Legal do Saneamento fortaleça as parcerias entre os setores público e privado, “sem discriminação entre blocos de municípios ricos e pobres, de modo a garantir foco na universalização dos serviços, com mais investimentos, com subsídio cruzado e potencializando e partilhando os ganhos das economias de escala para todos os brasileiros”.

Logo após a aprovação do projeto de lei que resultou na publicação da Lei 14.026/2020, o governo federal publica a matéria “Novo Marco do Saneamento permitirá a universalização do serviço” (Brasil, 2020), afirmando que o Novo Marco vai garantir a milhões de brasileiros acesso aos serviços de tratamento de água e esgoto, podendo atrair R\$ 700 bilhões em investimentos para o setor e gerar cerca de 700 mil empregos nos próximos 14 anos. O

ministro da Economia, Paulo Guedes, enfatiza: “A aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento permitirá a universalização do serviço no Brasil em até sete anos. O novo modelo abrirá espaço para a entrada de dezenas de bilhões de reais em investimentos privados no setor [...]”.

Por outro lado, o relator do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), professor Leo Heller (2020), alerta que o Novo Marco do Saneamento pode aprofundar a desigualdade no país e ainda ressalta o risco de se colocar as empresas públicas estaduais no mesmo patamar das empresas privadas, mencionando que as empresas privadas podem preferir atuar não nos municípios pequenos, mas apenas nas grandes cidades, onde a garantia da lucratividade econômica é maior. Afirma que a tendência mundial é de reestatização dos serviços, de acordo com movimento registrado pelo Instituto Transnacional (TNI), estimando que nas últimas duas décadas houve cerca de 310 casos de reestatização do fornecimento de água e esgoto em países como França, Alemanha, Argentina, Bolívia e Moçambique, salientando que “é irrealista a crença” de que será possível alcançar a universalização de modo eficiente, eficaz e sustentável sob a liderança quase exclusiva da iniciativa privada (Ohana, 2020).

Nessa mesma direção, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental alerta sobre o enfraquecimento das empresas estaduais de saneamento, na medida em que coloca em risco o sistema de subsídio cruzado, em que os municípios superavitários compensam os deficitários; o que, no médio prazo, colocará os pequenos municípios em dificuldades, devido ao risco de haver dis-

puta somente pelos municípios rentáveis, deixando os pequenos para as empresas estaduais (Naves & Amorim, 2019).

Da mesma forma, Sousa (2020) esclarece que a criação de blocos de municípios seria a alternativa para garantir a economia de escala e a viabilidade econômico-financeira dos serviços, considerando a necessidade de a iniciativa privada atender também aos municípios mais pobres e não apenas aos superavitários, e que não há garantias de investimento nas regiões pobres, constantes apenas dos planos, cujo cumprimento, apesar de recomendável, não é obrigatório.

Sendo o saneamento um grande vetor de saúde, este deveria ter sido prioridade dos gestores públicos há muitos anos, não somente com a infraestrutura, mas com preços acessíveis para garantir a universalização. Delegar essa tarefa à iniciativa privada não é um novo marco, mas denota que o saneamento continua alheio à pauta administrativa.

Estamos atravessando um momento difícil, em que a criticidade das condições de saneamento e moradia tem contribuído para o agravamento das condições de saúde e para a proliferação do Sars-Cov-2. Esse cenário devastador é reflexo do descaso com as questões estruturais básicas.

O saneamento não foi e não tem sido prioridade para os governantes. Quando o governo delega à iniciativa privada a responsabilidade pelo saneamento, demonstra claramente que não considerou ainda o assunto como prioridade, e com o Novo Marco Legal, como num passe de mágica, “resolve” as questões do saneamento no país, imaginando viabilizar em 14 anos a universalização e, por conseguinte, o atendimento com o saneamento nos aglomerados subnormais. Quais serão os reais estímulos e mecanismos que garantirão que a iniciativa privada vá se interessar pelos estados e regiões menos atendidos e pelas áreas carentes?

REFERÊNCIAS

AESBE. “Carta dos governadores sobre a Medida Provisória 868/2018, que altera a Lei do Saneamento”, 2020. Disponível em: <http://aesbe.org.br/carta-dos-governadores-sobre-a-medida-provisoria-868-2018-que-altera-a-lei-do-saneamento/>.

AGÊNCIA IBGE de Notícias. “Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país”, 2020.

BRASIL. “Novo Marco do Saneamento permitirá a universalização do serviço: projeto foi aprovado no Senado e segue para sanção presidencial”. Notícias, Infraestrutura, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2020/06/novo-marco-do-saneamento-permitira-a-universalizacao-do-servico>.

BURGARELLI, R. “Nas favelas, 17% da Baixada Santista”. *O Estado de S. Paulo*, 2011.

- FAYA, O. E. N. *O efeito das ações de saneamento em aglomerados subnormais no litoral*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2014.
- HELLER, L. "Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento". *Ciência & Saúde Coletiva*, 3(2), pp. 73-84, 1998.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19. Notas Técnicas", 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>.
- MADEIRO, C. "Investimento cai e universalização do saneamento deve atrasar três décadas", 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/07/09/com-queda-nos-investimentos-universalizacao-do-saneamento-atrasa.htm?cmpid=copiaecola>.
- MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. "Do SNIS ao Sinisa. Informações para planejar o abastecimento de água". *Diagnóstico SNIS-AE 2019*. Brasília, 2020a. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/cadernos/2019/DO_SNIS_AO_SINISA_AGUA_SNIS_2019.pdf.
- MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. "Do SNIS ao Sinisa. Informações para planejar o Esgotamento Sanitário". *Diagnóstico SNIS-AE 2019*. Brasília, 2020b. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/cadernos/2019/DO_SNIS_AO_SINISA_ESGOTO_SNIS_2019.pdf.
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Atlas de Saneamento*. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.
- NARDOCCI, A. C. et al. "Saúde ambiental e ocupacional", in A. A. Rocha; C. L. Galvão Cesar (orgs.). *Saúde pública: bases conceituais*. São Paulo, Atheneu, 2013, pp. 71-114.
- NAVES, R.; AMORIM, G. "Novo Marco Legal do Saneamento tem várias limitações", 2019. Disponível em: <http://abes-dn.org.br/?p=31559>.
- PAGANINI, W.; BOCCHIGLIERI, M. M. "Educação sanitária e ambiental no saneamento", in *Alterações climáticas e a gestão do saneamento ambiental* (anais). Rio de Janeiro, 28º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2015.
- SOUSA, A. C. A. "O que esperar do novo marco do saneamento?". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020, p. e00224020.
- SOUZA E SILVA, J. et al. (orgs.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro, Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.



Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública

Dirce Maria Marchioni
Aline Martins de Carvalho
Betzabeth Slater Villar

resumo

Neste texto apresentamos as dietas sustentáveis, os sistemas alimentares e sua relação com saúde e nutrição. Uma dieta de qualidade é aquela que elimina a fome, é segura, reduz todas as formas de desnutrição, promove a saúde e é produzida de forma sustentável, ou seja, sem prejudicar o ambiente e garantindo dietas de alta qualidade também para as gerações futuras. Não é possível ter uma alimentação saudável sem que esta seja sustentável em todas as suas dimensões. No entanto, o sistema alimentar global, hoje, não é sustentável e, paralelamente, o mundo enfrenta a sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Para a superação dos desafios será necessário olhar para os sistemas de produção, as atividades da cadeia de suprimentos, os ambientes alimentares, o consumo alimentar e o comportamento dos consumidores, envolvendo múltiplos atores.

Palavras-chave: dieta; sistemas alimentares; nutrição; saúde pública.

abstract

This text presents sustainable diets, food systems, and their relationship with health and nutrition. A quality diet eliminates hunger, is safe, reduces all forms of malnutrition, promotes health, and is produced sustainably, that is, without harming the environment and guaranteeing high-quality diets for future generations as well. It is not possible to have a healthy diet without it being sustainable in all its dimensions. However, today's global food system is not sustainable, and, at the same time, the world is facing the global union of obesity, malnutrition, and climate change. To overcome the challenges, it will be necessary to look at production systems, supply chain activities, food environments, food consumption, and consumer behavior, involving multiple actors.

Keywords: diet; food systems; nutrition; public health.

“Sustainable diets are a prerequisite for public health directly through their impact on nutrition and indirectly through their impact on the environment”
(Mark Lawrence et al., 2019)

Adieta é um determinante fundamental da saúde e influencia a saúde pública diretamente por seus impactos na nutrição e indiretamente por meio de seus impactos no meio ambiente. A urbanização acelerada, a renda, o crescimento, as transformações do mercado de trabalho e o desenvolvimento tecnológico têm sido poderosos impulsionadores da demanda alimentar e das mudanças na dieta. Por milênios, as populações sofreram com a ameaça permanente da fome. No entanto, a segunda metade do século XX ganhou notoriedade pelo aumento expressivo na produção de alimentos, exigindo recursos naturais em demasia (Graziano da Silva, 2019), com um impacto substancial na maioria dos limites planetários, que determinam o espaço operacional seguro para a humanidade (Rockstrom et al., 2017). Ainda, não é possível compreender os sistemas alimentares sem deixar de mencionar a agrobio-

diversidade de nosso planeta, na qual estão presentes todos os organismos produtores de alimentos, suas paisagens e ecossistemas, incluindo áreas selvagens e naturais e os domínios de conhecimento, habilidades, gerenciamento e acesso (Zimmerer & Vanek, 2016). Os sistemas alimentares são um dos principais contribuintes para as mudanças ambientais, como mudanças climáticas, uso da terra e poluição da água e do ar, sendo responsáveis por cerca de 19%-29% de todas as emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (Vermeulen et al., 2012) e, ao mesmo tempo, os sistemas alimentares também são fortemente afetados por mudanças ambientais, que podem ter implicações importantes para a saúde devido a reduções na produção e alterações na composição nutricional de safras, se tecnologias de adaptação adequadas não

DIRCE MARIA MARCHIONI, ALINE MARTINS DE CARVALHO e BETZABETH SLATER VILLAR são professoras do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

forem desenvolvidas (Tuomisto et al., 2017; Scheelbeek et al., 2018).

Do ponto de vista ambiental, as dietas são compostas de combinações de alimentos, cuja produção utiliza recursos naturais, que são finitos, e interferem nos sistemas biológicos naturais. Dietas que colocam demandas excessivas de recursos ambientais, estreita biodiversidade e/ou geram emissões desnecessárias de gases de efeito estufa podem comprometer os sistemas ambientais. Por sua vez, tal disrupção pode contribuir para a diminuição da capacidade ambiental de fornecer segurança alimentar e nutricional (Lawrence et al., 2015).

Por outro lado, de acordo com o The Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition (2016), uma dieta de qualidade é aquela que elimina a fome, é segura, reduz todas as formas de desnutrição, promove a saúde e é produzida de forma sustentável, ou seja, sem prejudicar o ambiente e garantindo dietas de alta qualidade também para as gerações futuras.

Um terço da humanidade está experimentando uma ou mais formas de fome ou desnutrição. Após anos de declínio constante, o número de pessoas famintas começou a subir novamente em 2015, atingindo 821 milhões em 2017 (FAO, 2019). Ao mesmo tempo, a obesidade em todo o mundo quase triplicou desde 1975. Em 2016, mais de 1,9 bilhão de adultos estavam com sobrepeso, sendo que, destes, mais de 650 milhões eram obesos. Ainda, 38 milhões de crianças com menos de cinco anos estavam com sobrepeso ou obesas em 2019 (Global Nutrition Report, 2020). Mais de 340 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos estavam com sobrepeso ou obesos em 2016. A fome crônica, ao lado de todas as formas

de má nutrição, incluindo excesso de peso, obesidade e deficiências de micronutrientes, afetam uma grande e crescente proporção da humanidade. De acordo com o relatório “The State of Food Security and Nutrition in the World 2020”, faltando dez anos até 2030, o mundo está fora do caminho para atingir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para fome e desnutrição (FAO, Ifad, Unicef, WFP & WHO, 2020). Além da fome, é crescente o número de pessoas que são forçadas a comprometer a qualidade e/ou quantidade dos alimentos que consomem, como refletido no aumento moderado ou grave da insegurança alimentar desde 2014. Projeções para 2030, mesmo sem considerar o impacto potencial da covid-19, servem como um alerta de que o atual nível de esforço não é suficiente para alcançar o ODS 2 - Fome Zero daqui a dez anos.

No Brasil, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, a insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de pessoas (4,9% da população), ou seja, faltavam alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças (IBGE, 2020). Por outro lado, dados recentes da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) mostram que, em 2019, 25,9% da população maior de 18 anos estava obesa (41,2 milhões de pessoas) e cerca de 60,3% da população nesse grupo etário (96 milhões de pessoas) estava com sobrepeso (IBGE, 2019). Entre a POF 2002-2003 e a PNS 2019, a proporção de obesos na população com 20 anos ou mais de idade mais que dobrou, indo de 12,2% para 26,8%. Paralelamente, os dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) de 2019 indicam um

avanço das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) entre os brasileiros – 7,4% possuem *diabetes mellitus* e 24,5% têm hipertensão arterial (Vigitel Brasil, 2019).

Globalmente a FAO reconhece o desafio latente da prevalência da má nutrição em todas as suas formas, incluindo a desnutrição, carências nutricionais específicas, sobrepeso, obesidade e DCNT associadas à alimentação (HLPE, 2013).

Há um amplo reconhecimento de que o sistema alimentar global, hoje, não é sustentável. Os sistemas alimentares enfrentam vários desafios, como a degradação dos recursos naturais, mudança climática, conflitos, mudança populacional e iniquidades no acesso a alimentos e produtos agrícolas, recursos, entre outros. Há uma necessidade urgente de uma estrutura política mais eficaz para facilitar uma transformação fundamental de sistemas alimentares para melhor lidar com essas situações altamente complexas. A maioria dos pobres e famintos é produtora de alimentos. Produção de alimentos e consumo estão entre os principais motores de degradação ambiental, ameaçando seu próprio recurso base. Um terço dos alimentos produzidos é perdido ou desperdiçado. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), projeta-se aumento da demanda global de alimentos em 60% até 2050 a partir de 2007, impulsionado por mudança nos padrões de consumo e crescimento populacional.

Neste artigo serão contextualizadas as dietas sustentáveis, sistemas alimentares e sua relação com saúde e nutrição, que conformam novos paradigmas da Nutrição em Saúde Pública. Também serão apresentadas as características de dietas para proteção da saúde pública e da saúde planetária.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA: A NECESSÁRIA MUDANÇA DE PARADIGMAS

A Nutrição em Saúde Pública (NSP) busca proteger e promover a saúde relacionada à nutrição e o bem-estar das populações por meio de esforços organizados e escolhas informadas da sociedade (Ridgway et al., 2019). Como campo, está alicerçado na promoção da saúde, prevenção primária e saúde pública, diferentemente da nutrição básica, biomédica ou metabólica (Beaudry et al., 2005). Abordagens contemporâneas para NSP integram um foco de sistemas de alimentação e nutrição com codeterminantes e soluções sociais, culturais, econômicas e ambientais mais amplas, alicerçadas em princípios de direitos humanos (*The Giesen Declaration*, 2005).

Mudanças sociais, culturais, econômicas e tecnológicas rápidas e profundas contribuíram para o surgimento de desafios novos e sem precedentes para a NSP (Carlisle & Hanlon, 2014). Isso inclui a propagação global da obesidade e DCNT juntamente com a desnutrição persistente e a insegurança alimentar, com muitos indivíduos, famílias e populações experimentando agora uma “carga dupla” de má nutrição. A sustentabilidade ambiental, mediada pelas atividades do sistema alimentar, tornou-se um dos desafios mais urgentes do século XXI (Pelletier et al., 2013). De particular preocupação são os efeitos da mudança climática, degradação da terra, perda de ecossistema e biodiversidade, a excessiva dependência das práticas atuais de produção de alimentos com combustíveis fósseis e recursos naturais finitos. Muitos países também estão passando por

uma transição nutricional – uma mudança dos padrões dietéticos tradicionais para os ocidentais, com mais alimentos de origem animal, óleos vegetais baratos e alimentos altamente processados com alta densidade energética. Essas dietas estão associadas a maiores impactos ambientais em comparação com alternativas alimentares vegetais e integrais (Springmann et al., 2018).

O alimento – como produzimos, preparamos, compartilhamos e consumimos – é fundamental para o nosso bem-estar. Ele também conecta o corpo humano aos sistemas complexos e dinâmicos de nosso ambiente. Isso é mais significativo do que nunca na história da humanidade, diante das mudanças climáticas e aumento do impacto populacional nos ecossistemas globais.

Nesse contexto, entender o desenvolvimento da ciência da nutrição pode trazer importante contribuição para o entendimento dos desafios contemporâneos, colaborando no estabelecimento de prioridades em nutrição, ciência e políticas públicas. Mozaffarian e outros (2018) descreveram eventos históricos importantes na nutrição moderna, que formam a base da nossa atual compreensão da dieta e saúde, enquanto Ridgway e outros (2019) descreveram as mudanças de paradigmas na NSP, evidenciando a transição para o atual paradigma, que incorpora o desafio bidirecional da sustentabilidade.

A nutrição moderna é jovem, data do início do século XX. Sua primeira fase teve como foco a descoberta, isolamento e síntese de micronutrientes essenciais e seu papel nas doenças por deficiência. Isso criou as bases de uma visão reducionista e fundamentou o atual uso e *marketing* de suplementos de vitaminas, apoiando o desenvolvimento potente das indústrias desses produtos. Foi

o que Ridgway e outros (2019) cunharam como o paradigma dos “valores de referência de nutrientes”. A partir de meados do século XX, o aumento da carga de doenças crônicas levou a novas direções de pesquisa, usando, no entanto, o mesmo modelo teórico desenvolvido para doenças por deficiência. O foco se mantinha no papel de nutrientes ou alimentos, como, por exemplo, o papel das gorduras dietéticas e açúcares em relação às doenças cardiovasculares. Nos países de baixa renda ainda perduravam a fome e as deficiências por micronutrientes, forjando o apoio à suplementação com micronutrientes, com programas de fortificação, como a iodatação do sal. Nessa época o paradigma é o das “diretrizes dietéticas”, expressas como metas quantificadas de consumo de macros e micronutrientes (Davis & Saltos, 1999; Kenneth & Carpenter, 2003).

A partir da década de 90, com o surgimento da epidemiologia nutricional, ensaios de intervenção fisiológica, grandes estudos de coorte, estudos clínicos e ensaios randomizados forneceram evidências mais consistentes para os padrões de dieta, como, por exemplo, dietas com baixo teor de gordura (poucos efeitos significativos) ou dieta mediterrânea, baseadas em alimentos (benefícios consistentes) (Mozaffarian, 2016). Juntos, esses estudos evidenciaram que as teorias baseadas em nutrientes únicos eram inadequadas para explicar os efeitos da dieta nas doenças crônicas, conformando um novo paradigma dos efeitos complexos da interação de nutrientes, da matriz alimentar, dos modos de preparo e processamento e dos aditivos na saúde. O paradigma dominante foi o de Guias Dietéticos e, a seguir, Guias Dietéticos Baseados em Alimentos (FBDG, na sigla em inglês), reconhecendo

que os indivíduos consomem alimentos e não nutrientes (Jacobs & Tapsell, 2007), mas ainda com uma visão reducionista presente (Jacobs & Tapsell, 2007; Mozaffarian & Ludwig, 2010).

Correntemente, estamos vivenciando nova transição de paradigma, com a mudança no aumento da consciência da relação com a sustentabilidade, no que se cunhou como a “era dos sistemas alimentares sustentáveis”. Nesse sentido, há o reconhecimento de que: 1) a má-nutrição e a obesidade são manifestações generalizadas da insegurança alimentar e nutricional, e que os seus determinantes são complexos; 2) o impulsionador primordial da segurança/insegurança alimentar é o sistema alimentar, com seus processos inter-relacionados; e 3) o sistema alimentar é um dos impulsionadores tanto da saúde quanto da degradação ambiental (Hammond & Dubé, 2012; Tilma & Clark, 2014; Willett et al., 2019).

Nesse contexto se inserem as três graves ameaças globais à saúde e à sobrevivência humana: as pandemias de desnutrição e de obesidade – que incluem sua relação com o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) – e as mudanças climáticas estão interligadas, e juntas constituem uma sindemia global. Antes vistas como condições divergentes e isoladas entre si, elas têm sido reconhecidas como fatores sinérgicos que coexistem no tempo e no espaço e compartilham determinantes sociais comuns em escala global. Além disso, partilham interações nos campos biológico, social e psicológico (Swinburn et al., 2019).

É importante notar que as eras identificadas por Ridgway e outros (2019) e Mozaffarian e outros (2018) coexistem como “camadas” em vários graus e sobreposições. A

emergência de uma era não significa necessariamente o final da anterior. Gradualmente, o escopo de um número crescente de diretrizes dietéticas nacionais está se estendendo para incluir considerações sobre a sustentabilidade.

DIETAS SUSTENTÁVEIS E SISTEMAS ALIMENTARES

Dietas e sistemas alimentares estão intimamente ligados. Uma dieta é uma seleção de alimentos ingeridos por um indivíduo, escolhidos entre os disponibilizados pelo sistema alimentar. Por outro lado, a soma das dietas cria a demanda geral de alimentos que dirige os sistemas alimentares. As dietas são, portanto, um resultado e um impulsionador dos sistemas alimentares (Meybeck & Gitz, 2017).

Uma dieta sustentável é o fio condutor para abordar os fatores de risco dietéticos para a nutrição e problemas voltados para o ambiente e o enfrentamento de questões de saúde pública (Tilman & Clark, 2014). O termo “dieta sustentável” foi introduzido pela primeira vez em 1986 por Gussow e Clancy, mas recebeu pouca atenção como resultado do foco mais amplo naquele momento em lidar com a fome e a desnutrição internacionais. A definição do consenso atual para dietas sustentáveis é da FAO (Burlingame & Dernini 2012), que consta em documentos atuais (HLPE, 2020), como segue:

“Dietas sustentáveis são aquelas dietas com baixo impacto ambiental que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e à vida saudável para as gerações presentes e futuras. As dietas sustentáveis devem proteger e respeitar a biodiversidade e

ecossistemas, ser culturalmente aceitável e acessível, economicamente justa e acessível; nutricionalmente adequada, segura e saudável; além de otimizar recursos naturais e humanos” (HLPE, 2020).

A visão de sistemas alimentares sustentáveis fundamenta-se no reconhecimento de que o direito à alimentação é um direito humano fundamental e inseparável da justiça social (HLPE, 2017). O direito humano à alimentação adequada (DHAA) está contemplado no artigo 25 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948. Sua definição foi ampliada em outros dispositivos do direito internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comentário Geral nº 12 da ONU. No Brasil, resultante de amplo processo de mobilização social, em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal:

“O direito humano à alimentação adequada (DHAA) consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo”.

Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social. No entanto, isso não necessariamente significa a garantia da realização desse direito na prática, o que permanece como um desafio a ser enfrentado.

“Um sistema alimentar reúne todos os elementos (ambiente, pessoas, entradas, processos, infraestruturas, instituições etc.) e atividades que se relacionam com a produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, e os resultados dessas atividades, incluindo aspectos socioeconômicos e resultados ambientais” (HLPE, 2008).

Os sistemas que apoiam a produção de alimentos incluem ecossistemas, sistemas humanos, sistemas de energia, sistemas econômicos e sistemas de saúde, que fornecem insumos essenciais para o sistema alimentar. Também vale destacar que sistemas alimentares sustentáveis apoiam as seis dimensões da segurança alimentar, que são necessárias para realizar o DHAA e para cumprir todos os objetivos da Agenda 2030, especialmente o ODS 2: disponibilidade, acesso (econômico, social e físico), utilização, estabilidade, agência e sustentabilidade.

Sustentabilidade como dimensão da segurança alimentar implica práticas do sistema alimentar que respeitam e protegem os ecossistemas – a verdadeira base dos sistemas alimentares – a longo prazo, na interação complexa com sistemas econômicos e sociais necessária para fornecer segurança alimentar e nutrição (HLPE, 2020).

“Sustentabilidade refere-se à capacidade de longo prazo dos sistemas alimentares para fornecer segurança alimentar e nutrição hoje, de tal forma que não comprometa as bases ambientais, econômicas e sociais que geram segurança alimentar e nutricional para gerações futuras” (HLPE, 2020, p. 8).

De fato, a sustentabilidade é parte integrante do conceito de segurança alimentar.

Dietas pobres e que resultam em má-nutrição não são simplesmente uma questão de escolhas pessoais. Grande parte dos indivíduos não consegue acessar ou pagar uma dieta saudável. Além disso, todas as dietas têm custos ocultos, que devem ser entendidos para identificar *trade-offs* e sinergias. Dois custos ocultos que são consequências de nossas escolhas alimentares e dos sistemas alimentares que as sustentam são relacionados à saúde e relacionados ao clima (FAO, Ifad, Unicef, WFP & WHO, 2020).

CARACTERÍSTICAS DAS DIETAS SUSTENTÁVEIS

A mudança das dietas atuais para dietas sustentáveis é a resposta para minorar os impactos deletérios dos padrões de consumo alimentar atuais sobre o meio ambiente e a nutrição, e, conseqüentemente, na saúde das populações e do planeta. Hallstrom e outros (2015), em uma revisão conduzida para avaliar o potencial das mudanças dietéticas nos sistemas alimentares, verificaram resultados sugestivos no sentido de que essas mudanças podem desempenhar um papel importante no alcance de metas ambientais, com potencial de redução de até 50% das emissões de gases de efeito estufa e da demanda por terras em relação à dieta contemporânea. O potencial de redução depende principalmente da quantidade e do tipo de carne incluída na dieta, mas também do desempenho ambiental do alimento que substituiu a carne. Springmann e outros (2016) verificaram impactos positivos das mudanças na dieta com menos carne e mais baseada em vegetais (*plant-based*). A transição para dietas mais baseadas em vegetais que estejam de acordo com dire-

trizes dietéticas globais poderia reduzir a mortalidade global em 6%-10% e as emissões de gases de efeito estufa relacionadas aos alimentos em 29%-70% em comparação com um cenário de referência em 2050.

Um primeiro passo para mudar as dietas atuais é a identificação das características de dietas sustentáveis. Embora não haja uma única dieta sustentável, considerando que as dietas são combinações complexas de tipos, quantidades e variedades de alimentos e de bebidas, há uma convergência no entendimento das características das dietas com impactos ambientais adversos baixos e aspectos positivos para a saúde. Lawrence e outros (2019) relatam estas características: (i) consumo moderado; (ii) mudança dos padrões dietéticos atuais para dietas mais baseadas em vegetais; (iii) redução do consumo de produtos ultraprocessados; e (iv) redução do desperdício de alimentos.

Um grupo de notáveis comissionado pela revista *The Lancet* (Comissão EAT-Lancet) publicou em 2019 um relatório (Willett et al., 2019) que atraiu a atenção do mundo e catalisou debates sobre a alimentação saudável e sistemas alimentares sustentáveis. Ao declarar, de forma contundente, que os sistemas alimentares atuais são os maiores impulsionadores da má situação de saúde e da degradação ambiental, fazem um chamado global e urgente para coletivamente transformarmos as dietas e a produção de alimentos, que chamam de “A Grande Transformação do Alimento”. Apesar de focar nos aspectos de sustentabilidade ambiental da produção de alimentos e as consequências na saúde do consumo final dos alimentos, reconhecem que os sistemas alimentares são muito mais que esses dois fatores e que as mudanças necessárias requerem um esforço

de múltiplos atores. Ainda, buscaram estabelecer, em linhas gerais e com sugestões quantitativas, o que seria uma dieta saudável e sustentável. Essa dieta tem como características a ingestão calórica apropriada e consiste em uma diversidade de alimentos vegetais; pequenas quantidades de alimentos de origem animal; gorduras insaturadas ao invés de saturadas e pequenas quantidades de grãos refinados, alimentos ultraprocessados e açúcares adicionados.

Apesar de a dieta proposta pela Comissão EAT-Lancet ter mostrado estar associada com menor risco de doenças crônicas (Knuppel et al., 2019), o custo da dieta pode ser muito superior ao gasto atualmente, principalmente para países de baixa renda, podendo chegar quase a 100% da renda *per capita* em países da África Subsaariana (Hirvonen et al., 2020). Assim, aspectos sociais, culturais, de acesso e econômicos devem também ser considerados.

No entanto, Martinelli e Cavalli (2019), em revisão narrativa sobre alimentação saudável e sustentável, nos lembram que, apesar da abrangência da alimentação sustentável, trazida em sua definição, as pesquisas têm dado prioritariamente enfoque no impacto ambiental, particularmente no clima, em termos de emissão de gases de efeito estufa. No entanto, não é possível ter uma alimentação saudável sem que esta seja sustentável em todas as suas dimensões. Nesse sentido, é preciso desenvolver uma visão de sistemas e ampliar o olhar para os sistemas de produção, as atividades da cadeia de suprimentos, os ambientes alimentares e o comportamento dos consumidores. Nesse sentido, o arcabouço (*framework*) de sistemas alimentares proposto pelo HLPE (2020) traz uma reflexão mais abrangente do sistema alimentar e dietas sustentáveis.

DETERMINANTES DAS DIETAS SUSTENTÁVEIS

Como vimos, a intensificação da agricultura, pressões populacionais, urbanização e mudanças no estilo de vida alteraram a produção de alimentos e o consumo de forma que afetam profundamente a saúde de nossas dietas (Fanzo et al., 2012). O ritmo acelerado de perda de biodiversidade e degradação do ecossistema, concomitante com seu impacto negativo nos sistemas agrícolas, meios de subsistência e saúde, demonstra a necessidade urgente das mudanças dos sistemas alimentares atuais para sistemas alimentares sustentáveis que suportem dietas saudáveis e sustentáveis, com uma perspectiva na saúde pública e na saúde planetária. É crucial repensar quantitativa e qualitativamente como os alimentos são produzidos, processados, comercializados e consumidos.

As dietas sustentáveis consideram como o sistema alimentar influencia a saúde e o ambiente e vice-versa. Para compreender uma dieta sustentável, os determinantes e efeitos agrícolas, ambientais, sociais e culturais e econômicos dos alimentos ingeridos, bem como o valor nutricional, devem ser considerados.

Os principais componentes, determinantes, fatores e processos de uma dieta sustentável incluem: 1) bem-estar, saúde; 2) biodiversidade, meio ambiente, clima; 3) equidade, comércio justo; 4) alimentos ecológicos, locais, sazonais; 5) patrimônio cultural, habilidades; e 6) necessidades de alimentos e nutrientes, segurança alimentar e acessibilidade. Cada componente-chave se relaciona e influencia um ao outro e a sustentabilidade das dietas (Johnston et al., 2014).

QUADRO 1

Componentes-chave e fatores de uma dieta sustentável

Componentes-chave	Fatores e processos
Bem-estar, saúde	Carga de doenças Estilo de vida Padrão de consumo e de dieta Idade
Biodiversidade, meio ambiente, clima	Emissão de gases de efeito estufa Serviços ecossistêmicos Urbano versus rural Marketing de alimentos Uso de combustíveis fósseis para o cultivo e transporte
Equidade, comércio justo	Níveis de renda da população e nacionais Acesso a alimentos (affordability) Globalização e comércio Políticas públicas de alimentos, incluindo subsídios
Alimentos ecológicos, locais, sazonais	Água para irrigação Uso da terra Materiais para embalagem Solo Diversidade de plantações
Patrimônio cultural, habilidades	Padrões alimentares Diversidade da dieta Gênero Religião Classe social e renda Nível educacional Tradições culinárias
Necessidades de alimentos e nutrientes, segurança alimentar e acessibilidade	Quantidade de nutrientes consumidos Quantidade de calorias, açúcar e gordura consumidos Quantidade e qualidade de alimentos consumidos

Fonte: adaptado de Johnston e outros (2014)

A FAO e a OMS, em 2019, publicaram o *Guia de princípios para uma dieta saudável e sustentável*, em que ressaltam que os objetivos das dietas saudáveis sustentáveis são atingir o crescimento ideal e o desenvolvimento de todos os indivíduos e apoiar as atividades funcionais e o bem-estar físico, mental e social em todas as fases da vida para as gerações presentes e futuras; contribuir para a prevenção de todas as formas de má-nutrição (ou seja, desnutrição, defici-

ência de micronutrientes, sobrepeso e obesidade); reduzir o risco de doenças crônicas relacionadas à dieta; e apoiar a preservação da biodiversidade e da saúde planetária. As dietas saudáveis e sustentáveis devem combinar todas as dimensões da sustentabilidade para evitar consequências indesejadas. Nesse documento, propõe-se 16 princípios, que compreendem os aspectos de saúde e impactos ambiental e socioculturais. Esses princípios incluem o aleitamento materno

e a alimentação complementar; consumo de alimentos não processados ou minimamente processados, adequação nutricional e de energia; preservação da biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa, uso da água e solo, poluição ambiental; impactos adversos devido ao gênero; acesso; redução do desperdício e respeito à cultura local, tradições e valores.

GUIAS ALIMENTARES

As diretrizes dietéticas geralmente constituem a base para uma série de programas educacionais, bem como para as políticas nacionais de alimentação e nutrição. As diretrizes dietéticas nacionais são uma ferramenta política que tem o potencial de mudar os padrões de consumo em direções que apoiam as múltiplas dimensões da sustentabilidade no sistema alimentar, ao mesmo tempo que apoiam o bem-estar ambiental e humano. Dado o esgotamento dos recursos naturais devido aos processos do sistema alimentar juntamente com a insegurança alimentar de uma população em crescimento, é crítico que políticas alimentares apoiem metas de sustentabilidade. A incorporação efetiva de múltiplas dimensões de sustentabilidade nas diretrizes dietéticas tem o potencial de transformação do sistema alimentar que permite aos consumidores fazer escolhas alimentares que apoiem a saúde planetária (Ahmed et al., 2019).

No entanto, em relação às recomendações contidas nos guias alimentares, a maioria dos países ainda adota uma perspectiva centrada exclusivamente em grupos alimentares ou nutrientes específicos, limitando os alimentos a meros carreadores de nutrientes

(Monteiro et al., 2015). Em contraponto, alguns países, como a Alemanha, o Brasil, o Catar e a Suíça, já assumiram a adoção de abordagens mais sistêmicas, levando em conta aspectos como os impactos ambientais provocados pela alimentação, bem como as influências do ambiente alimentar e dos modos de vida no padrão alimentar das populações (Gabe et al., 2019).

O *Guia alimentar para a população brasileira* (Brasil, 2014) dá importância para a forma de produção e distribuição dos alimentos e privilegia os sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis, e se constitui em uma das estratégias para implementação da diretriz de promoção da alimentação adequada e saudável que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. As recomendações desse guia são oferecidas de forma sintetizada em “Dez passos para uma alimentação adequada e saudável” (Quadro 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, é consenso que a expansão da agricultura, impulsionada pela preocupação existente em meados do século anterior de alimentar uma população mundial crescente e a preponderância de desnutrição e doenças por deficiência, conformou um sistema alimentar que desafia os limites do planeta e que se associa à persistência da fome em muitas localidades, que, após um período decrescendo, volta a crescer. Em paralelo, a obesidade se eleva, em quase todos os estágios de vida e globalmente. Essas pandemias se associam com as mudanças climáticas, formando a sindemia global, que é um dos grandes problemas que

a humanidade precisa enfrentar, pois ameaça a saúde pública e a saúde do planeta. Na evolução dos modos de enfrentamento dos problemas nutricionais pela ciência da Nutrição em Saúde Pública, esta é a “era dos sistemas alimentares”. É consenso que são necessárias mudanças profundas nos sistemas

alimentares, retroalimentados pela adoção de dietas sustentáveis. Para isso, serão necessárias a ação de múltiplos atores e a adoção ou fortalecimento de políticas públicas locais, nacionais e globais, para garantir a segurança alimentar e nutricional, a soberania e a resiliência do planeta.

QUADRO 2

Dez Passos para uma Alimentação Adequada e Saudável do *Guia alimentar para a população brasileira*

1. Prefira sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados.
2. Utilize óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades.
3. Limite o consumo de alimentos processados.
4. Evite alimentos ultraprocessados, que são aqueles que sofrem muitas alterações em seu preparo e contêm ingredientes que você não conhece.
5. Coma regularmente e com atenção. Prefira alimentar-se em lugares tranquilos e limpos e na companhia de outras pessoas.
6. Faça suas compras em locais que tenham uma grande variedade de alimentos *in natura*. Quando possível, prefira os alimentos orgânicos e agroecológicos.
7. Desenvolva suas habilidades culinárias. Coloque a mão na massa, aprenda e compartilhe receitas.
8. Planeje seu tempo. Distribua as responsabilidades com a alimentação na sua casa. Comer bem é tarefa de todos.
9. Ao comer fora, prefira locais que façam a comida na hora.
10. Seja crítico. Existem muitos mitos e publicidade enganosa em torno da alimentação. Avalie as informações que chegam até você e aconselhe seus amigos e familiares a fazerem o mesmo.

REFERÊNCIAS

- AHMED, S.; DOWNS, S.; FANZO, J. "Advancing an integrative framework to evaluate sustainability in national dietary guidelines". *Front. Sustain. Food Syst*, 3, 2019, p. 76.
- BEAUDRY, M.; DELISLE, H. "Public(s) nutrition". *Public Health Nutr.*, 8, 2005, Sep. pp.743-8.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2ª ed. Brasília, Ministério da Saúde, 2014.
- BURLINGAME, B.; DERNINI, S. (eds.). *Sustainable diets and biodiversity: directions and solutions for policy, research and action*. Rome, FAO, 2012.
- CARLISLE, S.; HANLON, P. "Connecting food, well-being and environmental sustainability: towards and integrative public health nutrition". *Crit. Public Health*, 24, 2014, pp. 405-17.
- COORDENAÇÃO GERAL de Vigilância de Agravos e Doenças Não Transmissíveis. "Vigitel Brasil 2019: principais resultados". *Bol. Epidemiol.*, 51(16), 2020, pp. 20-6.
- DAVIS, C.; SALTOS, E. "Dietary recommendations and how they have changed over time. In: America's eating habits: changes and consequences". *Agriculture Information Bulletin* n. 750. EUA, USDA/ERS, 1999.
- FANZO, J.; MATTEI, F. "Ensuring agricultural biodiversity and nutrition remain central to addressing the MDG1 hunger target", in B. Burlingame; S. Dernini (eds.). *Sustainable diets and biodiversity: directions and solutions for policy, research and action*. Proceedings of the International Scientific Symposium Biodiversity and Sustainable Diets United Against Hunger. FAO Headquarters, Rome, 3-5 November, 2010.
- FAO. *Fifteen years implementing the right to food Guidelines. Reviewing progress to achieve the 2030 Agenda*. Rome, 2019.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets*. Rome, FAO, 2020.
- FAO; WHO. *Sustainable healthy diets – Guiding principles*. Rome, 2019.
- GABE, K.; JAIME, P. C.; REIS, L. C. "Guias alimentares e a classificação de alimentos NOVA", in D. M. Marchioni; B. M. Gorgulho; J. Steluti (orgs.). *Consumo alimentar: guia para avaliação*. Barueri, Manole, 2019.
- GLOBAL Nutrition Report. *Action on equity to end malnutrition*. Bristol, Development Initiatives, 2020.
- GPAFSN - Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition. *Future Food Systems: For people, our planet, and prosperity*. London, GPAFSN, 2020.
- GPAFSN - Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition. *Food systems and diets: facing the challenges of the 21st century*. London, GPAFSN, 2016.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.). *Do Fome Zero ao Zero Hunger: uma perspectiva global*. Roma, FAO, 2019.
- GUSSOW, J. D.; CLANCY, K. "Dietary guidelines for sustainability". *J. Nutr. Educ.* 18, 1986, pp. 1-5.
- HALLSTRÖM, E.; CARLSSON-KANYAMA, A.; BÖRJESSON, P. "Environmental impact of dietary change: a systematic review". *Journal of Cleaner Production* 91, 2015, pp. 1-11.
- HAMMOND, R. A.; DUBÉ, L. "A systems science perspective and transdisciplinary models for food and nutrition security". *Proc Natl Acad. Sci. USA* 109, 2012, 12.356-63.

- HIRVONEN, K. et al. "Affordability of the EAT-Lancet reference diet: a global analysis" [published correction appears in *Lancet Glob Health* 8, 2020, e59-e66].
- HLPE - The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. *Investing in smallholder agriculture for food security: a report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition*. Rome, FAO, 2013.
- HLPE - The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. *Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. Rome, FAO, 2014.
- HLPE - The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. *Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. Rome, FAO, 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 2020a.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional de saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas*. Rio de Janeiro, IBGE, 2020b.
- JACOBS, D. R. Jr.; TAPSELL, L. C. "Food, not nutrients, is the fundamental unit in nutrition". *Nutr. Rev.* 65, 2007, pp. 439-50.
- JOHNSTON, J. L.; FANZO, J. C.; COGILL, B. "Understanding sustainable diets: a descriptive analysis of the determinants and processes that influence diets and their impact on health, food security, and environmental sustainability". *Adv. Nutr.* 14;5, 2014, pp. 418-29.
- KENNETH, J.; CARPENTER, A. "Short history of nutritional science: Part 4 (1945-1985)". *The Journal of Nutrition* 133(11), 2003, 3331-3342.
- KNUPPEL, A. et al. "EAT-Lancet score and major health outcomes: the EPIC-Oxford study". *Lancet* 394, 2019, pp. 213-4.
- LAWRENCE, M. A. et al. Formulating policy activities to promote healthy and sustainable diets. *Public Health Nutr.* 2015,18:2333-40.
- LAWRENCE, M. et al. "Sustainable diets: the public health perspective", in B. Burlingame; S. Dernini (eds.). *Sustainable diets linking nutrition and food systems*. Boston, CABI, 2019.
- MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. "Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas". *Ciênc. Saúde Coletiva* 24, 2019, 4251-4261.
- MEYBECK, A.; GITZ, V. "Sustainable diets within sustainable food systems". *Proc. Nutr. Soc.* 76, 2017, pp. 1-11.
- MONTEIRO, C. A. et al. "Dietary guidelines to nourish humanity and the planet in the twenty-first century. A blueprint from Brazil". *Public Health Nutr.* 18(13), 2015 Sep, 2311-22.
- MOZAFFARIAN, D. Dietary and policy priorities for cardiovascular disease, diabetes, and obesity: a comprehensive review. *Circulation* 133, 2016, pp. 187-225.
- MOZAFFARIAN, D.; LUDWIG, D. S. "Dietary guidelines in the 21st century – a time for food". *JAMA* 304, 2010, pp. 681-2.
- MOZAFFARIAN, D.; ROSENBERG, I.; UAUY, R. "History of modern nutrition science-implications for current research, dietary guidelines, and food policy". *BMJ* 361, 2018, k2392.
- PELLETIER, D. L. et al. "Expanding the frontiers of population nutrition research: new questions, new methods, and new approaches". *Adv. Nutr.* 4, 2013, pp. 92-114.

- RIDGWAY, E. et al. "Historical developments and paradigm shifts in public health nutrition science, guidance and policy actions: a narrative review". *Nutrients* 11, 2019, p. 531.
- ROCKSTRÖM, J. et al. "Sustainable intensification of agriculture for human prosperity and global sustainability". *Ambio* 46, 2017, pp. 4-17.
- SCHEELBEEK, P. F. D. et al. "Effect of environmental changes on vegetable and legume yields and nutritional quality". *Proc. Natl. Acad. Sci. USA* 115, 2018, 6804-6809.
- SPRINGMANN, M. et al. "Analysis and valuation of the health and climate change cobenefits of dietary change". *Proc. Natl. Acad. Sci. USA* 113, 2016, 4146-51.
- SPRINGMANN, M. et al. "Health and nutritional aspects of sustainable diet strategies and their association with environmental impacts: A global modelling analysis with country-level detail". *Lancet Planet. Health* 2, 2018, e451-e461.
- SWINBURN, B. A. et al. "The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report". *Lancet* 393, 2019, pp. 791-846.
- THE GIESSEN DECLARATION. *Public Health Nutr.* 8(6A), 2005, pp. 783-6.
- TILMAN, D.; CLARK, M. "Global diets link environmental sustainability and human health". *Nature* 515, 2014, pp. 518-22.
- TUOMISTO, H. L. et al. "Effects of environmental change on agriculture, nutrition and health: a framework with a focus on fruits and vegetables". *Wellcome Open Res.* 2, 2017, p. 21.
- VERMEULEN, S. J.; CAMPBELL, B. M.; INGRAM, J. S. I. "Climate change and food systems". *Ann. Rev. Environ Res.* 37, 2012, pp. 195-222.
- WILLETT, W. et al. "Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems". *Lancet* 393, 2019, pp. 447-92.
- ZIMMERER, K. S.; VANEK, S. J. "Toward the integrated framework analysis of linkages among agrobiodiversity, livelihood diversification, ecological systems, and sustainability amid global change". *Land* 5, 2016, p. 10.



Rathaphon Bunmi/123RF

À luz da diferença: responsabilidade, alteridade e a "lógica do cuidado"

Diego Madi Dias

resumo

Neste ensaio, proponho uma reflexão sobre os limites da justiça a partir do conceito de “diferença”, considerando a perspectiva dos povos indígenas. Argumento que esses povos não estão no passado, mas oferecem futuros possíveis por meio de um repertório ético ainda amplamente ignorado de atitudes de responsabilidade e cuidado frente ao que é outro. Analiso alguns elementos do sistema alimentar entre os indígenas guaranis, cuja incompreensão por parte de uma abordagem da alimentação baseada em nutrientes permite elucidar dois modos articulados de operação da colonialidade, conforme ensinou Denise Ferreira da Silva: exclusão e oclusão. Concluo com a defesa de uma pactuação descolonizante pela participação de profissionais indígenas e negros(as) nos processos de decisão e gestão em saúde como meio de efetivar a universalidade no acesso ao cuidado e à proteção do Estado.

Palavras-chave: diferença; justiça; cuidado; alimentação; povos indígenas.

abstract

In this essay, I propose a reflection on the limits of justice based on the concept of “difference”, considering indigenous peoples’ perspectives. I argue that these peoples are not in the past but offer possible futures through an ethical repertoire that is still largely ignored by attitudes of responsibility and care towards the other. I analyze some elements of the food system among the Guarani Indians, whose lack of understanding on the part of a nutrient-based approach allows to elucidate two articulated modes of operation of coloniality, as taught by Denise Ferreira da Silva: exclusion and occlusion. I conclude with the defense of a decolonizing agreement for the participation of indigenous and black professionals in the decision-making and health management processes to achieve universality in access to care and protection of the State.

Keywords: *difference; justice; caution; food; indigenous people.*

O contexto atual de saúde pública no Brasil nos convida a pensar sobre os “limites da justiça” (Ferreira da Silva, 2019), na medida em que a distribuição desigual da mortalidade e dos agravos à saúde, e também dos recursos que dão condição à vida, se tornou uma indicação efetiva dos estilos de governar que Michel Foucault designava por “governamentalidade” – para dar conta da história do poder no contexto euro-americano e seu prolongamento no sistema internacional. Em uma recente etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro, Farias (2020) identifica o “governo de mortes” como matéria privilegiada de gestão política e que adquire importância central para a administração pública no cenário político contemporâneo. Partindo desse modo de apreensão e discussão do problema, que considera o campo da saúde como “objeto” de um conhecimento interdis-

ciplinar incluindo a filosofia moral (ética), o direito, as ciências sociais e as relações internacionais, quero discutir neste ensaio as vantagens epistêmico-metodológicas de se pensar através do conceito de “diferença”. Por meio de uma abordagem centrada nos *marcadores sociais da diferença* (“cor/raça”, etnia, classe, gênero, sexualidade, geração, território, e suas interseccionalidades)¹,

1 O argumento desenvolvido neste ensaio alinha-se à proposta do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença (Numas-PPGAS/USP), no sentido de desconstruir a naturalidade das diferenças para apreendê-las em seu processo de manufatura social (Almeida et al., 2018). As questões evocadas ao longo deste ensaio partem da necessidade de considerarmos os marcadores sociais que estão articulados na produção de experiências singulares. A articulação desses marcadores é trabalhada há algum tempo pelo feminismo negro por meio do conceito de “interseccionalidade” (ver Moutinho, 2014). Crenshaw (1989, p. 39) inaugurou essa abordagem reflexiva e crítica, teórica e política, observando a “tendência de se tratar gênero e raça como categorias mutuamente exclusivas na experiência e na análise”. Sua crítica se dá no contexto

DIEGO MADI DIAS é antropólogo e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

torna-se possível refletir sobre o acesso às condições de saúde como uma ocasião em que a justiça falha sistematicamente diante de determinados corpos, em certos territórios. As condições desiguais de saúde e mortalidade envolvendo os segmentos de participação minoritária no projeto nacional se reproduzem por meio de uma “teia” de inter-relações e iniquidades que, no Brasil, tem caráter estrutural (Coimbra Jr. & Santos, 2000; CNDSS, 2008).

Sabemos hoje, um ano após o início da pandemia do novo coronavírus, que o governo federal brasileiro atuou por meio de uma “estratégia institucional de propagação do vírus”, conforme demonstrou – a partir do mapeamento e análise de 3.049 normativas federais de resposta à covid-19 no Brasil – a pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (Cepedisa-FSP/USP) e a Conectas Direitos Humanos (Asano et al., 2021). Dados alarmantes consolidados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib, 2020) mostram que, ao invés de atuar na garantia do direito universal à saúde (como é previsto pela Constituição Federal de 1988), o governo federal foi o principal agente transmissor da covid-19 entre os povos indígenas.

Por onde começar quando percebemos que o ordenamento jurídico não foi suficiente para impedir as violações de direitos e, na verdade, os atos normativos (utiliza-

dos pelo governo federal para obstruir as respostas locais à pandemia) constituem o terreno mesmo no qual se consolidam as violações do direito à vida e do direito à saúde das(os) brasileiras(os)? (Asano et al., 2021). Neste ensaio, proponho uma aproximação da perspectiva dos povos indígenas como lugar de “diferença”, a partir do qual é possível enxergar a institucionalidade do poder no Brasil significando a intensificação das desigualdades e a repetição do fim do mundo. A perspectiva indígena (cujos mundos vêm sendo refeitos há cinco séculos por meio de tradições “generativas”) oferece no momento atual o exemplo de uma filosofia social que escolheu pensar pela “diferença”, em contraposição ao valor conferido à “identidade” no pensamento ocidental. Quero argumentar que os povos indígenas não estão no passado, mas oferecem futuros possíveis frente à destruição causada pelo delírio humanista que imaginou os humanos no centro da vida do planeta. É nesse sentido que os povos indígenas estão em condições de nos oferecer um novo repertório ético, um conjunto ainda amplamente ignorado de atitudes de responsabilidade e cuidado frente às múltiplas instâncias de alteridade que compõem o mundo em transformação.

Para cumprir meu objetivo, utilizo como exemplo os sistemas alimentares ameríndios, cuja incompreensão por parte de uma abordagem da alimentação baseada na ingestão de nutrientes permite elucidar dois modos articulados de operação da colonialidade: *exclusão* e *oclusão*, conforme ensinou Ferreira da Silva (2019) em sua análise da dívida colonial. Concluo com a defesa de uma pactuação descolonizante (Nunes & Louvison, 2020) que permita restituir a

das leis antidiscriminações nos EUA, ressaltando o fato de que o direito cria categorias estanques ao tipificar a violência de gênero, de um lado, e o racismo, de outro lado. Ao invés disso, a autora sugere a imagem de um cruzamento, evocando uma experiência singular que é um lugar de vulnerabilidade mas também um contexto que produz perspectivas sobre o mundo.

diversidade de modos de existência e de compreensão do mundo nos processos de decisão e gestão em saúde. A participação de profissionais indígenas e negras(os) na elaboração e implementação de políticas públicas é, nesse sentido, condição indispensável para efetivar a universalidade no acesso ao cuidado e à proteção do Estado.

O QUE SIGNIFICA PENSAR PELA DIFERENÇA?

Na história do pensamento ocidental, pode-se considerar relativamente nova uma tradição filosófica interessada pela noção de “diferença” como modo de organizar a percepção do mundo e o nosso conhecimento sobre ele. O pensamento ocidental valoriza há muito tempo a “identidade” (o mesmo) como lógica predominante, incluindo os princípios que organizam as instituições na modernidade. Na filosofia ocidental, a diferença é vista tradicionalmente em oposição à identidade e apenas recentemente o pensamento ocidental começou a se interessar pelo lugar da diferença (o outro) na constituição da própria identidade. A linguística estrutural, o estruturalismo e o pós-estruturalismo são reconhecidos por terem operado essa mudança no pensamento ocidental ao longo do século XX de interesse pela “diferença” como princípio da experiência e parâmetro do pensamento.

O pensamento ameríndio é reconhecido na literatura antropológica por sua ênfase na diferença como critério de apreciação e apreensão do mundo. Encontramos esse estilo de pensamento na mitologia dos povos nativos do continente, em que os gêmeos são personagens envolvidos em

processos de diferenciação, e não semelhança. Um gêmeo nasce sempre antes do outro, e essa é a primeira de uma série de diferenças envolvendo os gêmeos na mitologia ameríndia. A desigualdade relativa entre os gêmeos, segundo o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1993, p. 208), apontaria para uma filosofia em que “a identidade constitui um estado revogável ou provisório; não pode durar”. No livro *O pensamento selvagem*, Lévi-Strauss destaca o fato de que o pensamento indígena não carece de uma estrutura lógica ou de riqueza intelectual; sua distinção em relação ao pensamento científico é o fato de que opera por categorias concretas e sensíveis, enquanto a ciência produz conceitos e categorias abstratas. A noção de *lógica do sensível* – entendida como uma maneira de organizar o mundo a partir do sentimento estético e dos valores afetivos – permitiu que o autor caracterizasse o pensamento ameríndio como uma “ciência do concreto”, em que estão juntos o sensível e o inteligível (separados pelo pensamento moderno); então “a percepção do ambiente” (Ingold, 2000), isto é, o envolvimento concreto com as coisas, é o modo privilegiado de relacionalidade e de conhecimento sobre o mundo.

Uma precisão sobre a filosofia ameríndia e duas consequências desse modo de pensamento devem ser mencionadas.

Em primeiro lugar, se o conhecimento indígena inclui tantos povos diferentes entre si, e que teriam escolhido tradicionalmente pensar e organizar suas instituições pelo reconhecimento e valorização da diferença, qual é o ponto de convergência que dá unidade a esses povos em torno de um mesmo estilo de pensar e de conhecer

o mundo? Em outras palavras e com outros objetivos, podemos fazer essa mesma pergunta de outro modo: o que significa ser indígena? A resposta está na relação com a T/terra, que se estabelece por meio da ética do parentesco: a T/terra como mãe que oferece com generosidade os alimentos de que precisam. O sentimento produzido por essa lógica de relação é o de gratidão para com a natureza. O que as diferentes tradições ameríndias têm em comum é um traço de reverência à chamada Mãe Terra, implicando outras dinâmicas relacionais com o ambiente e outros padrões de utilização dos recursos naturais.

A atitude filosófica indígena está organizada por categorias de apreensão do mundo concreto (ao invés das categorias “puras” de entendimento, como a razão kantiana) e desse fato derivam duas consequências que merecem nossa atenção. A primeira é a vocação da filosofia ameríndia para dar conta de universos materiais e simbólicos em constante mudança, isto é, o mundo e os seres são percebidos como dotados de um potencial intrínseco de transformação; a segunda consequência é a sensibilidade ameríndia para a variedade das formas e espécies, no sentido de que o mundo e os seres são evidências da diversidade. Por um lado, trata-se de uma filosofia social que escolheu perceber a história no tempo presente, e não no passado, pois agora é quando tudo o que aconteceu antes está reverberando e quando se pode então produzir novos acontecimentos, para que reverberem no mundo que se deixará para as próximas gerações. Por outro lado, trata-se de um pensamento que colocou a “multiplicidade” no centro de suas preocupações, como se buscasse em última instância jus-

tificar a existência incontestada da diferença no mundo e sua anterioridade em relação ao próprio pensamento.

Gostaria de discutir, finalmente, por que me parece estratégico falar em “saúde indígena” ao invés de “saúde da população indígena”. Sabemos que a ideia de população, com recortes de classe, ocupação profissional, escolaridade e origem no campo ou na cidade surgiu no século XVIII, em plena epidemia de varíola na Europa. Nesse momento, as técnicas de gestão em saúde passam a se direcionar a um objeto novo (“população”), instaurando uma racionalidade biopolítica sem precedentes. Diferente desse tipo historicamente situado de gestão política da vida por populações (que separa a experiência com a doença e transforma essa diferença em categorias), a visão indígena coloca em primeiro plano a saúde da Terra ou a saúde da vida na Terra. A reflexão indígena começa pela T/terra como ente e organismo vivo, que não precisa dos seres humanos para continuar o seu processo de vida. Essa ênfase na Terra como sistema de circunscrição lógica é um traço do pensamento indígena que pode interessar à gestão em saúde na medida em que não replica a oposição fundamentalmente moderna entre particularismo e universalismo. Não há nada mais universal na experiência viva (humana e além) do que a particularidade. Com base nessa perspectiva epistêmica e metodológica, mas também ética e então política, passamos a habitar um “mundo implicado”, todo feito de “diferença sem separabilidade” (Ferreira da Silva, 2019). A diferença não é um impedimento para pensar a “totalidade”, pois todas as diferenças estão finalmente relacionadas por

meio de lógicas próprias à circunscrição no contexto histórico, político e espiritual da vida na Terra. Nesse sentido, o que estou designando por “saúde indígena” não deve ser entendido apenas como um campo específico da saúde coletiva ou matéria de “atenção focal”. A saúde do ponto de vista indígena é a saúde da Terra e pela Terra, portanto a saúde de um sistema de implicação das múltiplas formas de vida em transformação no planeta, hoje e no futuro, uma ideia que aparece no pensamento indígena contemporâneo como “a terra dos mil povos” (Jacupé, 2020).

A alimentação tem um papel fundamental a desempenhar na construção de caminhos para a indigenização da lógica de gestão em saúde, pois os sistemas alimentares ameríndios revelam uma percepção radicalmente relacional do ambiente. Em seguida, descrevo algumas dessas lógicas de relação por meio da comida entre os indígenas guarani-mbyás. Quero demonstrar que um olhar rigoroso e uma atenção efetiva para a alimentação indígena exigem mobilizar modos de conhecimento que excedem a abordagem da nutrição baseada na ingestão de nutrientes.

MARCAÇÕES DA DIFERENÇA EM UM SISTEMA ALIMENTAR AMERÍNDIO

Os sistemas alimentares indígenas atestam o lugar central das ideias de “alteridade” e “diferença” no pensamento e nas práticas desses povos. Nesta seção, proponho uma aproximação etnográfica da relação alimentar guarani-mbyá por meio de alguns elementos socioculturais das suas práticas alimentares².

Em diversos níveis, a alimentação guarani-mbyá pode ser pensada em termos das “alteridades” constitutivas do ato de se alimentar. Trata-se não apenas de reconhecer os indígenas como horizonte de alteridade e diferença, em que prevaleceriam lógicas alimentares distintas das que conhecemos nas sociedades modernas pós-industriais, mas também, e sobretudo, de iluminar, do ponto de vista indígena, todo um regime de relações com as suas alteridades e que se estrutura a partir da comida. Para os guarani-mbyás, “os seres humanos são o que eles comem”, observação importante que ajuda a precisar a percepção local sobre a comida como estabelecendo fronteiras étnicas ou tipos de humanidade. Do ponto de vista mbyá, os juruás (“brancos”, não indígenas) podem ser considerados “indigestos”, característica que se evidencia pela qualidade processada de sua comida (Tempass, 2010). Diferentes regras que permeiam a obtenção de alimentos tradicionais e um outro conjunto de regras se aplica à preparação e ao consumo dos alimentos. Essas regras controlam o acesso ao mundo das divindades, entendido como o “mundo prometido” no contexto dos conhecimentos tradicionais que a literatura etnológica reconhece como o profetismo guarani.

A comida e as práticas alimentares estão relacionadas ao destino das almas guaranis, que se deseja em uma “Terra sem mal” (Clastres, 1978). A antropóloga Hélène Clastres apresenta o destino *post mortem*

2 A etnografia utilizada como referência para descrição da alimentação guarani-mbyá é a tese de Martin Cesar Tempass (PPGAS-IFCH/UFRGS, 2010), na qual o autor fornece observações valiosas por meio de um conhecimento aprofundado do perfil nutricional e da cultura mbyá.

no pensamento guarani como um espaço sem lugares marcados, onde se apagam as relações sociais, um tempo sem pontos de referência, em que se abolem as gerações. É o *aguyje*, a completude.

Duas observações são importantes aqui: primeira, o fato de que, nessa definição, a Terra sem mal é onde se desmarcam as diferenças, entendidas como causa da estratificação e da hierarquia no mundo atual; e segunda, também o fato mesmo de que o mundo atual (*este* mundo) é pensado por meio da diferença, sem a qual não há possibilidade de referência e o mundo não seria legível nas formas que conhecemos: relações sociais, distribuição no espaço (lugares) e no tempo (gerações). Por um lado, o pensamento profético guarani evidencia a centralidade da “diferença” para o mundo como o conhecemos; por outro lado, esse pensamento estabelece um horizonte de superação da diferença em algum plano identificado pelo critério ético da justiça (a Terra sem mal, onde não há morte).

A relação da comida com o mundo *post mortem* revela também uma dinâmica de relação de alteridade envolvendo os deuses que povoam o cosmos guarani-mbyá. A culinária resultante do respeito aos preceitos cosmológicos permite alcançar os objetivos sobrenaturais do grupo de aceder ao destino *post mortem* que foi prometido pelos deuses. De maneira geral, não há na América indígena explicações sobre a origem do mundo a partir de uma ausência anterior de relações sociais. Diferentes povos ameríndios marcam o início deste mundo como sendo uma separação em relação a um mundo anterior em que os humanos podiam se comunicar com animais e outros seres. Esse é o caso também entre os mbyás.

Na passagem do mundo anterior para este mundo, os deuses passaram a ocupar um lugar sagrado, diferenciando-se dos humanos. Ocorre que, entre os humanos que ficaram na Terra, os mbyás entendem que foram “escolhidos” para se tornarem deuses após a morte. Esse é um aspecto recorrente do pensamento indígena na América tropical, que parece sugerir uma resposta cosmomitológica para a percepção histórica da vulnerabilidade e da desigualdade, reservando a “vida boa” para um próximo mundo, uma vez que as condições de vida *neste* mundo são conhecidamente desfavoráveis. Na tradição dos indígenas gunas, no Panamá, o destino *post mortem* é pensado como um mundo dourado, cheio de ouro e metais reluzentes que os brancos *neste* mundo roubaram do corpo da Terra.

É no cotidiano guarani-mbyá que a alimentação pode servir como via de acesso ao *aguyje*. A maneira de cultivar uma corporalidade leve e, portanto, propensa à passagem *post mortem* para o mundo das divindades é a alimentação considerada “simples” e “bela” (Tempass, 2010), que revela uma apreciação indígena dos alimentos por meio de critérios éticos e estéticos, informando também o que consideram socialmente como gostoso. Quanto menos modificação nos alimentos, menos se está modificando a criação dos deuses. Esse ponto permite rever a observação de Câmara Cascudo quanto à suposta “limitação culinária” indígena. Cascudo afirma que o uso de poucos ingredientes pelos indígenas seria indicativo da ausência entre esses povos de uma verdadeira “cozinha”. Na verdade, a simplicidade alimentar é um valor mbyá que está conectado com uma perspectiva complexa de relação com as alteridades do seu

mundo, em termos históricos e políticos, no que se refere à sociedade envolvente, mas também em termos cosmológicos, quando alude às divindades.

Os guarani-mbyás classificam os alimentos em duas categorias básicas: comida para o esqueleto e comida para o sangue e para a carne (Tempass, 2010). Os vegetais, mas também o mel, são em geral comidas que servem para alimentar os ossos; a carne de caça é por excelência a comida que alimenta o sangue e a carne. Ocorre que os mbyás procedem a uma hierarquia entre essas duas classes de alimentos. As comidas para o esqueleto são aquelas mais indicadas para atingir o *aguyje*. Destaca-se, nesse sistema de compreensão das práticas alimentares, a importância do jejum prolongado, incluindo a ingestão de erva-mate pela manhã como espécie de antialimento que ameniza a fome e ajuda a comer pouco. Ainda, a dança nos rituais noturnos é importante na construção corporal. A dança faz parte do sistema alimentar mbyá, um antídoto para corrigir equívocos alimentares. Se, durante o dia, houve a ingestão de comidas processadas, ou então se houve a ingestão de mais comida do que o necessário, à noite é possível corrigir essa situação de desequilíbrio corporal e espiritual por meio da dança (Tempass, 2010).

Uma aproximação aos sistemas alimentares indígenas permite pensar a alimentação de modo alternativo à gestão otimizada de recursos e nutrientes que caracteriza a empreitada colonial de exploração do planeta, conforme a proposta de Josué de Castro em seu livro *Geografia da fome*, de 1946. Escrevendo imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, Castro está

preocupado com a reconstrução da humanidade em um sentido que hoje poderíamos considerar informado por um projeto especificamente moderno, demasiadamente racionalista e universalista. Para além do seu mérito em inaugurar uma abordagem humanista para a fome como fenômeno social, contribuindo a partir das ciências humanas para pensar um problema que até então era objeto privilegiado da nutrição, a visão de Castro não consegue se separar do racionalismo ocidental, com todas as implicações que esse racionalismo pode acarretar, inclusive e sobretudo no que se refere à relação de caráter extrativista com os recursos naturais e o ambiente em geral. Pensando nos termos de gestão da população, Castro chega a falar em “exiguidade de gente” na Amazônia, desconhecendo o fato de que, para diversos coletivos indígenas no continente, os animais e as plantas também são gente. Defende a ocupação racional do espaço, propondo a fixação colonizadora do elemento humano no território. Critica a predominância cultural dos povos indígenas de tradição de reverência à Terra, caracterizando esses povos como “culturas insignificantes” e entendendo a floresta como obstáculo para o desenvolvimento de técnicas como o cultivo de gado.

Josué de Castro aponta uma anemia tropical e anorexia habitual entre os povos amazônicos. Defende que um regime alimentar “racional” deve ser suficiente (conforme o cálculo de necessidades energéticas), completo e harmônico. O próprio autor menciona que o clima quente e úmido na Amazônia produz uma baixa atividade metabólica, fazendo com que o corpo precise de menos energia. Mas essa observação não é o bastante para que Castro olhe

para a alimentação indígena na Amazônia como possivelmente mais integrada com o ambiente. Ao invés disso, critica as práticas alimentares nessa região e também o próprio ecossistema local, de solo encharcado, propondo uma mudança alimentar e também a “colonização”, em suas palavras, da região, para sua transformação em terreno para o pasto. Podemos dizer que muitas das projeções de Josué de Castro se cumpriram no Brasil atual, e podemos pensar se isso é bom ou ruim, que tipo de contextos socioculturais estão sendo provocados e transformados por meio das relações de dominação e subjugação de outras espécies, além da exploração otimizada dos territórios e consumo exacerbado dos recursos da T/terra. Essas atitudes relativas à diferença e ao ambiente, que integram a ontologia relacional “naturalista” do Ocidente, podem ser pensadas como elementos-chave da empreitada colonial. No texto de Josué de Castro, esses elementos se confundem com a própria noção de humanidade.

Ao invés da fixação colonizadora proposta por Castro, a relação indígena com o ambiente e com as espécies cultivadas considera as condições de mobilidade. A conservação de diferentes espécies de milho revela uma verdadeira saga que vivem alguns grupos guaranis hoje. Em contextos de enfrentamento com o Brasil, eles foram desterrados e vivem sob contínua ameaça pela expansão e legitimidade do agronegócio, do cultivo de gado e soja e do uso de agrotóxicos. Empurrados para as grandes rodovias pelo processo que ainda acontece no Brasil de expropriação dos recursos nativos e das terras ocupadas tradicionalmente, os guaranis chegam a cultivar variedades de milho que não atendem às quantidades

necessárias para alimentação do grupo residencial. Cultivam o milho nesses casos não para comer, mas para colecionar as espécies no ambiente, trabalho de conservação *in situ* que poderia ser reconhecido, incentivado e remunerado pelo Estado brasileiro.

A discussão sobre a adaptação das escalas psicométricas de insegurança alimentar para os povos indígenas recoloca a atualidade dessas questões. Athila e Leite (2020) realizaram um estudo que buscou examinar pressupostos, procedimentos metodológicos e de participação indígena na validação de experiências de aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) entre povos indígenas específicos, chamando a atenção para o fato de que os “indígenas e outras minorias étnicas e populacionais, a despeito de sua vulnerabilidade alimentar e nutricional, não foram especificamente examinados” durante a construção do instrumento Ebia (Athila & Leite, 2020, p. 2). O próprio conceito de “insegurança alimentar” precisa ainda ser discutido à luz do pensamento indígena e dos sistemas alimentares ameríndios, como indicam as autoras na conclusão do estudo, considerando um contexto marcado pelas desigualdades no perfil epidemiológico em relação ao segmento não indígena da população, em que as doenças infecciosas e parasitárias são as principais causas de morbidade e mortalidade (Coimbra Jr. et al., 2013).

Vargas e outros (2013) realizaram um estudo importante com os guarani-mbyás na aldeia de Boa Esperança (ES), no qual a utilização da Ebia adaptada ao contexto local se mostrou possível para a avaliação da situação alimentar dos grupos domésticos. Contudo, permanecem aspectos e variáveis a serem considerados desde

uma perspectiva própria aos indígenas, como a percepção da sazonalidade dos sistemas alimentares e a própria percepção de “tempo” – aqui consideradas as consequências da experiência indígena em relação ao tempo para a definição do ritmo de provisão e consumo de alimentos. O estudo de Vargas e outros (2013) se destaca pelo fato de ser um dos poucos a desenvolver uma metodologia de adaptação da Ebia para amostragem por domicílios, enquanto outros estudos trabalharam com grupos focais (ver Athila & Leite, 2020, p. 5). A execução da pesquisa por domicílio me parece mais adequada na perspectiva indígena da residência como espaço do parentesco cotidiano e célula socialmente produtiva, mas essa questão deve ser continuamente recolocada se queremos abarcar a variedade de povos existentes no continente, com diferentes padrões residenciais e de organização social nos territórios. As dinâmicas locais de produção de alimentos, incluindo suas lógicas de relação, devem informar o critério metodológico.

Vargas e outros (2013) identificaram um grande número de pessoas guarani-mbyás vivendo com medo de ficar sem alimentos e que relata a experiência da fome no passado recente. Nos critérios da Ebia adaptada ao contexto mbyá, 82% da população na aldeia Boa Esperança (ES) apresenta um nível moderado ou grave de insegurança alimentar. Esses dados confirmam o sentimento indígena sobre a situação de vulnerabilidade programática a que estão submetidos. Considerando a perspectiva indígena de generosidade da T/terra na provisão de alimentos, podemos traduzir esses dados como o sentimento mesmo da impossibilidade da justiça.

DIFERENÇA E VULNERABILIDADE

A falha sistemática de justiça no acesso à saúde segundo critérios de “diferença” tem sido pesquisada e discutida por meio da análise do quadro de vulnerabilidade frente à perspectiva dos direitos humanos (Ayres et al., 2011, 2012; Paiva et al., 2012). Esse tipo de reflexão realizou um movimento paradigmático e metodológico importante, substituindo a preocupação com a história natural das doenças por uma ênfase na vulnerabilidade social e individual ao adoecimento como necessariamente relacionada a uma dimensão “programática”. Essa percepção surgiu de uma leitura sofisticada da teoria social do estigma e um olhar questionador para os recortes epidemiológicos que determinam as chamadas “populações-chave” no quadro de vulnerabilidade de contaminação por HIV (Paiva, 2013; Calazans et al., 2018).

O antropólogo Richard Parker tratou do estigma de maneira estimulante quando propôs um afastamento da perspectiva clássica que se desenvolveu na esteira das contribuições pioneiras de Erving Goffman. Ao invés de pensar o estigma como uma dimensão “ideal”, isto é, que se refere ao mundo das representações, e que orienta então uma “prática”, a saber, o preconceito ou a discriminação, Parker se distancia de uma abordagem focada nos processos cognitivos e psicológicos para defender que o estigma “tem sempre uma história”. Desenvolve assim uma percepção do estigma em termos pragmáticos e radicalmente contextuais, como reprodução das estruturas de poder e das desigualdades preexistentes. Essa nova maneira de entender o estigma permitiria falar em violência estrutural, que o autor define como aquela violência “evitável” que acomete, por exem-

plo, os afro-americanos nos EUA (mas também no Brasil), onde as populações negras estão sujeitas ainda hoje a desigualdades de oportunidades em educação, emprego, saúde e justiça, além da violência total institucionalizada que interpela e interrompe as suas vidas enquanto é preciso repetir tantas vezes que “vidas negras importam”³.

Com base em uma visão política da vulnerabilidade, os conceitos de “grupo de risco” e “comportamento de risco” puderam ser pensados a partir de um novo léxico conceitual e ético, diferenciando a vulnerabilidade social e individual da vulnerabilidade programática (Ayres et al., 2006). A vulnerabilidade social e individual diz respeito à ocorrência, na forma de eventos epidemiológicos, das estruturas de desigualdade; enquanto a vulnerabilidade programática se refere à institucionalização dessas estruturas de desigualdade nos sistemas de saúde e na lógica do cuidado, mas também, poderíamos afirmar, no próprio mundo em que vivemos e no conjunto de representações coletivas

sobre a vida e a organização das sociedades. Nesse sentido, Paiva e Zucchi (2012) defendem uma visão interessante da prevenção, segundo a qual, para prevenir doenças, é importante prevenir também o estigma, o preconceito e a discriminação em relação à diversidade da experiência humana.

Um novo passo na reflexão sobre os limites da justiça parece estar em curso e ser necessário para dar conta do cenário atual de renovação das preocupações sanitárias e sua centralidade para entender o mundo em que vivemos. Trata-se de colocar em foco um aspecto que já estava presente na análise social do quadro de vulnerabilidade e na discussão do estigma como produto da história (e não do comportamento): o caráter político da produção e reprodução das desigualdades na saúde. Sobre esse aspecto, discutindo a epidemia de Aids na África do Sul, o antropólogo Didier Fassin chama a atenção para o fato de que a epidemia é duplamente política: por um lado, envolve a necessidade de gestão por meio de políticas públicas e ações de governança e intervenção na realidade epidemiológica; por outro lado, a epidemia de Aids na África do Sul fazia reviver as tensões históricas do colonialismo, mobilizando atores sociais relacionados pelo conflito e por projetos societários em disputa. Essa parece ser uma perspectiva importante para pensar o cenário político-sanitário do Brasil atual.

A ênfase nos processos políticos tem significado a possibilidade de revisitar a questão sobre o acesso às condições de saúde como uma ocasião em que a justiça falha sistematicamente diante de determinados corpos, em certos territórios. E se a impossibilidade de justiça for uma condição do mundo como o conhecemos? E se não houver nenhuma pos-

3 Luis Eduardo Batista e outros (2020) discutem a criação do “quesito cor/raça” nos sistemas de informação em saúde, sua importância e os avanços que representa, por um lado, mas também as dificuldades de enfrentar o racismo nos serviços de saúde (Batista & Barros, 2017) e implementar a Política Nacional de Saúde da População Negra. Como um dado epidemiológico, “cor/raça” permite enxergar a ocorrência desigual das doenças e agravos à saúde, sobretudo no que se refere às doenças “evitáveis” – que acometem principalmente as populações negras e indígenas e que atestam assim o racismo estruturado na forma do Estado brasileiro. Por outro lado, o modo como “cor/raça” é utilizado nos formulários, muitas vezes sem respeitar o critério de autodeclaração no preenchimento, outras vezes classificando pessoas indígenas deliberadamente como “pardas” (sobretudo em contexto urbano), aponta para uma necessidade ainda hoje de aprimorar a produção de dados por recorte étnico-racial. Batista destaca que a implementação das políticas de saúde depende de gestores e técnicos comprometidos, além de uma coordenação efetiva do programa, em diálogo com os movimentos sociais.

sibilidade de justiça *neste* mundo, estaríamos dispostos a abrir mão dele? E se a falta de justiça não for uma incapacidade dos governos, mas um regime específico de exercício do poder e do monopólio da violência que caracteriza os Estados na modernidade? Com base nessa perspectiva, e considerando os atos de administração pública que sustentam a gestão política da saúde, torna-se então possível caracterizar “agência” e intencionalidade dos atores políticos. Essa abordagem permite entender o modo de funcionamento da política através das técnicas administrativas de gestão em saúde, ao invés de uma visão sobre o “fracasso” ou “incapacidade” das instituições em contexto de emergência sanitária. Pode-se pensar aqui em uma inversão do sentido do Estado como protetor das garantias individuais e coletivas: passamos a desconfiar da política como instrumento para a garantia do direito à saúde no momento atual, em que a gestão da vida se tornou um terreno de afirmação de agendas ideológicas de precarização e perda de direitos. O que a política federal de enfrentamento à pandemia de covid-19 tem feito, por meio da incitação anticientífica, ataques às medidas de saúde pública, apagão de dados, manipulação da comunicação em saúde em tempos de pós-verdade, é a promoção de um número já incalculável de mortes evitáveis, estilo de governo que no campo da teoria crítica da colonialidade tem se chamado “necropolítica” (Mbembe, 2003, 2019).

Não vivemos mais em tempos de gestão apenas biopolítica, como discutiu Foucault, em que os Estados nacionais atuam para fazer viver e deixar morrer. Na necropolítica do fim do mundo, alguns Estados atuam efetivamente na perspectiva de “fazer morrer”, enquanto os organismos e ordenamen-

tos capazes de tratar esses crimes contra a humanidade e as violações de direitos que se multiplicam no cenário atual parecem não funcionar na prática para impedir o que acontece agora, debaixo dos nossos olhos. No Brasil, o estudo multidisciplinar da Conectas Direitos Humanos e Cepedisa-FSP/USP (Asano et al., 2021) desenvolveu uma abordagem extremamente atual da “política da vulnerabilidade”. O estudo observou no cruzamento dos dados epidemiológicos com um conjunto extenso de atos normativos do governo federal uma dimensão evidente de agência e intencionalidade dos atores políticos, representantes da administração pública que atuam de modo a governar para a morte. Essa compreensão do contexto político-sanitário no Brasil se confirma com os dados da Apib (2020) sobre o governo federal como principal agente transmissor da covid-19 entre os povos indígenas, incluindo diversos povos que vivem em isolamento voluntário (ver Matos et al., 2020).

No Alto Rio Solimões (AM), um médico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) contaminou a população na região, dando início à pandemia do novo coronavírus em território indígena; no Vale do Javari (AM), equipes da Sesai levaram o vírus para a região com maior número de indígenas em isolamento voluntário e de recente contato no mundo exterior; no Alto Rio Purus (AC), equipes da Sesai levaram o vírus também para esse território com indígenas em isolamento voluntário e de recente contato; no Parque Tumucumaqui (fronteira entre os estados do PA e AP), o Exército levou o vírus para um dos territórios mais isolados e de difícil acesso logístico no país. Essa situação acontece ao mesmo tempo em que se agravam as condições de racismo insti-

tucional contra os povos indígenas: a Apib identificou falta de atendimento da Sesai aos indígenas que vivem em contexto urbano e fora dos territórios homologados; hospitais registram indígenas que vivem nas cidades como “pardos”, dificultando a vigilância em saúde por recorte étnico-racial; a postura irresponsável de questionamento das evidências em saúde e de ataque à saúde pública por parte do governo federal, cujo mandatário tem uma agenda pessoal contra os povos indígenas, estimula e autoriza o aumento dos crimes de racismo contra as comunidades indígenas no interior do Brasil; o acesso ao sistema de saúde e aos protocolos de testagem e tratamento é prejudicado pelo racismo, que faz com que muitos indígenas não confiem nas instituições.

Durante a pandemia do novo coronavírus, vimos o garimpo ilegal prosperar na Amazônia. Gostaria de introduzir alguns dados divulgados pela Casa Ninja Amazônia sobre a mineração em terra yanomami: pesquisa realizada pela Fiocruz (2016) revelou que 56% da população yanomami apresenta um índice de mercúrio acima do limite estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, em alguns casos acima do limite de tolerância biológica do corpo humano. O mercúrio, responsável pelo surgimento de doenças neurológicas, entre outros efeitos nocivos ao corpo humano, é utilizado na separação do ouro do leito dos rios, contaminando a água e os peixes que fazem parte da alimentação dos indígenas. A exposição ao mercúrio pode atingir os rins, o fígado e o sistema nervoso central, provocando a perda de coordenação motora, além de dificuldades na fala e audição. Nesse contexto, cumpre destacar que 80% das crianças yanomamis sofrem de desnutrição crônica, representando a situa-

ção nutricional mais delicada já reportada pela literatura científica nacional e uma das mais graves situações de insegurança alimentar em escala mundial; 81% das crianças yanomamis apresentam baixa estatura para a idade; 48,5% têm baixo peso; 69% têm anemia. Mesmo com todos esses dados, o governo federal apoia a regulamentação da mineração em terras indígenas, que pode agravar esse quadro.

Não é à toa que muitos povos indígenas tenham desenvolvido técnicas de xamanismo e cura nas quais identificam o “homem branco” como um agente patogênico e transmissor de doenças, propagador da morte e do sofrimento. Esses conhecimentos tradicionais atestam uma percepção da violência colonial que se perpetua nos dias de hoje, mas atestam também uma compreensão estrutural da relação com o colonizador, cuja condição é a violência. Pensar (n)os limites da justiça, conforme ensinou Ferreira da Silva (2019), implica que já não possamos estar certos de que a justiça deveria funcionar. Se queremos situar o nosso pensamento e lugar de percepção ao lado das pessoas em situação de vulnerabilidade, é preciso reconhecer que as instituições muitas vezes funcionam contra essas pessoas, e não para elas. Pesquisas que buscam revelar a agência e intencionalidade na condução de quadros necropolíticos são importantes porque nos ajudam a enxergar o mundo à luz da diferença, dando a ver certas lógicas de relação nos termos que o pensamento indígena, mas também a poética negra feminista e o saber das pessoas em situação de vulnerabilidade, já conhecem há muito tempo: relações estruturadas pela violência da colonialidade, nas quais se reconhece a responsabilidade do projeto nacional frente ao fim de tantos mundos.

À LUZ DA DIFERENÇA

O argumento desenvolvido neste artigo faz parte de uma pesquisa sobre o pensamento da diferença na obra de Denise Ferreira da Silva, com vistas a buscar suas contribuições para a saúde pública. Analisando a relação dos espaços de brilho e os espaços de obscuridade que são criados pela exploração colonial, Ferreira da Silva elabora uma contribuição importante para entender a produção de desigualdades. Além da lógica da exclusão, mobilizada como explicação pela sociologia das condições sociais, a autora defende que as desigualdades são produzidas fundamentalmente pela oclusão e obliteração. O pensamento de Josué de Castro sobre a alimentação indígena é um exemplo da lógica da oclusão: mesmo quando se procura incluir os indígenas em um plano nacional de gestão política da fome, essa inclusão não é suficiente para que haja justiça porque a lógica indígena de relação com o território é antes de tudo desconhecida, mas também desconsiderada, obliterada pelo projeto de “desenvolvimento” das elites nacionais.

Frente ao problema da obliteração, Ferreira da Silva trabalha com a imagem da “luz negra”, que faz brilhar o que estava opaco e permite ver as coisas de outra maneira. Essa é uma inspiração que procurei seguir neste artigo, com a proposta de valorização da perspectiva da “diferença”. Como na luz negra (Ferreira da Silva, 2016, 2019), quando olhamos para o mundo à luz da diferença, podemos enxergar o que antes não era visto, de modo a recolocar os termos do que se pode conhecer. Trata-se então de um método de pensamento que

tem por objetivo reconfigurar a possibilidade de conhecimento e realimentar a nossa consciência sobre o mundo. Nesse sentido, a pergunta que procurei perseguir neste artigo foi: o que significa a institucionalidade do poder no Brasil à luz da experiência indígena?

Do ponto de vista indígena, não há dúvidas de que o Brasil faz mal à saúde. No dia 22/4/2020, em uma reunião ministerial do governo brasileiro, o ministro do Meio Ambiente defendeu sua estratégia de ação durante a pandemia: aproveitar que a atenção do país estava voltada para uma emergência sanitária e “deixar passar a boiada”, em referência ao projeto de dismantelar progressivamente o ordenamento e as medidas de controle ambiental. Nessa reunião, o ministro da Educação mencionou que odeia o “termo *povos indígenas*”; no mesmo dia, por meio de instrução normativa, o governo brasileiro retirou da Funai a responsabilidade pelas terras indígenas que ainda não foram homologadas. Na prática, essas terras desapareceram do Sigef, que é o sistema de gestão fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Essa medida dá margem para ocupações irregulares reivindicarem a posse de terra, o que tem acontecido, mas as tentativas de usurpação dos territórios indígenas têm sido impedidas (até aqui) em nível legislativo local, por meio de liminares de justiça. Cabe notar, entretanto, que a política de Estado faz seu trabalho acirrando os conflitos locais, deslegitimando a ocupação tradicional da terra.

A institucionalização da expropriação tipicamente colonial, assim como da violência total anti-indígena e também anti-preta, revela o racismo como um aspecto

estrutural do Estado brasileiro que está causando mortes e precisa ser combatido com urgência. A transformação desse quadro não se concretizará apenas com a inclusão de pessoas indígenas e negras nas trocas sociais e na partilha da proteção do Estado, mas será preciso uma abertura da administração pública para a construção de novas lógicas coletivas (e coletivizantes) que possam surgir com a participação de profissionais desses segmentos populacionais em contato com os territórios. A tese de Nayara Scalco (2019), defendida na FSP/USP, mostra que a participação e o protagonismo do movimento indígena foram decisivos para a construção da política de saúde no país. Contudo, a fragmentação que caracteriza a relação interfederativa e também a complexidade técnica do ordenamento normativo (tecnocracia) são verdadeiros entraves para a integralidade no subsistema de saúde indígena (Scalco et al., 2020). O fortalecimento e aperfeiçoamento do nosso Sistema Único de Saúde é fundamental na busca por integralidade, pois o SUS tem sido uma das poucas medidas eficazes de transferência de riquezas e redução das desigualdades, mesmo que se reconheça ainda tanto por fazer.

Cuidar da saúde dos povos indígenas, mas também das populações negras e outros segmentos em situação de vulnerabilidade programática, alinha-se com o princípio de universalidade do SUS e com o combate às desigualdades que determinam os processos de saúde, doença e morte; alinha-se também com o objetivo de uma democracia plena, ainda em disputa no Brasil. Mas, além de cuidar, através das políticas de atenção à saúde, é preciso

fomentar a participação de profissionais indígenas e negros(os) na construção das lógicas que organizam o trabalho de cuidado, incluindo a elaboração e execução de políticas públicas, assim como os processos de decisão envolvendo a gestão em saúde.

Em seu livro *The logic of care*, a filósofa e antropóloga Anne-Marie Mol (2008) contrasta dois modos de gestão das doenças, a lógica do cuidado e a lógica da escolha. Considerando a rede diversa de atores que organiza a prática em saúde, pode-se dizer que essas lógicas são mobilizadas em situações diferentes, atribuindo posicionalidades em função do contexto. Desdobrando-se então a lógica da escolha, os pacientes ocupam também as posições de “cidadãos” no ordenamento que garante direito à saúde e “clientes” consumidores de produtos e serviços de saúde (Spink, 2015). Essa discussão é interessante porque entende o cuidado como um campo referencial da experiência, isto é, um conjunto de circunscrição lógica que organiza as práticas envolvendo saúde e doenças. Na mesma direção, María Puig de la Bellacasa (2012) investe na relação entre o “cuidado” e o “pensamento” a partir das políticas de saberes feministas. Em seu livro *Matters of care* (2017), Bellacasa discute três modos de pensar o cuidado: *speaking-for*, *thinking-with*, *dissenting-within*. Sua noção de *dissenting-within* (dissentir-por-dentro) é importante para a discussão proposta aqui, pois permite pensar o cuidado e o dissenso (ou a diferença) como partes do mesmo processo de encontrar-se em uma relação. Essa perspectiva aproxima então a lógica do cuidado de uma certa “lógica da alteridade” que procurei defender neste artigo.

Atentar para a produção múltipla e articulada de posições de vulnerabilidade individual, social e programática é crucial como possibilidade de resistência por meio da saúde coletiva frente ao acirramento das formas de governo necropolítico. Considerar

as perspectivas e dinâmicas relacionais que resultam dessas posições de vulnerabilidade permitirá dar um passo além no sentido de renovar as nossas lógicas de cuidado, para pensar a gestão em saúde como processo de compensação, restituição e retomada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. B. et al. "Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva", in G. S. R. Saggese et al. *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo, Terceiro Nome, 2018.
- APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. "Covid-19 e povos indígenas: o enfrentamento das violências durante a pandemia", in *Nossa luta é pela vida*. Relatório do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, 2020.
- ASANO, C. L. et al. "Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil". *Direitos na Pandemia*, Boletim n. 10. Cepedisa/FSP/USP e Conectas Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <http://cepedisa.org.br/publicacoes/>.
- ATHILA, A. R.; LEITE, M. S. "A medida da fome: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil". *Cad. Saúde Pública* [on-line], vol. 36, n. 10, 2020.
- AYRES, J. et al. "Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde", in G. Campos et al. (orgs.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo, Editora Fiocruz, 2006.
- AYRES, J. R.; PAIVA, V.; FRANÇA-JR., I. "Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro de vulnerabilidade e direitos humanos", in V. Paiva; J. R. Ayres; C. M. Buchalla. *Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde – Livro I – Da doença à cidadania*. Curitiba, Juruá, 2012.
- AYRES, J. R.; PAIVA, V.; FRANÇA-JR., I. "From natural history of disease to vulnerability: changing concepts and practices in contemporary public health", in R. Parker; M. Sommer (orgs.). *Routledge handbook in global public health*. Oxon, Taylor and Francis, 2011.
- BATISTA, L. E. et al. "Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra". *Saúde e Sociedade* [on-line], vol. 29, 2020.

- BATISTA, L. E.; BARROS, S. "Enfrentando o racismo nos serviços de saúde". *Cad. Saúde Pública*, vol. 33, 2017.
- BELLACASA, M. P. "Nothing comes without its world: thinking with care". *The Sociological Review*, vol. 60, n. 2, 2012.
- BELLACASA, M. P. *Matters of Care: speculative ethics in more than human worlds*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2017.
- CALAZANS, G. J.; PINHEIRO, T. F.; AYRES, J. R. "Vulnerabilidade programática e cuidado público: panorama das políticas de prevenção do HIV e da Aids voltadas para gays e outros HSH no Brasil". *Sexualidad, Salud y Sociedad* [on-line], n. 29, 2018.
- CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Editora Cruzeiro, 1946.
- CLASTRES, H. *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- CNDSS. "As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil". *Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde*. Ministério da Saúde/Fiocruz, 2008.
- COIMBRA JR., C. E. A. et al. "The First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil: rationale, methodology, and overview of results". *BMC Public Health*, vol. 13, 2013.
- COIMBRA JR., C. E. A.; SANTOS, R. V. "Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil". *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 5, n. 1, 2000.
- CRENSHAW, K. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum*, issue 1, article 8, 1989.
- FARIAS, J. *Governo de mortes: etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2020.
- FASSIN, D. *Quand les corps se souviennent. Expériences et politiques du Sida en Afrique du Sud*. Paris, La Découverte, 2006.
- FERREIRA DA SILVA, D. "Blacklight", in C. Molloy; P. Pirotte; F. Schöneich (orgs.). *Otobong Nkanga: luster and lucre*. Berlim, Sternberg Press, 2017.
- FERREIRA DA SILVA, D. "Diferença sem separabilidade", in J. Volz; J. Rebouças (orgs.). *Incerteza viva: 32a Bienal de Arte de São Paulo* [catálogo da exposição]. São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, 2016.
- FERREIRA DA SILVA, D. "Toward a black feminist poethics: the quest(ion) of blackness toward the end of the world". *The Black Scholar*, vol. 44, n. 2, 2014.
- FERREIRA DA SILVA, D. *A dívida impagável: lendo cenas de valor contra a flecha do tempo*. São Paulo, Oficina de Imaginação Política/Living Commons, 2019.
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. *Avaliação da exposição ambiental ao mercúrio proveniente da atividade garimpeira de ouro na terra indígena yanomami, RR, Amazônia, Brasil*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/diagnostico_contaminacao_mercurio_terra_indigena_yanomami.pdf.
- INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London, Routledge, 2000.
- JACUPÉ, K. *A terra dos mil povos: História indígena do Brasil contada por um índio*. São Paulo, Peirópolis, 2020.
- LÉVI-STRAUSS, C. *História de lince*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Nacional, 1976.
- MATOS, B. et al. "Violações dos direitos à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil". *Mundo Amazônico*, vol. 12, n. 1, 2021.
- MBEMBE, J-A. "Necropolitics". *Public Culture*, vol. 15, n. 1, 2003.
- MBEMBE, J-A. *Necropolitics*. Durham, Duke University Press, 2019.
- MOL, A-M. *The logic of care: health and the problem of patient choice*. NY, Routledge, 2008.
- MOUTINHO, L. "Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes". *Cadernos Pagu* [on-line], n. 42, 2014.
- NUNES, J. A.; LOUVISON, M. "Epistemologias do Sul e descolonização da saúde: por uma ecologia de cuidados na saúde coletiva". *Saúde e Sociedade* [on-line], vol. 29, n. 3, 2020.
- PAIVA, V. "Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à Aids". *Temas em Psicologia*, vol. 21, 2013.
- PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. *Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde. Da doença à cidadania* (Livro I). Curitiba, Juruá, 2012.
- PAIVA, V.; ZUCCHI, E. "Estigma, discriminação e saúde: aprendizado de conceitos e práticas no contexto da epidemia de HIV/Aids", in V. Paiva; J. R. Ayres; C. M. Buchalla. *Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde. Da doença à cidadania* (Livro I). Curitiba, Juruá, 2012.
- PARKER, R. "Stigma, prejudice and discrimination in global public health". *Cadernos de Saúde Pública* [on-line], vol. 28, n. 1, 2012.
- SCALCO, N. "*Tem que ser do nosso jeito*": participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. Tese PPGSP-FSP/USP, 2019.
- SCALCO, N.; AITH, F.; LOUVISON, M. "A relação interfederativa e a integralidade no subsistema de saúde indígena: uma história fragmentada". *Saúde Debate* [on-line], vol. 44, n. 126, 2020.
- TEMPASS, M. C. "*Quanto mais doce, melhor*": um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. Tese PPGAS-IFCH/UFRGS, 2010.
- VARGAS, L. C. et al. "Segurança alimentar e nutricional entre os Guaranis-Mbyá da Aldeia Boa Esperança, Aracruz, Espírito Santo, Brasil". *Rasbran: Revista da Associação Brasileira de Nutrição*, vol. 5, n. 1, 2013.

textos

Personagens autoritárias segundo Agatha Christie

Jean Pierre Chauvin

“Oh, besta monstruosa,
ele estava deitado como um suíno!”

(William Shakespeare, *A megera domada*, Cena I)

“O que então vigora no Supereu é como
que pura cultura do instinto de morte”

(Sigmund Freud, “O Eu e o Id”, Item V)

P

PERFIS

Personagens com perfil dominador são frequentes nos romances de Agatha Christie. Em geral, essas criaturas estão cercadas por familiares em conflito e podem se tornar autoras ou vítimas de crimes motivados por necessidade financeira, ódio ou vingança, como argumenta Sophie de Mijolla-Mellor (2006).

Não raro, encontramos amostras desses tipos autoritários, como é o caso da Sra. Boynton – a mãe castradora de *Encontro com a morte* (1938):

JEAN PIERRE CHAUVIN é professor da Escola de Comunicações e Artes da USP e autor de *Crimes de festim: ensaios sobre Agatha Christie* (Todas as Musas).

“Ouvii-se uma tosse asmática. A monumental figura que tricotava falou:

– Ginevra, você está cansada, é melhor ir para a cama.

Os movimentos dos dedos cessaram, e a moça apressou-se em negar:

– Não estou cansada, mamãe.

Gerard notou a beleza da musicalidade de sua voz.

– Sim, você está cansada. Eu sempre sei. Acho que não poderá ir à excursão amanhã” (Christie, 1996, p. 27).

Ou John Christow, o médico narcisista de *A mansão Hollow* (1946):

“– Se você detestasse doentes, não seria médico, querido – disse Gerda, rindo gentilmente.

– Mas sou exatamente por isso – retrucou John Christow. – Nenhum médico gosta de doença. Santo Deus, esta carne está gelada. Por que diabos você não a mandou de volta para a cozinha para não esfriar?

– Bem, querido, eu não sabia. Pensei que você estivesse chegando.

John Christow tocou a sineta. Um tilintar longo, irritado. Lewis apareceu prontamente” (Christie, 1980, p. 56).

Ou Miss Martindale, secretária mandona que aparece em *Os religiosos* (1963):

“Às duas e trinta e cinco, ouviu-se a campainha de Miss Martindale, e Edna Brent respondeu do escritório externo com a sua voz costumeira, ofegante e anasalada, enquanto manobrava um caramelo derretido entre seus maxilares.

– Pois não, Miss Martindale?

– Escuta Edna, não foi assim que eu lhe

ensinei a atender os telefonemas. Fale claro e sem ofegar.

– Desculpe, Miss Martindale.

– Assim está melhor. Quando você quer, você faz. Mande Sheila Webb falar comigo” (Christie, 2001, pp. 9-10).

Boynton é uma matriarca que cerceia o desejo dos filhos em prol de suas vontades. John despreza a dedicação da esposa e mantém uma indiscreta relação extraconjugal (sabida por quase todos de seu círculo de amizades). Martindale é uma secretária que supercontrola o trabalho de suas subordinadas, fingindo acreditar que elas alcançarão padrões inatingíveis de eficiência. Examinadas mais de perto, nota-se que essas criaturas exibem características diferentes, mas atuam de modo similar.

Provavelmente elas estejam confortáveis em seu papel “superior” e apreciem se sentir no comando. Esse comportamento de quem dirige e, simultaneamente, assiste a uma peça teatral também se liga ao fato de serem (ou se considerarem) o centro das atenções, porque nelas o narcisismo¹ parece ser contraparte do autoritarismo². Como percebeu Erich Fromm (1961, p. 21):

1 Em “Introdução ao narcisismo”, Sigmund Freud enxergava “em largos traços, uma oposição entre libido do Eu e libido do objeto. Quanto mais se emprega uma, mais empobrece a outra” (Freud, 2017, p. 17).

2 Para Virginia Helena Ferreira da Costa, “[...] no caso do autoritário que exterioriza o supereu, esta dualidade inerente a tal instância psíquica [o supereu] também é projetada, sendo que o traço idealizado e terno desta instância seria dirigido ao líder, ao passo que a agressividade e punição seriam direcionadas aos membros dos *outgroups*. Tal exteriorização pode ser vista como um modo de, novamente, evitar a vivência de conflitos psíquicos, de modo que, desta vez, a contradição a ser evitada seria justamente a do interior do próprio supereu” (Costa, 2019, pp. 225-6 – grifos meus).

“A não ser que a autoridade quisesse explorar o subordinado, não precisaria de governar graças ao temor e à submissão emocional; poderia estimular o julgamento e a crítica racionais – arriscando-se, assim, a ser considerada incompetente. Porém, como estão em jogo seus interesses próprios, a autoridade estabelece que *a obediência é a virtude capital e a desobediência o principal pecado*” (grifos do autor).

À mercê do domínio de Boynton, Christow e Martindale, quem mais sofre são seus familiares, amigos e colegas de trabalho. Poderíamos sugerir que as três personagens se comportam como sádicas³. Para elas, deter o comando é um misto de necessidade (no caso, controlar o mundo à sua volta) e prazer (pois se regozijam com o sofrimento que proporcionam aos objetos).

Conhecedora das teorias freudianas, é interessante observar que numerosas obras de Agatha Christie trazem violentas disputas entre casais, ou entre pais e filhos⁴, como pano de fundo para crimes – tanto os mais passionais, quanto aqueles planejados meticulosamente.

DOIS CASOS

Como se disse, é fácil a tarefa de reconhecer as personagens autoritárias na obra

de Agatha Christie. Em geral, trata-se de seres que, além de subjugar amigos e parentes em acordo com os seus desígnios, costumam domar a palavra por mais tempo e se sobrepor aos outros, durante os diálogos e ações. Como passam os dias a ordenar coisas aos criados e controlar os seus dependentes, é fundamental estudar como elas utilizam as palavras: quase nunca por acaso, ou a esmo.

Esses tiranetes quase sempre se impõem pelo discurso próprio e pelo cerceamento da fala circundante. Por isso, refletir sobre a linguagem e o modo como a negociam pode resultar em análises profícuas sobre suas personalidades, em correspondência com as ações unilaterais que eles adotam. Como disse Michel Foucault (2016, p. 12): “[...] o discurso – a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou esconde) o desejo; também é aquilo que é objeto do desejo”.

Talvez seja produtivo discutir esses discursos de comando, recorrendo a outras amostras. A título de ilustração, concentremo-nos mais detidamente em duas criaturas: o extravagante e misterioso Mr. Shaitana, de *Cartas na mesa* (1936), e o ranzinza Simeon Lee, de *O Natal de Poirot* (1938).

Shaitana era um sujeito de origem desconhecida. Manipulador sarcástico, vivia a dar indiretas a todo tipo de gente, inclusive as mais perigosas. Certo dia, comunica a Hercule Poirot que dali a duas semanas reuniria criminosos impunes, durante um jantar emendado em rodadas de *bridge*. Seu propósito era provocar os convidados, já que, para ele, o jogo era duplo. De certo modo, as rodadas de *bridge* são partidas dentro de um jogo maior e mais arriscado, em que o anfitrião apostou e perdeu a própria vida.

3 Theodor Adorno, em *Estudos sobre a personalidade autoritária*, defendia que “[...] a personalidade é principalmente um potencial; é uma prontidão para o comportamento, em vez de ser o próprio comportamento; embora ela consista em disposições para comportar-se de certas formas, o comportamento que de fato ocorrerá dependerá sempre da situação objetiva” (Adorno, 2019, pp. 82-83).

4 “[...] parece bem claro que o narcisismo de uma pessoa tem grande fascínio para aquelas que desistiram da dimensão plena de seu próprio narcisismo e estão em busca do amor objetal” (Freud, 2017, p. 34).

Simeon Lee é um multimilionário sem escrúpulos que enriqueceu com minas de diamante na África do Sul. No fim da vida, em cadeira de rodas e tomado pela artrite, cercado de criados que hostiliza, passa quase todo o tempo no espaço do quarto da mansão Gorston, propriedade em que reside desde criança. Certa feita, convida todos os filhos, noras e neta para celebrar o Natal em sua companhia. Sob o pretexto de celebrar a paz e semear o espírito da boa vontade, sua intenção é hostilizar os convidados e alimentar a discórdia entre eles – sabidamente interessados em disputar um quinhão da sua fortuna.

Ambos os romances contam com o célebre Hercule Poirot; mas a atuação dele não é a mesma. Em *Cartas na mesa*, o investigador é introduzido logo às primeiras linhas, durante breve diálogo com Shaitana. Em *O Natal de Poirot*, o detetive só participa da história após transcorrido um terço do volume. Nos dois casos, as deduções de Poirot são impressionantes, como de costume.

Entretanto, há uma diferença importante: a quantidade de personagens colocadas sob suspeita. Em *Cartas na mesa*, as investigações giram em torno de quatro jogadores sem amizade ou parentesco; em *O Natal de Poirot*, são pelo menos oito suspeitos, quase todos filhos e parentes de Simeon Lee. O fator numérico certamente interfere na condução dos enredos. Em *Cartas na mesa*, os diálogos entre os quatro investigadores e os quatro convidados são mais extensos e resultam em turnos e retornos de vozes. Em *O Natal de Poirot*, as entrevistas conduzidas por Poirot são mais objetivas, reservando-se maior espaço para aparentes digressões do narrador.

Além de estimular a curiosidade e sarna do leitor – empenhado em descobrir a

identidade dos assassinos –, esses romances interessam de perto por moldarem protagonistas marcantes e controversos no papel de anfitriões. É interessante observá-los em cena, mesmo porque o modo como Simeon Lee procede evoca as maneiras zombeteiras performadas por Shaitana. Consideremos a personalidade de dois sujeitos que foram mortos por compartilhar características e modos peculiares de se portar e agir:

“Toda a pessoa de Mr. Shaitana chamava a atenção – de propósito. Procurava deliberadamente criar um efeito mefistofélico. Era alto e magro, de rosto longo e tristonho, com sobrancelhas fortemente acentuadas, negras como breu. Usava bigode de rígidas pontas, espichadas, e uma minúscula pera preta. Seus trajes eram obras de arte – de corte requintado – mas com um toque de extravagância” (Christie, 1972, p. 10).

“[Simeon Lee] Uma figura maltrapilha e insignificante, se poderia pensar. Mas o nariz, aquilino e orgulhoso, e os olhos, escuros e intensamente vivos, poderiam fazer com que um observador mudasse de opinião. Ali havia fogo, vida e vigor” (Christie, 2016, p. 35).

Esses breves retratos aludem à aparência que os anfitriões têm e às razões que os impulsionam. Embora estejam em circunstâncias e momentos diferentes, Shaitana e Simeon Lee se deliciam em reunir pessoas e provocar mal-estar. Trata-se de homens endinheirados, viajados e poderosos que se divertem em submeter seus convidados a situações constrangedoras, para dizer o mínimo. Em suas atitudes, transparece o gosto por controlar a vontade dos outros, enquanto

avaliam a reação alheia (seja do canto da sala, seja do quarto isolado).

Durante o jantar em sua residência, Shaitana é figurado como um sujeito teatral e sarcástico:

“Houve um leve zunzum de vozes que se espalhou pelo saguão quando o mordomo abriu uma porta e anunciou:

– Monsieur Hercule Poirot.

De copo de xerez na mão, Shaitana veio a seu encontro. Estava, como sempre, vestido de modo impecável. O toque mefistofélico nessa noite se acentuava, as sobancelhas pareciam frisadas num trejeito de zombaria” (Christie, 1972, p. 15).

O patriarca Simeon Lee não fica atrás, ao provocar o filho Alfred:

“Simeon voltou-se para Alfred:

– Você está vendo? Será um Natal grandioso! Todos os meus filhos à minha volta. Todos os meus filhos! Aí está, Alfred, essa é sua pista. Agora adivinhe quem é o outro visitante.

Alfred o encarou.

– Todos os meus filhos! Adivinhe, garoto! Harry, é claro! Seu irmão Harry!

Alfred ficou muito pálido e gaguejou:

– Harry... não Harry...” (Christie, 2016, p. 38).

CENÁRIOS

Shaitana e Lee divertiam-se em testar os limites das pessoas, para ver quão perturbadas elas ficavam; seu erro foi subestimar o efeito provocado e o absoluto risco que corriam.

Tanto suas personalidades quanto suas condutas reforçam a hipótese de que o es-

tudo das personagens pode constituir uma produtiva chave de leitura dos romances, para além do rótulo detetivesco. Acrescente-se um segundo fator, que talvez ajude a perceber melhor as proporções dessas imagens e sua moldura: o vínculo entre a personalidade de Shaitana e Simeon Lee e o cenário em que estão inseridos. Eis uma constante que, sem se restringir a esses romances em particular, merece ser analisada com atenção.

“Mr. Shaitana demorou-se um instante a observar, sorrindo à socapa. Depois atravessou a sala, indo sentar numa poltrona grande junto à lareira. Uma bandeja com bebidas havia sido trazida e colocada numa mesa adjacente” (Christie, 1972, p. 24).

“[Simeon Lee] Em uma poltrona grande e antiga, a maior e mais imponente de todas, sentava-se a figura magra e extenuada de um velho. Suas mãos longas como garras descansavam sobre os braços da poltrona” (Christie, 2016, p. 34).

Se o crime, por mais hediondo que seja, induz a nossa porção “infantil” a devorar as páginas do romance “de enigma” (Mijolla-Mellor, 2006), de modo geral, o leitor também experimenta um misto de fascínio e repulsa ao decodificar a maneira como essas criaturas são e agem. Nesse sentido, a ligação entre as personalidades (dominadoras ou não) e o ambiente em que vivem sugere que a narrativa policial não se reduz a uma historieta superficial e cheia de peripécias, concebida exclusivamente para atirar leitores sedentos de passar o tempo a deslindar mistérios.

Decompor e analisar personagens pode ser um recurso importante para quem lê e

interpreta as obras de Agatha Christie. Por isso mesmo, o estudo de caracteres precisa ser conduzido com redobrada atenção. Vale lembrar que essas engenhosas histórias devem muito à galeria de personagens e têm muito a dizer sobre a “natureza humana” – como bem sabiam Jane Marple e Hercule Poirot.

Personagens como Boynton, Shaitana, Simeon Lee e John Christow são capazes de sobreviver ao destino que lhes foi conferido na trama. Isso acontece, em parte, porque não é tão difícil detectar vestígios de pessoas de nosso convívio em tais figuras.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa; Francisco López Toledo Corrêa; Carlos Henrique Pissardo. São Paulo, Editora Unesp, 2019.
- CHRISTIE, Agatha. *Cartas na mesa*. Trad. Milton Persson. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1972.
- CHRISTIE, Agatha. *A mansão Hollow*. 2ª ed. Trad. Vânia de Almeida Salek. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- CHRISTIE, Agatha. *Encontro com a morte*. Trad. Tereza Bulhões de Carvalho Fonseca. São Paulo, Círculo do Livro, 1996.
- CHRISTIE, Agatha. *Os relógios*. 4ª ed. Trad. Carmen Prudente. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- CHRISTIE, Agatha. *O Natal de Poirot*. Trad. Jorge Ritter. Porto Alegre, L&PM, 2016.
- COSTA, Virginia Helena Ferreira da. *“A personalidade autoritária”: antropologia crítica e psicanálise*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *L’Ordre du discours*. 1ª reimp. Paris, Gallimard, 2016.
- FREUD, Sigmund. “O Eu e o ID”, in *Obras completas*, vol. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 13-74.
- FREUD, Sigmund. “Introdução ao narcisismo”, in *Obras completas*, vol. 12. 5ª reimp. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2017, pp. 13-50.
- FROMM, Erich. *Análise do homem*. 2ª ed. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- MIJOLLA-MELLOR, Sophie de. *Un divan pour Agatha Christie*. Le Bouscat, L’Esprit du Temps, 2006.
- SHAKESPEARE, William. *The taming of the shrew*. Oxford, Oxford University Press, 2008.

Recordações revisitadas

José de Paula Ramos Jr.

L

ima Barreto, no ano de 1907, publicou na revista *Floreal*, dirigida por ele, os dois primeiros capítulos e parte do terceiro de seu romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. A revista deixou de circular em dezembro daquele ano. Desde então, até o fim do ano seguinte, o jovem escritor buscou em vão quem lhe editasse a obra em livro.

Encontrando fechadas as portas no Brasil, decidiu oferecer seus originais ao editor português A. M. Teixeira, por recomendação do amigo João Pereira Barreto. Antônio No-

JOSÉ DE PAULA RAMOS JR. é professor do curso de Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP e autor de *Leituras de Macunaíma: primeira onda (1928-1936)* (Edusp/Fapesp).

ronha Santos, outro amigo dedicado de Lima Barreto, em viagem para a França, de passagem por Lisboa, foi portador do manuscrito.

O editor aceitou publicá-lo, desde que o autor abrisse mão de seus direitos. Lima não teve dúvida, o que lhe interessava era lançar o seu primeiro livro, que chegou pronto ao Brasil no final de 1909.

O texto dessa edição, porém, foi preparado pelo escritor português Albino Forjaz de Sampaio, que interferiu nos originais, como atesta o autor no agradecimento contido na “Breve notícia” que serve de abertura ao romance, quando de sua segunda edição. Nela, Lima Barreto reconhece que as *Recordações* “muito devem em correção” ao intelectual lusitano.

A despeito disso, Lima discordou de várias intervenções e as eliminou, restituindo a lição original na segunda edição, publicada em 1917 pela Tipografia da Revista dos Tribunais, com nova tiragem, no mesmo ano, por A. de Azevedo & Costa Editores. Como informa o frontispício do livro, essa edição fora “revista e aumentada”. Tal testemunho, último em vida do autor, contém, portanto, o texto do romance que serve, ou devia servir, de base para todas as edições subsequentes, que se multiplicaram após a primeira edição póstuma, da Editora Mérito, provavelmente de 1949, e, principalmente, após a edição como primeiro volume das *Obras de Lima Barreto* (17 volumes), dirigidas por Francisco de Assis Barbosa, com a colaboração de Antônio Houaiss e Manuel Cavalcanti Proença (Editora Brasiliense, 1956).

GÊNERO

Em *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, o título já indica de modo inequívoco

que se trata de um romance memorialista. Não se trata, porém, de um exemplo “puro” desse gênero, pois, se tem qualidades para ser admitido como romance, a obra fica indecisa entre esse gênero mais exigente e o menos exigente dos gêneros em prosa – a crônica. Misto de romance e crônica, a narrativa é construída por meio da memória do narrador, Isaiás Caminha, que se propõe a contar a história de sua vida – “nascimento, infância, puerícia e mocidade”. Nessa medida, do ponto de vista do gênero, as *Recordações* podem ser também entendidas como um romance de formação. O processo de transformação interior do protagonista é acompanhado pelo leitor graças à narrativa confessional – acompanhamos as metamorfoses da vida psíquica de Isaiás, o seu mundo interior, porque ele mesmo é o narrador que, mais maduro, relata os acontecimentos vivenciados na juventude. Assim, seus pensamentos e sentimentos são comunicados pelo método de autoanálise, que vai construindo um perfil moral denso e contraditório, uma personalidade de rica psicologia, cuja mutabilidade determina sua condição de personagem esférica.

Envolvido pelos sentimentos do passado, que se projetam no presente – “recordar é viver”, como diz a marcha carnavalesca de Aldacir Marins e Macedo –, o narrador dá à narrativa um tom emocional, que pode ser particularmente constatado em suas intervenções mais ou menos frequentes na história, quer para comentá-la, quer para explicá-la, quer para explicar-se.

Sentindo na própria pele a discriminação racial e social, o mulato Lima Barreto confere ao relato um tom de revolta e ressentimento e uma perspectiva de denúncia e crítica crescentes, que por vezes

se sobrepõem à intenção de narrar. O autor projeta-se no narrador-protagonista, o mulato Isaías, para expressar sua revolta contra o meio hostil.

Numa carta dirigida a Lima Barreto quando da primeira edição, o crítico José Veríssimo encorajava o autor estreante com palavras amáveis:

“Sincera e cordialmente o felicito pelo seu livro. Há nele o elemento principal para o fazer superior, talento. Tem muitas imperfeições de composição, de linguagem, de estilo, e outras que o senhor mesmo, estou certo, será o primeiro a reconhecer-lhes, mas com todos os seus senões é um livro distinto, revelador, sem engano possível, de talento real”¹.

Embora ressaltasse o talento artístico do autor, Veríssimo aponta que a obra apresentava um certo desequilíbrio, sendo o seu maior defeito o excesso de personalismo. Nessa perspectiva pode-se entender que Lima Barreto se identifica com o narrador-personagem e dá vazão a seu ressentimento contra a sociedade por meio de Isaías, que pode ser visto como o seu *alter ego*.

Duas críticas que noticiaram o lançamento da obra reconheciam também os méritos literários do autor, mas condenavam o romance. A primeira, de Medeiros e Albuquerque, saída na edição de 15/12/1909 do jornal *A Notícia*, lamentava o caráter panfletário do livro e o fato de ele pertencer ao gênero inferior dos *romans à clef*; a segunda, de Alcides Maia, publicada em

16/12/1909 no *Diário de Notícias*, era mais benevolente, mas ecoava a opinião de José Veríssimo ao indicar como defeito do livro o seu caráter excessivamente pessoal, dizendo: “O volume, vez por outra, dá a penosa impressão de um desabafo, mais próprio das seções livres que do prelo literário”.

Recordações do escrivão Isaías Caminha, certamente, não é obra autobiográfica, mas o autor emprestou à personagem de ficção muito de suas experiências reais, mas não só isso. Muitas personagens transfiguraram por meio da caricatura de personalidades reais do jornalismo e das letras da *belle époque*, o que dá razão a Medeiros e Albuquerque quando classificou a obra como um *roman à clef*.

Lima Barreto ficou desgostoso ao verem em sua obra apenas a caricatura ferina dos medalhões do jornalismo e das letras. Para ele, a maior preocupação seria a de demonstrar que o insucesso de Isaías não decorria de fatores intrínsecos à personagem, mas de fatores sociais. De fato, a primeira parte do livro pinta um quadro expressivo das adversidades de Isaías, num mundo degradado pelo egoísmo, ambição e preconceito.

Os primeiros sete capítulos, dos 14 que compõem a obra, aproximam-se do modelo de romance realista do século XIX. No prefácio atribuído ao suposto autor do livro, lê-se a intenção de se escrever obra de tese, literatura militante, como os romances naturalistas de Émile Zola. Isaías Caminha sentiu-se indignado com um artigo de revista onde se liam

“considerações desfavoráveis à natureza das pessoas do meu nascimento [negros ou mulatos], notando a sua brilhante pujança nas

1 Carta de José Veríssimo, datada de 5 de março de 1910 (Assis Barbosa, 1988, p. 151).

primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou, em regra geral, pela ausência deles” (Barreto, 1956, p. 40)².

Como se pode notar, a citação contém um preconceito etnocêntrico branco, europeu, de fundo determinista, muito difundido pelo cientificismo da época, segundo o qual as pessoas de raça negra ou mestiça seriam inferiores por condição biológica. Caminha decide escrever a história de sua vida na esperança de demonstrar, por intermédio dela, o equívoco da opinião disseminada e uma outra forma de encarar a questão.

PERSONAGENS

Como personagem, Isaías é um rapaz que sonhava sair da vida obscura de província, ir para a capital, formar-se doutor e conquistar geral reconhecimento de sua superioridade moral e intelectual, de acordo com a imagem que fazia de si mesmo. Rapaz pobre, mulato, culto, bom e talentoso, que tenta ascender na sociedade, Isaías é barrado pelo preconceito. Tinha tudo para realizar seu sonho, cultura, inteligência e determinação, mas, saindo de casa e chegando à cidade grande, o ingênuo jovem sofre com a indiferença e a má vontade das pessoas, experimenta a dor da humilhação, da miséria e da fome, até conformar-se com a posição humilde que assume na sociedade, a despeito de seus méritos. A determina-

ção, aos poucos, se extingue, perante as decepções amargas; a inteligência se embota perante a mediocridade e estupidez do meio em que circula; a cultura parece inútil, pois o dinheiro e os preconceitos são os valores que imperam na sociedade. Isaías não consegue transpor os obstáculos, que acabam por levá-lo ao fracasso.

Na primeira parte da obra, como bem assinalou Alfredo Bosi (2002), ao lembrar uma formulação de George Lukács, “a narração levaria ao coração da personagem os múltiplos episódios compostos à sua volta e que passariam a ser inerentes ao seu destino”, enquanto na segunda parte “a descrição, ao contrário, conteria sempre uma dose de exterioridade, valeria por seus efeitos miméticos ou decorativos, mas não se fundiria organicamente com os pensamentos e atos” do protagonista.

Como bem assinalou Francisco de Assis Barbosa (1988, p. 143),

“o livro como que se transforma, do meio para o fim, num verdadeiro panfleto contra a imprensa da época, em contraste, até certo ponto chocante, com o desenvolvimento harmonioso dos primeiros capítulos”.

Na segunda parte, que vai do oitavo capítulo ao último, dá-se uma mudança de registro. A personagem principal deixa de ser Isaías e passa a ser a imprensa; a narrativa de situações humanas vivenciadas no íntimo cede espaço à descrição de situações exteriores justapostas, estilhaçando a narrativa unificada em Isaías e provocando a dispersão em episódios fortuitos, que envolvem as diversas personagens da redação do jornal *O Globo*. Perdida a unidade orgânica da narrativa,

2 As demais citações do romance serão extraídas dessa edição, com a indicação do número da página somente.

esta se fragmenta, aproximando-se da forma mais superficial da crônica.

Apesar da ruptura do modo romanesco, que provoca o desequilíbrio apontado por José Veríssimo, o registro da crônica favorece a notável pintura da cidade do Rio de Janeiro, no tempo da grande reforma urbanística promovida pelo prefeito Pereira Passos, com o intuito de dar um aspecto cosmopolita à então capital da República. Ruas elegantes, largos, praças, bairros, prédios, o cais, o subúrbio, a Ilha do Governador, ambientes exteriores e interiores são desenhados como por sinédocos, em que detalhes expressivos sugerem uma impressão de todo, como a pequena enumeração de objetos e instalações do quarto de pensão em Rio Comprido, habitado por Caminha, sugere o ambiente do antigo palacete transformado em promíscuo cortiço.

O movimento de bondes, carruagens, multidões, personagens típicas, como jornalistas, políticos, policiais, militares, comerciantes, trabalhadores, lavadeiras, prostitutas de luxo ou decadentes, moradores de um cortiço suburbano animam as locações, sugerindo o dinamismo da vida, como pode ser observado no excerto que se transcreve como exemplo:

“De há muito que a rua parecia retomar a sua vida normal. Durante todo o dia os passeios se fizeram como nos dias comuns; repentinamente, porém, uns grupos que paravam no canto do Largo de São Francisco vaiaram a polícia. O esquadrão, com o alferes na frente, partiu como uma flecha e foi descendo a Rua do Ouvidor, distribuindo cutiladas para todos os lados. O pequeno vendedor de jornais não teve tempo de fugir e foi derrubado pelos primeiros cavalos e

envolvido nas patas dos seguintes, que o atiraram de um lado para o outro como se fosse um bocado de lama.

Quando suspenderam a carga, alguns populares trouxeram-no morto para o escritório do jornal. O cadáver estava num estado ignóbil: tinha quase todos os ossos partidos, o crânio esmagado e o ventre roto” (pp. 250-1).

Personagens que compõem a redação do jornal *O Globo* recebem tratamento mais detalhado, mas caricato, o que muito incomodou aqueles que se sentiram retratados. Como vimos, isso foi motivo para que o romance recebesse críticas negativas dos seus contemporâneos. No entanto, passado mais de um século das duas edições publicadas em vida do autor, são esquecidas as relações que as caricaturas mantêm com os referentes e adquirem uma função meramente crítico-humorística, com seus aspectos de deformação grotesca:

“Lembrei-me no dia seguinte dessa frase que o Raul Gusmão, um jovem jornalista, da amizade do Laje da Silva, pronunciou solenemente devagar no botequim do teatro, enquanto nos servíamos de bebidas. Disse-a com a sua voz fanhosa, sem acento de sexo e emitida com grande esforço doloroso. Falar era para a sua natureza obra difícil. Toda a sua pessoa se movia, se esforçava extraordinariamente; todos os seus músculos entravam em ação; toda a energia da sua vida se aplicava em articular os sons e sempre, quando falava, era como se falasse pela primeira vez, como indivíduo e como espécie. Essa sua voz de parto difícil, esse espumar de sons ou gritos de um antropoide que há pouco tivesse adquirido a palavra

articulada, deu-me não sei que mal-estar, que não mais falei até à sua despedida. Tive medo de que me fosse preciso empregar o mesmo esforço, que a minha palavra custasse também aquela grande dor já olvidada e vencida pela nossa espécie; e fiquei a ouvi-lo respeitosamente, tanto mais que nos tratou, a mim e ao padeiro, com tal desdém, com tal superioridade que fiquei entibiado, esmagado, diante do retrato que dele fiz intimamente, de um grande literato, universal e aclamado, espécie de Balzac ou Dickens, apesar dos seus guinchos de pitecantropo.

Falava e não nos olhava quase; errava os olhos – os olhos pequeninos dentro de umas órbitas quase circulares a lembrar vagamente uma raça qualquer de suíno – errava os olhos, dizia, pelo pátio do teatro, e quando nos fixava trazia uma expressão de escárnio que ele mantinha num razoável dispêndio de energia muscular” (pp. 67-8).

“[...] de perto, ali a dois passos de mim, o seu olhar fixo, atrás de fortes lentes, a testa baixa e fugidia, quase me fizeram duvidar que fosse aquele o Veiga Filho, o grande romancista de luxuoso vocabulário, o fecundo *conteur*, o enfático escritor a quem eu me tinha habituado a admirar desde os quatorze anos... Era aquele o homem extraordinário que a gente tinha que ler com um dicionário na mão? Era aquela a forte cerebração literária que escrevia dois e três volumes por ano e cuja glória repousava sobre uma biblioteca inteira? Fiquei pasmado. Com aquele frontal estreito, com aquele olhar de desvairado, com aquela fisionomia fechada, balda de simpatia, apareceu-me sem mobilidade, sem ductibilidade, rígido, sinistro e limi-

tado. Acresce que o branco da sua tez soava falso, e do seu espírito julguei logo, vendo o esforço que punha a escova na testa para ganhar diariamente terreno ao cabelo!” (p. 170).

De fato, qual a importância, atualmente, de saber que a personagem Raul Gusmão corresponde, na vida real, ao escritor João do Rio, e Veiga Filho representa o então afamado polígrafo Coelho Neto? A celebridade e o prestígio desfrutado por eles entre seus contemporâneos não impediram que a memória de João do Rio e de Coelho Neto ficasse mais e mais obscurecida com o passar do tempo. Aliás, a figuração satírica dos redatores e repórteres do jornal cumpre perfeitamente a função de representar personagens de ficção, como transparece na leitura atual das caricaturas e das ações dos caricaturados, de tal modo que é desnecessária a alusão a personalidades da vida real para a satisfatória compreensão da narrativa. Tais personagens são concebidas como típicas do campo jornalístico, de tal modo que, no conjunto, constituem uma espécie de personagem coletiva: a imprensa. A esse universo são dirigidas as palavras mais duras:

“Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e

da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adúlá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas...” (pp. 145-6).

“[A imprensa] é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses...” (p. 146).

A imprensa, enfim, torna-se a personagem central da segunda parte do romance, como já foi assinalado. Assim, o protagonista Isaías Caminha, que ocupa o centro dos acontecimentos do primeiro ao sétimo capítulo, como que se converte em testemunha, deslocado para a periferia dos episódios narrados cujo centro passam a ser, na segunda parte, os casos e acasos vivenciados pelo coletivo do jornal *O Globo*. O narrador os observa a distância e ele não repercute de modo sensível na interioridade de Isaías Caminha. A narrativa, como também já foi assinalado, deixa de ter a forma romanesca, com os episódios encadeados, e se aproxima do tom da crônica, em que os episódios são justapostos e pouco dizem respeito às metamorfoses que se verificam na esfera moral de Isaías.

TRIBULAÇÕES DE ISAÍAS

O mundo interior do protagonista Isaías é exposto pelo narrador Isaías. Assim, observa-se que o mulato Isaías Caminha, desde a infância, identifica-se com a figura do pai, branco e culto, enquanto se sente tão diferente da mãe, negra e sem formação escolar, que chega a se envergonhar dela.

Na primeira juventude, quando sai da roça e viaja para o Rio de Janeiro, sente-se ferido pelo comportamento de um balconista que o desdenhara “em tom desabrido”, quando pedira o troco que demorava a ser entregue, enquanto atendia com respeito e “prazenteiramente” um rapaz loiro que fizera o mesmo pedido. Caminha não entende a razão da desigualdade, tenta decifrá-la examinando a sua aparência, mas sua ingenuidade o impede de atinar com o motivo da diferença de tratamento.

Já no Rio de Janeiro é intimado para depor na polícia, em razão de um roubo no hotel em que se hospedava. Na delegacia, ouve um escrivão referir-se a ele como o “mulatinho”. Tal palavra tinha uma conotação fortemente injuriosa, ainda em vigor atualmente, e o magoa como se tivesse levado uma bofetada. Esse episódio e muitos outros de natureza semelhante terminam por operar uma mudança no caráter de Isaías:

“– E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal ‘mulatinho’?”

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade,

portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. Hoje, agora, depois não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal, caído dos meus sonhos, sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso” (p. 110).

Interrogado asperamente pelo delegado, Isaías percebe a existência do preconceito geral que considerava inferiores, *a priori*, pessoas negras ou mulatas.

“Na viagem, vira-as [demonstrações de preconceito racial] manifestar-se; no Lage da Silva, na delegacia, na atitude do delegado, numa frase meio dita, num olhar, eu sentia que a gente que me cercava me tinha numa conta inferior. Como que sentia que estava proibido de viver e fosse qual fosse o fim da minha vida os esforços haviam de ser titânicos” (p. 124).

Após sofrer meses por falta de dinheiro e fome, Isaías consegue o emprego estável, mas humilde, de contínuo do jornal *O Globo*. Muda-se, então, para um cortiço no subúrbio carioca de Rio Comprido, onde observa “de que maneira forte a miséria prende solidamente os homens”, embora a solidariedade se desfizesse imediatamente perante qualquer demonstração de hostilidade:

“Num cômodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras e eu tive ali ocasião de observar de que maneira forte a miséria prende solidamente os homens.

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive separada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam. Talvez não se amassem, mas viviam juntos, trocando presentes, protegendo-se, prestando-se mútuos serviços. Bastava, entretanto, que surgisse uma desinteligência para que os tratamentos desprezíveis estalasse de parte a parte” (p. 222).

Embora o tom geral do romance seja de revolta e denúncia, há espaço para notações líricas, como a descrição da chácara em que Isaías Caminha fora morar:

“O jardim, de que ainda restavam alguns gramados amarelecidos, servia de coradouro. Da chácara toda, só ficaram as altas árvores, testemunhas da grandeza passada e que davam, sem fadiga nem simpatia, sombra às lavadeiras, cocheiros e criados, como antes o fizeram aos ricos que ali tinham habitado. Guardavam o portão duas esguias palmeiras que marcavam o ritmo do canto de saudades que a velha casa suspirava; e era de ver, pelo estio, a resignação de uma velha e nodosa mangueira, furiosamente atacada pela variegada pequenada a disputar-lhe os grandes frutos, que alguns anos atrás bastavam de sobra para os antigos proprietários. [...]

Quando refletia assim, era tarde e, da janela do meu quarto, eu via bem a cortina de montanhas desde Santa Teresa ao Andaraí. O sol descambara de todo e a garganta da Tijuca estava cheia de nuvens douradas.

Um pedaço do céu era violeta, um outro azul e havia mesmo uma parte em que o matiz era puramente verde.

Olhei aquelas encostas cobertas de árvores, de florestas que quase desciam por elas abaixo até às ruas da cidade cortadas de bondes elétricos. Quantas formas já as cobriram; quantas formas já as não tinham pisado! Depois que a civilização viera, quantas vezes elas não tinham sido despovoadas, e perdido o seu tapete de verdura?! E pelos séculos, apesar dos cataclismos, das evoluções geológicas, da ação do homem, nem uma só vez aquela terra deixara de fazer surgir plenamente, nas ramagens das árvores e nas plumagens do passaredo, a energia vital que estava nas suas entranhas!” (pp. 221-3).

Na condição de contínuo do jornal, Isaías Caminha ostenta o seu conformismo:

“Vivia, então, satisfeito, gozando a temperatura, com almoço e jantar, ignobilmente esquecido do que sonhara e desejara. Houve mesmo um dia em que quis avaliar ainda o que sabia. Tentei repetir a lista dos Césares, não sabia; quis resolver um problema de regra de três composta, não sabia; tentei escrever a fórmula da área da esfera, não sabia. E notei essa ruína dos meus primeiros estudos cheio de indiferença, sem desgosto, lembrando-me daquilo tudo como impressões de uma festa a que fora e a que não devia voltar mais. Nada me afastava da delícia de almoçar e jantar por sessenta mil-réis mensais” (p. 246).

Passado um ano, Caminha adaptara-se, chegando a ter orgulho de ser o que era.

Não estudou mais. Envolvera-se completamente com a vida do jornal.

Admirava-se do poder da imprensa. Via o jornal influir decisivamente sobre a opinião pública e o governo, criar e destruir reputações políticas e literárias. Diariamente, passava pela redação um cortejo de gente ilustre, que ia bajular os jornalistas na esperança de merecer uma nota favorável.

Esse poder fazia com que todos no jornal se sentissem superiores, do operário ao proprietário. E um pouco da consideração dispensada aos repórteres, articulistas e diretores sobrava para ele, um simples contínuo, que era tratado com deferência especial na pensão em que vivia, onde era chamado “jornalista”.

O Globo era um diário de oposição, dirigido pelo doutor Ricardo Loberant. O jornal, em pouco tempo de existência, conquistara uma posição de destaque entre os de maior tiragem, em virtude de sua linha editorial combativa. Os outros grandes órgãos de imprensa estavam comprometidos com o governo, enquanto *O Globo* assumia um tom acentuadamente crítico, denunciando escândalos públicos e privados, conquistando assim grande e rápida popularidade. O espírito de *O Globo* era transmitido pelo diretor, que exigia dos colaboradores a mesma acidez dos textos assinados por ele, textos em que desferia terríveis ataques aos “nossos problemáticos tiranos”.

Mas a imagem assumida para efeito externo, para o público, contrastava com o que acontecia no cotidiano do jornal. No espaço acanhado da redação, articulistas e repórteres negavam na prática o desinteresse e independência que ostentavam em seus escritos. Todos bajulavam ostensivamente o doutor Loberant, tinham-lhe grande medo,

aterrorizava-lhes a ideia de perder o emprego – o que era comum, pois o diretor agia em seu estabelecimento mais despoticamente que os “tiranos” criticados por ele. Isaías, testemunha do cotidiano da redação, foi compreendendo que a opinião do jornalista era, em primeiro lugar, a que interessava ao dono do jornal; em segundo lugar, vinha o seu próprio interesse pessoal.

O Globo chega ao apogeu por ocasião de uma revolta popular motivada por uma lei absurda, que o Parlamento esteve propenso a aprovar. Pretendia-se proibir o povo da capital da República de andar descalço nas ruas. *O Globo* encabeça uma campanha contra a lei, denunciando que se tratava de negociata para favorecer a indústria de calçados. A indignação popular vai sendo alimentada pelo jornal, até que explode com o boato de que o governo submeteria quem tivesse pés grandes a uma operação cirúrgica para diminuí-los. Durante alguns dias a cidade se transforma em praça de guerra. Bondes eram incendiados, a iluminação pública era destruída, bandos de populares enfrentavam batalhões policiais, havia troca de tiros e algumas vítimas inocentes tombaram mortas.

A vida de Isaías Caminha dá uma guinada em decorrência de uma tragédia acontecida na redação. Certa noite, o prestigiado Floc, responsável pela seção de Artes e Literatura, chega ao jornal por volta da meia-noite para escrever uma crônica sobre o espetáculo musical que acabara de assistir no teatro. A oficina dependia desse artigo para fechar a edição e pressionava o articulista. Floc não tinha facilidade para escrever, ato que lhe custava muito esforço e causava grande sofrimento, como Isaías já tivera

oportunidade de observar. Nessa noite, estavam na redação apenas o jornalista de artes e o contínuo. Floc fica transtornado porque o artigo não saía. Pedira cachaça a Isaías e bebera muito para ver se sua imaginação se soltava, mas o álcool parecia produzir efeito contrário ao desejado. Quando o paginador das oficinas cobra o texto pela terceira vez, Floc se levanta de sua banca, entra numa sala contígua e dá cabo da vida com um tiro de revólver.

Ao estampido da arma, correm para o gabinete Isaías, o paginador e dois operários da oficina; Floc ainda respirava, mas era tarde. No momento em que falecia o infeliz, entra na redação o jornalista de plantão, Adelermo Caxias, que se ausentara para jantar. Vendo a cena, chama Caminha a um canto, dá-lhe um endereço e pede-lhe para ir lá chamar o doutor Ricardo Loberant; solicita-lhe também que mantivesse segredo do que visse e ouvisse naquele local. Era um prostíbulo de luxo, a “casa da Rosalina”, onde Caminha encontra o diretor proprietário de *O Globo*, acompanhado de seu redator-chefe, o corrupto Aires d’Ávila, numa orgia desbragada.

Desde que fora surpreendido em plena farra pelo contínuo, Ricardo Loberant, vexado, passa a tratá-lo, de início, timidamente, depois, com amizade crescente. Conhecendo a história de Isaías, o diretor admira-se que o humilde funcionário tivesse estudado e fosse mais bem preparado que a maioria de seus jornalistas. Em pouco tempo, Isaías é promovido, passando a trabalhar na expedição, com aumento no ordenado. Passadas duas semanas da promoção, doutor Ricardo resolve testar Caminha como repórter, encarregado da seção Marinha e Alfândega.

A rápida ascensão de Isaías e as defêrências que recebe do diretor provocam a inveja e hostilidade de quase todos no jornal contra ele. No quinto dia de trabalho como repórter, estava numa repartição pública copiando algumas notas para redigir sua seção, quando um outro repórter as arrebatava de suas mãos. Caminha reclama com o diretor da repartição, que obriga aquele rival a restituir as anotações. Ao fazê-lo, porém, injúria Isaías, dizendo: “Tome, ‘seu’ moleque! Você saiu da cozinha do Loberant para fazer reportagem...”. Caminha, para espanto dos presentes, contém-se, mas por dentro sente ímpetos assassinos. Termina de copiar, leva as notas ao jornal e sai para a rua. Mal encontra o tal que o ofendera, atira-se sobre ele, esmurrando-o até deitá-lo por terra. Enquanto prestava depoimento na delegacia, Isaías sentia uma enorme satisfação interior.

De volta ao jornal, conta a briga a Loberant, que o convida a jantar. Desde então, todas as dificuldades desaparecem, todos enchem de consideração o “mulatinho” Isaías Caminha, que se torna íntimo de Ricardo Loberant.

Aos poucos, Isaías vai se soltando. Tímido e retraído de natural, começa a externar opiniões, dizer coisas, escrever artigos. Aprendendo os truques da profissão, logo se torna um rival aos olhos dos colegas. Passa a ter inimigos, sofrer intrigas.

Isaías foi humilde contínuo e, depois, jornalista, companheiro do poderoso doutor Ricardo Loberant, que o tratava com generosidade e afeto. Participa das pândegas, das noitadas de bebidas e mulheres, mas sempre sentindo-se um tanto deslocado.

“[...] para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres

do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos politicões; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas. A indolência mental leva-os a isso e assim também pensava o doutor Loberant. Não tive grande trabalho em o fazer modificar o juízo na parte que me tocava. Mas não me dei por satisfeito. Percebi que me viam como exceção; e, tendo sentido que a minha instrução era mais sólida e mais cuidada do que a da maioria deles, apesar de todos os seus diplomas e títulos, fiquei animado, como ainda estou, a contradizer tão malignas e infames opiniões, seja em que terreno for, com obras sentidas e pensadas, que imagino ter força para realizá-las, não pelo talento, que julgo não ser muito grande em mim, mas pela sinceridade da minha revolta que vem bem do amor e não do ódio, como podem supor” (p. 274).

Quando, ao fim de cinco anos de trabalho em *O Globo*, Isaías toma consciência da corrupção generalizada que os bastidores da imprensa escondiam, sente um grande nojo por tudo. Sentindo necessidade de abandonar aquela vida falsa, decide pedir ao doutor Loberant sua nomeação para o lugar de escrivão da Coletoria Federal de Caxambi, no estado de Espírito Santo, que estava vago. Loberant resiste, considerava absurdo o desejo do amigo abandonar o Rio, internar-se no mato, mas acaba cedendo ao pedido e consegue, do ministro responsável, a nomeação.

Em Caxambi, numa sala de espera, Isaías Caminha lê um artigo que lhe desperta a ira e o faz decidir-se a escrever suas memórias,

para denunciar e combater o preconceito contra negros e mestiços.

Com essa disposição, narra os terríveis obstáculos que o impediram de realizar o sonho de fazer-se doutor, com a pena do ressentimento e um travo de amargura, em virtude de seu fracasso, que ele atribui não à sua condição biológica, mas aos imperiosos preconceitos sociais e culturais. Tão arraigados e generalizados são tais preconceitos, que chegam a ocasionalmente contaminar o próprio narrador.

ESTILO

As obras de Lima Barreto, quanto ao estilo de época, incluem-se no chamado Pré-Modernismo, que, na prosa, marca a transição entre as estéticas do Realismo e do Modernismo. *Recordações do escrívão Isaías Caminha* se amolda bem nessa noção. No geral, traz as marcas características do Realismo, mas ensaia, principalmente no plano da linguagem, alguns procedimentos que os modernistas adotaram e desenvolveram.

Do Realismo, Lima Barreto incorporou ao seu método criativo a observação direta da realidade social e psicológica, que é analisada segundo um espírito crítico acentuado e transfigurada por meio de detalhes reveladores. Lima Barreto herdou dessa estética o desejo de fazer da literatura uma forma de conhecimento do mundo e do homem.

Entre as várias correntes do Realismo, a de presença notável na obra em questão é a do Naturalismo, como se percebe nitidamente na frequência com que personagens são reduzidas à animalidade (zoomorfismo), na exploração de elementos grotescos e

chocantes e, principalmente, no aproveitamento de ideias da corrente cientificista conhecida por determinismo, para explicar certos fenômenos. Segundo essa corrente, que tem no crítico francês Hippolyte Taine o seu maior expoente, o homem é produto do meio, da raça e do momento, ou seja, ele é o que é por ser condicionado por fatores geográficos (meio), biológicos (raça) e histórico-culturais (momento).

Em *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, Lima Barreto não manifesta tanto interesse pelo primeiro fator, mas valoriza o segundo e o terceiro. Tanto assim, que o ponto de partida do romance é a contestação da tese segundo a qual mestiços inteligentes na infância não confirmam essa virtude na idade adulta por serem biologicamente inferiores. Através de seu *alter ego* Isaías Caminha, Lima Barreto procura demonstrar que as injunções histórico-culturais é que determinam o fracasso desse tipo de pessoa. Seriam as condições sociais que explicariam o insucesso.

Tocado pessoalmente pelo preconceito, Lima Barreto fez de sua obra uma forma de literatura militante, de denúncia e combate. Essa disposição se materializa no uso sistemático da ironia, do humor e da sátira, que, não raro, desce à descompostura. O próprio autor reconheceu o aspecto “brutal” de sua linguagem, em passagens mais incisivas da obra, explicando-a pelo intuito que tinha de provocar escândalo.

Vários são os pontos que permitem aproximar o estilo da obra de procedimentos do Modernismo, destacando-se, entre eles, o antiacademicismo da linguagem. Lima Barreto tinha ojeriza à tendência beltrista que dominava a literatura de seu tempo, especialmente representada pelo

prosador de maior sucesso na época: Coelho Neto. Repugnava-lhe o rebuscamento léxico e sintático, tão apreciado nesse autor e em seus seguidores, e que ele considerava mascaramento de uma literatura oca e sem vida autêntica. Aborrecia-lhe a tirania gramatical, entendida como um conjunto de regras fixas que impediam o movimento mais livre da expressão. Compreendia a língua como um organismo vivo, que, como tal, não podia ser engessado, sob pena de se cair num artificialismo estéril. Para ele, a literatura devia tratar a língua como uma forma de comunicação sincera de ideias e sentimentos; não que achasse inútil a preocupação formal, mas esta não se deveria sobrepor ao conteúdo.

As seguintes passagens de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* ilustram a visão artística do autor, no contexto da literatura da época; são três excertos que apresentam elementos de crítica literária, metalinguagem e intertextualidade, que não deixam dúvidas sobre ela.

“Não sei como a conversa foi variar para a beleza. Ele riu-se da nossa opinião habitual dela, da insignificância do critério dos nossos literatos. Gente, disse-me ele, que vive perturbada, desejosa de realizar ideais de povos mortos, ideais que já se esgotaram; prisioneira da arqueologia, e muito certa de que a verdade está aí, como se houvesse uma beleza absoluta, existindo fora de nós e independente de nós” (pp. 107-8).

“Penso – não sei por que – que é este meu livro que me está fazendo mal... E quem sabe se excitar recordações de sofrimentos, avivar as imagens de que nasceram não é fazer com que, obscura e confusamen-

te, me venham as sensações dolorosas já semimortas? Talvez mesmo seja angústia de escritor, porque vivo cheio de dúvidas, e hesito de dia pra dia em continuar a escrevê-lo. Não é seu valor literário que me preocupa; é a sua utilidade para o fim que almejo” (p. 119).

“Lobo enlouquecera e estava recolhido ao hospício. A sua mania era não falar nem ouvir. Tapava os ouvidos e mantinha-se calado semana inteira, pedindo tudo por acenos. Ao médico que lhe perguntou por que assim procedia, explicou, a muito custo:

– Isto não é língua... Não a posso ouvir... Tudo errado... Que vai ser disto!

– E por que não fala?

– Os erros são tantos, e estão em tantas bocas, que temo que eles me tenham invadido e eu fale esse calão indecente...

E vivia calado pelos corredores, lendo a *Ensynança de bem cavalgar* de El-Rei Dom Duarte. Às vezes, entusiasmava e lia alto: ‘Ca som alguñs boos cavalgadores dñas selas queo nom som doutras’.

Um colega de manicômio, ao ouvir tão linda coisa, perguntou ao gramático:

– Que língua é esta?

Vendo de que maneira insólita era tratada tão interessante obra, Lobo atirou o livro ao chão e encheu de murros a cara do companheiro de infortúnio” (pp. 279-80).

Orientando-se por essas considerações, Lima Barreto buscou conscientemente uma linguagem despojada, feita de frases curtas, sintaxe ágil e vocabulário, em geral, bastante simples. Valorizou a expressão prosaica e popular, tão cara aos modernistas de 22.

REFERÊNCIAS

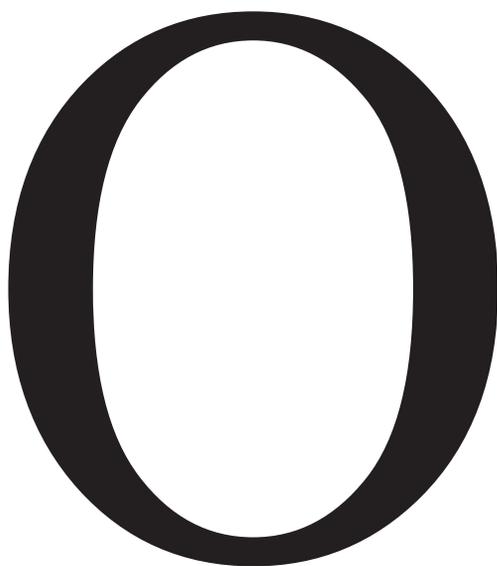
ASSIS BARBOSA, Francisco de. *A vida de Lima Barreto*. 7ª ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaiás Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1956.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

“A dança de centauras” e o legado romântico nas mãos de Francisca Júlia

Vagner Camilo



Originalmente, o propósito desta abordagem era rastrear a herança romântica na obra de Francisca Júlia, que se deixa flagrar, de forma mais imediata, nas traduções dos *Lieder* de Goethe e dos números do *Intermezzo*, de Heinrich Heine, constantes de seu livro de estreia, *Mármore* (1895). A discussão, entretanto, seria extensa demais para um só ensaio, até porque precisaria resgatar a polêmica em torno das

VAGNER CAMILO é professor associado de Literatura Brasileira da FFLCH/USP e autor de, entre outros, *A modernidade entre tapumes: da poesia social à inflexão neoclássica na lírica brasileira moderna* (Ateliê Editorial/Fapesp).

traduções¹, que data desde a primeira recepção do livro. Além do limite imposto pela extensão, havia a barreira maior da língua alemã, que me impedia julgar da pertinência das traduções, embora meu interesse, no que concerne a Heine, estivesse, desde sempre, circunscrito ao famoso recurso que notabilizou o dito romântico *défroqué*²: “O famoso ‘cinismo’ dos desfechos irônicos que destroem o lirismo melancólico do começo do poema” (Carpeaux, 1987, v. 5, p. 1.364)³, pondo em xeque *poses* ou *gestos* românticos convertidos em clichês, repisados à exaustão não só por epígonos, mas até pelos prógonos, contrariando o programa estético da escola, que primava pelo novo, original, único. Esse é um capítulo ainda a se escrever na história do Romantismo no Brasil, que partiria não da versão de Varnhagen, o primeiro que se supõe ter traduzido um poema de Heine para o português, embora sem entender

o alcance crítico desse recurso característico da poesia do autor de *Reisebilder*. E isso mesmo tendo frequentado o salão berlinense de sua parente Rahel Varnhagen, que acolhia muitas das discussões e propostas disseminadas por alguns dos grandes nomes do Romantismo alemão, incluindo Heine, um dos frequentadores.

Em vez da tradução de Varnhagen, as de Gonçalves Dias seriam o verdadeiro marco, vertidas do alemão provavelmente nos anos 1850⁴ e atentas aos *fins* visados por tais desfechos irônicos. Elas passaram despercebidas até mesmo a Maria Manuela Gouveia Delille, em seu imenso levantamento sobre a recepção de Heine em Portugal (Delille, 1984), que arrisca uma breve incursão pelo Brasil, registrando apenas a versão de Varnhagen como uma das primeiras em língua portuguesa vertidas diretamente do original, ainda que sem atentar à particularidade trazida pelo poeta alemão. No mais, a estudiosa registra as versões francesas em prosa poética de Gérard de Nerval como sendo as que divulgaram, nas décadas de 1840 e 1850, nas páginas da *Revue des Deux Mondes*, a obra do poeta alemão, tanto em Portugal, quanto no Brasil. Ainda em 1858, as traduções de Lúcio de Mendonça traíam o registro simples e incisivo de Heine no trato com o tema do amor traído ao empregar um tom grave e uma adjetivação romântico-sentimental, que anulava por

1 Emílio Strauss, em folhetins do *Tagblatt* de São Paulo, sob o título “Eine brasilianische Heine-Meberseizung”, entre 28 de junho e 8 de julho de 1894, conforme nota do prefaciador, João Ribeiro, que dá informações sobre o contexto de tradução e repercussão em: Silva (2020).

2 Angelloz considera a ironia, o desdobramento da subjetividade lírica, a ênfase no detalhe verista como traços de modernidade da poesia de Heine, o que supostamente justificaria o *défroqué*... (ver Angelloz, 1949, pp. 309 e segs).

3 Diz ainda Rosenfeld (1969, pp. 189-90) sobre tais desfechos: “O caso frequente de Heine que [...] num rasgo de sincera autorrevelação da própria duplicidade do intelectual ‘singelo’, muitas vezes desfaz, nos últimos versos, pelo disfarce da ironia, o disfarce do tom popular mantido através do poema. Atitude geralmente criticada como ápice da falsidade íntima, mas que, bem ao contrário, é uma tentativa de sinceridade consigo mesmo que pressupõe a qualidade superior da boa-fé – essa sim uma qualidade moral (é verdade que Sartre considerava a *mauvaise* foi inerente ao homem)”.

4 Durante estada na Alemanha, em carta de 1858, endereçada ao Barão de Capanema, Gonçalves Dias diz traduzir “uma meia dúzia de poesias alemãs, de mistura com outras de outras línguas”, o que deve incluir os poemas de Heine (ver Gonçalves Dias, 1964, p. 240).

completo a nota dissonante instituída pela ironia marcante no original.

Delille ignora certo protagonismo de Gonçalves Dias na tradução de Heine, atento a tal registro dissonante. É verdade que, antes dele, Álvares de Azevedo, ao compor “Relógios e beijos” – traduzido de Henrique Heine –, resgatou o traço humorístico marcante nos versos do poeta. A germanista portuguesa também desconhece o caso do autor da *Lira dos vinte anos* e não caminha adiante com seu rastreamento no Brasil, a ponto de alcançar as de Francisca Júlia, que inclusive chegou a traduzir um poema já vertido pelo poeta maranhense. Seguem as duas versões para que o leitor possa confrontar:

Gonçalves Dias:

“Tenho veneno nos versos!...
Pois que menos pode ser?
Era eu quase uma criança,
Quando mo deste a beber.

Tenho veneno nos versos!...

Pois seja: veneno têm.
Também tenho serpes n'alma
E a ti, amada, também”⁵.

Francisca Júlia:

“Meus cantos, cujo treno
Minha alma escuta, amargurada e triste,
São repassados de letal veneno:
De outra forma não pode ser, querida,
Porque tu espargiste
Sobre a modesta flor da minha vida
O orvalho do veneno.

Meu canto, cujo treno

Qualquer sorriso em lágrimas transforma,
São repassados de letal veneno;
Não pode ser, entanto, de outra forma,
Porque, em meio das cousas mais singelas
Que tenho n'alma, agitam-se, frementes,
Implacáveis serpentes...
E tu, formosa amante, és uma delas!”⁶

A versão de Gonçalves Dias parece ganhar força pela capacidade de síntese, pelo tom mais prosaico, pela escolha das populares redondilhas e, evidentemente, pelo referido desfecho irônico, que mais sugere do que diz, ao passo que a “tradução literal rigorosa” de Francisca Júlia, ao prolongar demasiadamente estrofes e versos decassilábicos (alternados com hexassílabos) e explicitar a associação final da amada com a serpente, comprometendo o humor, revela, talvez, os “perigos e as desvantagens da paráfrase”, que lhe apontava João Ribeiro (2020) no Prefácio ao livro de estreia. O devido confronto com o original alemão poderia dizer mais das propriedades e impropriedades de ambas as traduções. Todavia, seja como for, a de Francisca Júlia não deixa de registrar uma nota de ironia (mesmo que enfraquecida) e de ser um capítulo relevante na recepção da obra do poeta alemão, cujos traços característicos atravessaram o século XIX e chegaram ao XX, tendo contribuído, talvez, para se forjar certa dicção marcante no Modernismo, produto dessa aliança entre o prosaico e o humorístico, incluindo-se

5 Gonçalves Dias, 1957, p. 1.020.

6 Na edição mais recente do livro de estreia da poeta, o organizador chama a atenção para o erro – devidamente corrigido – na edição príncipe, que registrava A. Heine em vez de H. Heine (ver Silva, 2020, pp. 9, 63 e 67).

aí os famosos desfechos irônicos (Bandeira poderia ser uma referência nesse sentido).

Além dessas traduções, haveria outros momentos da obra de Francisca Júlia que instituem um diálogo direto com o legado romântico, a exemplo de poemas como “A uma criança” (incluído em *Mármore* e, depois, em *Livro da infância*), definido como “imitação de Hugo”, além da evocação em epígrafe de nomes representativos do movimento, como Lamartine, na abertura de “Prece”, e novamente Goethe, em “Alma e destino”. Destaque-se, ainda, a exploração, pela poeta, de um gênero poético caro aos românticos: as baladas, valendo lembrar, entre elas, “D. Alda”, cujo subtítulo indica: “*Lied* moderno”.

Afora as traduções e imitações, seria preciso, ainda, rastrear distintos momentos da poesia de Francisca Júlia concebidos a partir do diálogo evidente com tal legado, o que é mais importante. Por ora, a fim de ilustrar essa interlocução produtiva, proponho ater-me a um de seus maiores poemas e uma das realizações mais felizes de nosso Parnasianismo, como foi reconhecido desde os primeiros intérpretes⁷, passando por um modernista radical, em tese avesso à escola parnasiana, como Mário de Andrade, até interpretações posteriores.

7 Veja, nas recensões recolhidas na edição de 1921 de *Esphinges*, o destaque dado a “Dança de centauras” no conjunto do livro por intérpretes como Vicente de Carvalho (que, “maravilhado”, fala em “impressões de deslumbramento”); Leal de Souza (que louva a lapidaria exata em que palpita o poema, o rijo vigor marmóreo e o cromatismo da música estuante das estrofes); e, entre outros, Coelho Netto, a quem é dedicado o poema, que traz observações relevantes sobre esse “primor” de poema, “pequenina joia”, “lindo episódio com que Praxíteles ornaria ricamente um frontão” e seu “remate de uma inesperada beleza” (ver Silva, 1921, pp. XII-XXII).

“DANÇA DE CENTAURAS

A Coelho Netto

Patas dianteiras no ar, bocas livres dos freios,
Nuas, em grita, em ludo, entrecruzando as
[lanças,
Ei-las, garbosas vêm, na evolução das danças
Rudes, pompeando à luz a brancura dos seios.

A noite escuta, fulge o luar, gemem as franças;
Mil centauras a rir, em lutas e torneios,
Galopam livres, vão e vêm, os peitos cheios
De ar, o cabelo solto ao léu das auras mansas.

Empalidece o luar, a noite cai, madrugada...
A dança hípica para e logo atroa o espaço
O galope infernal das centauras em fuga:

É que, longe, ao clarão do luar que empalidece,
Enorme, aceso o olhar, bravo, do heroico braço
Pendente a clava argiva, Hércules aparece...”
(Silva, 1921, pp. 11-2).

O poema guarda algo similar às celebrações noturnas do Monte Brocken, no *Fausto*. O episódio goethiano remete à *Walpurgisnacht* ou *Hexennacht* (“Noite das Bruxas”, em que elas comemoram a chegada da primavera), véspera da festa cristã de Santa Valburga, abadessa anglo-saxônica do século VIII que foi missionária na Alemanha. A gênese de tal festividade está em antigas celebrações pagãs, votadas à invocação das divindades da fertilidade na noite de 30 de abril, data da transição da primavera ao verão, quando se homenageia Belenos (deus celta das energias renovadoras do sol ou fogo), acendendo fogueiras a fim de revigorar cidades e habitantes com a fumaça. Algumas localidades adotaram tal festividade para fins de feitiçaria. Foi,

então, absorvida com a chegada do Cristianismo, atribuindo origens vagas relacionadas a um suposto aniversário de Satanás. Em toda a Europa e Ásia, acreditava-se que, em maio (consagrado aos ancestrais na antiga Roma), os fantasmas faziam incursões entre os vivos. Na Antiguidade e no correr da Idade Média, evitava-se casar nesse mês para não correr o risco de contrair matrimônio com um ser do outro mundo. No norte europeu, corria a crença em uma divindade protetora das bruxas, reunindo-as anualmente em uma montanha. Tais concílios, confundidos com os de seres míticos, ocorriam em uma noite de maio, relacionada às Valquírias. Em algumas versões lendárias, consta que as bruxas saíam de casa em procissões, lembrando a crença de que, em certas noites, pode-se escutar ruídos produzidos por exércitos sinistros, de almas e espíritos. Os concílios transcorriam no pico mais elevado da cordilheira Harz (o referido Monte Brocken). As bruxas untavam-se com unguentos, à base de gordura de gato, lobo ou leite de burra e saíam montadas em vassouras, voando pelos ares para celebrar suas festas com demônios (que, para transportá-las a pontos distantes na Alemanha, metamorfoseavam-se em cabras, porcos, bezerros e outros animais semelhantes e passavam a noite toda de maio jogando, festejando e dançando). Com o transcorrer do tempo, a data foi aproximada à celebração católica da canonização de Santa Valburga – e, vale registrar, durante a Noite de Walpurgis de 1776 foi fundada a seita Illuminati nas florestas da Baviera.

Para conceber suas versões, Goethe parece ter colhido inspiração na famosa cena das bruxas de Macbeth (que nossa poeta

também devia bem conhecer). As celebrações se estendem por toda a noite – “lugar das revelações”, como diria Novalis – até o romper da alva. Mais especificamente, com as 12 badaladas do relógio, os espíritos, formas elementares e seres os mais fantásticos abandonam seus redutos a fim de se reunirem e celebrarem numa clareira ou monte as orgias da confusão, que se estendem por toda a noite até o despontar da aurora, quando soa, por assim dizer, o toque de recolher, obrigando-os a se dispersarem, partirem em disparada e buscarem refúgio nos cantos mais recônditos da natureza.

Simbolicamente, o episódio ilustra à perfeição o imaginário romântico em torno da noite como domínio do mistério, do sobrenatural, da anormalidade e do inconsciente liberto em sonho ou, no limite extremo, em pesadelo, por oposição à luz do dia, criticamente associada a (neo) clássicos, imbuídos de certo racionalismo e dualismo cartesiano. Contra a luz da razão patrocinada pelo *Aufklärung*, que a tudo buscava esquadriñar e revelar de modo distinto, compartimentalizado e abstrato, os românticos lançaram seu apelo à “divina confusão” da noite (Schelling), cuja tônica era oferecida pela “mescla” ou pelo híbrido do que os clássicos trabalhavam em separado. Para os românticos, a Natureza só começa a falar aos homens quando as sombras da noite se estendem pelo vale, convidando não ao recolhimento e ao sono reparador (tal como a concebe o burguês, insensível a seu apelo), mas à contemplação da – ou participação na – desforra das forças elementares, das pulsões, sentimentos e existências represadas, reprimidas ou ofuscadas pela luz diurna da razão e pelas disjunções civilizadas. A

culminância dessa ordem de experiência dá-se à meia-noite, quando a fantástica folia irrompia em meio a clareiras, vales ou montes. Assim ocorria com a orgia mefistofélica no Monte Brocken, a noite no Monte Calvo de Mussorgsky e, decerto, o espaço natural em que se dá o ápice da dança marcial das centauras, que poderiam entoar, como os elfos de conhecida canção do mesmo Goethe, que encenam a situação paradigmática do noturno valpurgiano:

“À meia-noite, quando já os homens dormem,
É então para nós que a lua brilha,
Que para nós a estrela começa a cintilar;
Vagueamos e cantamos
E é então que gostamos de dançar.

À meia-noite, quando já os homens dormem,
Sobre prados, junto aos alnos,
Buscamos o nosso lugar,
Vagueamos e cantamos
E dançamos um sonho de luar”
(Goethe, 1979)⁸.

A “Noite de Walpurgis” foi das passagens do *Fausto* mais emuladas por românticos de todos os lugares e de toda cepa. Só para citar alguns exemplos, alinhavam-se a ela poemas de Victor Hugo, como “La ronde du sabbat” (*Odes e ballades*, 1826) e “Les djinns” (*Les orientales*, 1828); de Theophile Gautier, nos versos de “Albertus, l’âme et le péché” (1833); e de Espronceda, em *El diablo mundo* (1841). Entre nós, são

conhecidas as recriações geniais de Bernardo Guimarães (que mobiliza seres do anedotário popular e da fauna local em “A orgia dos duendes” para encenar uma versão cômico-grotesca e perversa do nacionalismo romântico, na qual outro parnasiano reconheceu o registro de “cerimônias da demonologia brasileira”⁹); Sousândrade, no “Tatuturama”, do *Guesa errante*, com visada crítica ainda mais ampla e cuja dívida para com o episódio goethiano é atestada pelo poeta maranhense em sua *Memorabilia*; e Joaquim Serra, que, em “Ecletismo”, encena o embate entre Realismo e Romantismo promovido pela Questão Coimbrã, associando a dimensão agônica do episódio goethiano ao bíblico Vale de Josafá, onde ocorreria o julgamento final, conforme o *Livro de Joel*. Talvez familiarizada não só com a obra de Goethe, mas com as liberdades das apropriações francesas e locais como essas, Francisca Júlia podia ter em vista o “pandemônio fáustico”, como diria outro poeta-tradutor de Goethe (Haroldo de Campos), para ajustá-lo a um fim muito distinto do original e de todas essas recriações – embora possa ter colhido alguma inspiração para suas centauras em certas figuras míticas e lendárias aproximadas do ritual original.

O que me parece curioso é a poeta paulista reorientar o diálogo intertextual com o famoso episódio goethiano a uma nova demanda de expressão poética ou dramática, que concerne especificamente – se pu-

8 A exaltação da hora noturna reaparece em outro poema de Francisca Júlia, “A noite”, dedicado a Wenceslau de Queiroz e incluído em *Eshpinges* (Silva, 1921, pp. 43-4). Em outros, sob o mesmo título, porém, a noite aparece perpassada de notas melancólicas, lutuosas.

9 Para uma análise do poema de Guimarães e dessa vertente que parte da noite valpurgiana, ver Camilo (1987, pp. 159-79). O referido poeta parnasiano é Olavo Bilac, que fala do poema em sua conferência de 1905 sobre o diabo (ver Bilac, 1906, pp. 113-5).

desse resumir assim, com todo o risco de reducionismo – a uma questão de gênero, já assinalada por mais de um intérprete, embora de perspectivas algo diversas. Afinal, o que se celebra por meio da “dança hípica”, cuja evolução funde o ritual lúdico com o entrecruzar de lanças, é a encenação de um embate belicoso, aludindo a uma prática tida geralmente como masculina, embora na tradição clássica e mítica já despontassem mulheres guerreiras, como as amazonas ou mesmo (de modo diverso) as valquírias na mitologia nórdica¹⁰. No imaginário ocidental, entretanto, a prática de guerra ficou, de certo modo, associada ao universo masculino. Já no poema, são as mulheres que se apropriam dos instrumentos de guerra: as lanças fálicas, de que se apossam as mãos femininas, prestam-se a outra destinação. Desvirtuando a finalidade primeira, em vez de dominação, sujeição e morte de um adversário, visam ao prazer lúdico (os versos falam em “ludo”), ao júbilo, à celebração e à afirmação femininos. É com esse intuito que as lanças são projetadas não para a frente, como na posição de ataque das antigas falanges guerreiras, mas a 45 graus, inclinadas e entrecruzadas, que também não representa uma po-

10 Emmanuel Santiago (2014) evocou as amazonas a propósito das centauros de Francisca Júlia, mas sem maiores considerações, assim como Coelho Netto, a quem é dedicado o poema, preferiu evocar a cavalgada das valquírias como termo de comparação. De fato, como se trata de mulheres guerreiras, não raro figuradas a galope, compreende-se, em dada medida, a associação, embora as amazonas não sejam seres híbridos como as centauros. Não se pode esquecer, todavia, a procedência do mito do centauro, do grego *kentauros* (“matador de touros”), que teve origem com viajantes que observavam vaqueiros sempre a cavalo na região da Tessália. Pela ilusão de ótica, a visão de homens a cavalo, por instantes, sugeria a impressão de formarem um único ser...

sição de prontidão, como se estivessem a se precaver ou proteger-se de um ataque pelo alto. Sugerem mais um gesto cúmplice, buscando firmar uma aliança entre pares, entre iguais. Portanto, não se trata, a meu ver, de terçar armas seriamente, dançando e lutando “numa atmosfera guerreira, até mesmo violenta”, como quer Emmanuel Santiago (2014). Parece-me, muito mais, que as centauros encenam o gesto guerreiro para prazer próprio ou mesmo como paródia, divertindo-se à custa dele. Ainda que “rudes”, são danças, encenação como jogo, “ludo”... Não por acaso, dizem os versos, são “mil centauros *a rir*, em lutas e torneios”. Trata-se de expor à irrisão aquilo que mobiliza o total empenho masculino seja ao buscar medir força e coragem, seja ao dominar, destruir e matar.

Assim, com as lanças em punho, elas encenam uma afirmação libertária, à sombra da noite, tendo a Lua (esta também uma entidade mítica feminina) por testemunha e cúmplice. “Livre”, aliás, é o único adjetivo que se repete no poema (versos 1 e 7). Associam-se a ele, ainda, outras imagens de livramento, soberania e desprendimento, como os brancos seios nus, iluminados pelo facho de luz da Lua cúmplice, “o cabelo solto ao léu das auras mansas”, a “grita”, as patas dianteiras no ar e, muito expressivamente, as “bocas livres dos freios”, que se pode tomar em dois sentidos: sem o bridão (embora, no centauro, a dimensão animal tenha a ver com parte do corpo e não com a cabeça, que é humana) ou livres para dizer e gritar quanto ou o que quiserem, sem qualquer silenciamento, restrição ou punição.

Ocírroe, filha de Quíron, que possuía o dom da profecia herdado da mãe (a ninfa



Martin Bouché, *Ocírroe*, 1677, British Museum

Cariclo), acabou sendo punida pelos deuses por empregá-lo inadvertidamente, sendo transformada, parcial ou integralmente, em figura equina e, com isso, perdendo sua capacidade de fala¹¹. Já as centauras de Francisca Júlia podem falar ou gritar sem temer qualquer reprimenda ou castigo, pelo menos nessa hora noturna. Recuam, entretanto, diante da força opressora do dia e de Hércules, tido discutivelmente como herói civilizador, termo hoje polêmico nos estudos clássicos¹².

O fato de as centauras fugirem em um “galope infernal” ao despontar do dia não se resume, como alguém poderia supor de pronto, a índice desabonador, seja de

demonização, seja de fraqueza e covardia diante do inimigo ou opositor. Na verdade, sinaliza a consciência da força repressora que domina e conta com o beneplácito de toda ordem civil, moral e social.

Chamo a atenção para os contrastes evidentes não só entre o cenário e a hora eleita, como também entre os instrumentos de guerra: a noite (domínio do que vive à sombra, reprimido pelas leis da razão e da civilização), associada às centauras,

11 Ver também, no mesmo passo, os relatos de Timothy Gantz (1993, pp. 168 e 734-5), sobre a transformação de Ocírroe em Hippo/Hippe, conforme Higino e outros.

12 Conforme me advertiu Giuliana Ragusa, o rótulo de herói da cultura ou civilizatório aplicado a Hércules baseia-se em uma leitura facilitadora dos 12 trabalhos, por exemplo, associados ao puro e simples extermínio de seres bestiais, “exóticos” ou fora da “ordem”. Ocorre que, conforme têm demonstrado diferentes intérpretes, tais trabalhos são muito mais complexos, entrelaçados que estão a mitos de busca e de teste, de fundação, mitos etiológicos de variada espécie e, entre outras questões, os que envolvem as relações dos homens com o mundo natural, com os deuses e a imortalidade.

contrapõe-se ao dia que “madruga”, aurora da razão opressora, que tudo esquadrinha, domina e controla, marcando a aparição de Hércules, o poderoso e destruidor inimigo da espécie híbrida que elas encarnam. O luar, que “fulgia” ao assistir à evolução da dança marcial das centauras, agora “empalidece” diante do olhar aceso e bravo do herói. Por fim, enquanto elas empunham as lanças entrecruzadas, o heroico braço de Hércules traz “a clava argiva” não erguida, mas “pendente”...

Importa retornar, ainda, a outro diálogo intertextual mais lembrado pela crítica, a fim de dimensionar o poema, na escolha do tema, em relação aos parâmetros fornecidos pelo próprio Parnasianismo europeu, particularmente francês. Além do que já revelara Mário de Andrade e outros críticos, Vera Lúcia Figueiredo Costa Rocha (1995) foi quem se deteve um pouco mais na interlocução do poema de Francisca Júlia com três poemas de Heredia: “Centtaures et Lapithes”, “Fuite de centaures” e “La centauresse”.

No primeiro dos três, assistimos a uma celebração centáurica, digamos assim, só que bem diversa da do soneto de Francisca Júlia, embora possa tê-la inspirado. O poema herediano remonta à centauromaquia tessaliana, poetizando o episódio em que Pirítoos, rei dos Lápitias, antigo povo da Tessália, convivia os centauros, seus irmãos por parte de pai (Ixião), para suas bodas com Hipodâmia. Embriagados, os centauros, a começar por seu líder, tomados pela violência e pela luxúria, tentaram raptar e violar a noiva e outras mulheres, provocando a reação dos tessálios e desencadeando um grande massacre. Com a ajuda de Teseu, esses últimos derrotam os centauros, finalmente expulsos

da Tessália, indo se refugiar no Epiro. O embate emblematiza o confronto entre civilização e barbárie. Como se vê, é Teseu quem protagoniza a luta vitoriosa contra os centauros e não Hércules ou Hércules, conforme a versão herediana.

“Fuite de centaures” parece instituir o ato contínuo ao desfecho trágico e sangrento do festejo nupcial segundo o relato mítico, com a fuga dos centauros “embriagados de morte e rebelião/ rumo ao monte escarpado” que lhes serve de retiro, proteção e ponto de observação. Todavia, “o medo os precipita, eles sentem a morte próxima” e, saltando cobras e outros répteis, escalam “ravinas, torrentes, matagais, sem que nada os detenha”, ao vislumbrar a luz da “lua cheia deslumbrante”, “supremo espantinho/ o horror gigantesco da sombra hercúlea” (Heredia, 1893, pp. 13-4). Novamente Hércules no lugar de Teseu. Desse poema, em particular, Francisca Júlia pode ter tomado o motivo da fuga, mas tratado de modo diverso e com outro propósito. Além disso, a aparição final e decisiva de Hércules nos dois poemas heredianos pode ser o elemento que liga o soneto da poeta brasileira a eles.

O fato de Hércules não figurar nesse episódio mítico específico da centauromaquia tessálica não quer dizer, em absoluto, que ele deixe de confrontar os centauros no curso de sua carreira – mesmo não estando eles diretamente relacionados a nenhum dos 12 trabalhos hercúleos –, o que permite compreender o porquê da associação de sua figura ao inimigo ou exterminador da espécie nos poemas de Heredia e Francisca Júlia. Na busca pelo javali de Erimanto, terceiro de seus 12 trabalhos, Hércules encontra os centauros do Monte

Pelião e acaba sendo involuntariamente responsável pela morte de Folo, assim como o foi pela de Quíron (o mais civilizado e superior de sua espécie¹³). Afora a morte acidental desses dois, há a de Nesso, que se dá em defesa da honra de Dejanira e que, indiretamente, é a causa da morte do próprio Hércules. Sabe-se, ainda, que este teria lutado com os centauros, expulsando-os do cabo Mália.

Diferentemente desses dois poemas heredianos, a aparição de Hércules não se dá em “La centauresse”. Em compensação, esse terceiro soneto herediano tem a figura híbrida feminina, como no de Francisca Júlia. Segundo Costa Rocha, o poeta franco-cubano talvez tenha buscado alguma inspiração para essa figuração em tela de Louis Ménard e poema de Catulle Mendes (“Panteleia”). Nesse soneto, em que “a inquietude humana se confunde com o instinto animal”, Heredia explora o antigo tema da angústia amorosa da mulher-centauro abandonada pelo companheiro que se interessa por uma rival tida por “superior”: uma “Mulher” vista como “meio de diminuir sua animalidade”. Nada mais distinto, portanto, do soneto de Francisca Júlia em que as centauras bailam marcialmente, “orgulhosas de sua condição” (Rocha, 1995, p. 66). É possível desdobrar ainda mais tais considerações para avançar no entendimento da apropriação criativa que

Francisca Júlia fez desse poema herediano. Costa Rocha está certíssima ao dizer que o tema é antigo, e isso tanto na literatura quanto nas demais artes. Além dos nomes em que o próprio Heredia teria buscado inspiração para seu poema, pode-se evocar essa presença da centaura nos vários domínios, além dos relatos míticos. Assim, ao contrário do que supõe João Vicente¹⁴, a figura da centaura não se restringe ao poema herediano, remontando mesmo à Antiguidade, a exemplo de Luciano de Samósata (*Das narrativas verdadeiras*) e Ovídio (*As metamorfoses* e *Ars amatoria*) na literatura, sem desconsiderar possíveis figurações em baixos-relevos ou frontões de templos e edifícios. Posteriormente, inspirados pelos modelos clássicos e míticos, a centaura aparece em telas de Botticelli (detalhe do frontão do edifício de fundo da tela *A calúnia de Apeles*, 1495) e Rubens (*Os amores dos centauros*, 1635). Isso sem esquecer da escultura, inclusive de nomes contemporâneos do poeta francês e da brasileira, como Rodin, cuja *La centauresse*, também conhecida como *A alma e o corpo*, executada em bronze e mármore, de acordo com uma primeira versão em gesso, é datada de 1887-1889, sendo ainda autor de um *Torso da centaura*.

Menos celebrado, o escultor lionês Augustin Courtet (1821-1890) havia criado muito antes *La centauresse et le faune* (1849); e, em contexto americano, vale citar, por último, o pintor e vitralista John

13 “Dois centauros, todavia, Quíron e Folo, diferentes de outros pelo caráter, tinham origem também diferente. Quíron nasceu dos amores de Fílira e de Crono [...]; Folo é filho de Sileno e de uma ninfa dos freixos (uma Meliade). Quíron e Folo não têm o caráter selvagem dos seus congêneres; são hospitaleiros, benfazejos, amigos dos homens e não recorrem à violência” (Grimal, 2003, pp. 81-2).

14 “Em uma pesquisa mais superficial não encontramos referência ao seu feminino, à centaura, em textos sobre a Antiguidade clássica. As referências são relativas apenas aos poemas de José Heredia [...]” (Vicente, 2014).



Auguste Rodin, *La centauresse*, 1887

La Farge (1835-1910) cuja dócil *Centauress* (circa 1885) está exposta no Brooklyn Museum (NY).

A comparação entre esses exemplos permite algumas observações a respeito da abandonada, solitária e angustiada centaura hereditária. Essa condição de solidão pode até ser endossada no caso da escultura de Rodin e na tela de La Farge, embora não, aparentemente, pela situação de abandono. Já nos demais casos, as representações das centauros se dão em situações diversas.

No caso de Rubens, por exemplo, ocorre exatamente o inverso, com os dois casais de centauros flagrados em pleno enleio amoroso e, quanto à escultura de Courtet, a centaura surge como força do-



John La Farge, *Centauress*, ca. 1885, Brooklyn Museum

Reprodução



Rubens, *Os amores dos centauros*, 1635

minadora na sedução da figura masculina, curiosamente representada por outro ser híbrido (embora apareça aqui ainda em sua forma humana), e dos mais libidinosos: o fauno.

Em contrapartida, há o tocante relato ovidiano da trágica história de amor do casal Hilómene e Cílaro, em que a centaura se suicida com a própria lança que feriu de morte o amado na batalha contra os lá-

Reprodução



Augustin Courtet,
*La centauresse et
le faune*, 1849, Parc
de la Tête d'Or, Lyon

pitais, introduzindo, assim, a nota elegíaca em meio ao relato épico:

“Quem lançou não se sabe, mas eis que um
[dardo é disparado
da esquerda e crava-se em ti, Cílaro, pouco
[abaixo onde o peito
sucede ao pescoço. Ao extraírem o dardo,
[o coração, atingido
por pequena ferida, vai-se esfriando junto
[com o corpo todo.
De imediato, Hilómene toma nos braços o
[corpo moribundo,
e, pressionando com a mão, tenta acalmar
[a ferida, e encosta
os lábios aos lábios dele, e procura travar
[a alma que foge.
Mas quando o vê morto, com palavras que
[o clamor impediu
de chegar aos meus ouvidos, deixou-se cair
[sobre o dardo
que nele estava cravado, e morreu abraçada
[ao marido”
(Ovídio, 2007, pp. 210-25).

A condição de abandono e solidão também não marca a tela de Botticelli inspirada no citado relato luciânico, que representa da seguinte maneira uma cena de uma família de centauros:

“Em Zêuxis, Luciano mostra-se contrariado com o fato das demais qualidades do seu diálogo cômico passarem despercebidas ao público, que só tinha olhos para o seu aspecto inovador. Nesse texto, Luciano compara a recepção de um quadro do célebre pintor, cujo nome dá título à obra, com o acolhimento do seu novo gênero [...]. No quadro de Zêuxis, havia uma família de centauros; segundo a descrição de Luciano,

a mãe centaura amamentava dois filhotes, um no seio humano, outro em uma teta, como um animal, e, na parte superior do quadro, encontrava-se o hipocentauro pai das duas crianças, não completamente visível, que ria e segurava um filhote de leão para assustá-las. Luciano afirma que Zêuxis buscava sempre fazer algo inédito [...], evitando os temas comuns, e que, quando ele imaginava algo ‘estranho’ [...], melhor demonstrava toda a sua técnica, mas que também esse quadro, assim como o diálogo cômico, foi louvado graças ao estranho da ideia [...] e à proposta inovadora da pintura [...]” (Sano, 2008, pp. 63-4).

Como se vê, portanto, as situações em que a centaura é representada são bem diversas da de Heredia. Nenhuma delas, entretanto, parece se aproximar da que apresenta Francisca Júlia.

Diferentemente de “La centauresse” herediana, a “Dança de centauras” não traz nem uma figura feminina isolada, nem a condição de abandono e lamento. As centauras de Francisca Júlia não chegam a explicitar seu interesse pelos homens. Pelo menos não no balé encenado. Muito menos se sentem preteridas pelo macho desejoso de se unir a uma mulher tida por superior, porque humana. Pode-se mesmo pensar em certo desprezo pelos homens, na medida em que elas, além de não falarem nada sobre eles, parecem ironizar seu *éthos* guerreiro.

Mais do que tudo, elas não surgem isoladas, mas em bando ruidoso, alegre, festivo – e esse parece ser seu traço diferenciador. Não ousaria sustentar que essa aparição conjunta é caso único, mas o fato é que tive dificuldades em localizar referências a



Botticelli, detalhe do frontão do edifício de fundo da tela *A calúnia de Apeles*, 1495

ela na tradição mítica e artístico-literária – ao contrário, evidentemente, do equivalente masculino, com mais frequência representado em bando. Das raríssimas que encontrei na tradição clássica, há a descrição feita pelo retórico grego Filóstrato, o Velho, de uma pintura vista em Neápolis, que apresenta as centauras como irmãs e esposas dos centauros que viviam no Monte Pelião com seus filhos:

“Acreditas que os centauros nasceram de carvalhos, pedras ou mesmo de éguas fecundadas, diz a fábula, pelo filho de Ixião, o que explicaria como se reúnem neles uma dupla natureza: a verdade é que, na espécie dos centauros, as mães sempre tiveram uma semelhança com as mulheres, seus pequenos, com os filhos dos homens,

e que tiveram desde o início as estadas mais agradáveis. Não penso, de fato, que tenhas prevenção contra [o Monte] Pelião, contra a vida que se leva ali, contra os bosques de freixos cultivados pelo vento, que dão lanças muito retas, de ponta tão dura quanto o ferro. O que dizer dessas belas cavernas, dessas fontes frequentadas pelas fêmeas dos centauros, semelhantes às náíades, se esquecermos sua natureza equina, lembrando em alguns aspectos as amazonas: é o cavalo unido à mulher, é a força juntando-se à delicadeza das formas. Quanto aos filhos dos centauros, alguns ainda estão deitados em suas fraldas, outros estão começando a sair delas; eles parecem chorar; estes são felizes e sorriem para o seio que lhes derrama leite abundante; outros saltam sobre sua mãe;

outros abraçam as centáuridas¹⁵ ajoelhadas; aqui está alguém que em sua insolência precoce atira uma pedra em sua mãe; estes ainda têm apenas as formas indistintas da infância com a carne inchada de leite; estes, que já saltam, mostram não sei que rudeza de modos, apesar da crina que mal desabrocha e dos cascos ainda tenros. Veja também como são lindas as mães, mesmo considerando apenas a parte do cavalo; branco em algumas, castanho em outras, em outras partes de várias cores; todos refulgem com aquele brilho característico das éguas bem cuidadas. Esta, sobre o corpo de cavalo totalmente negro, levanta um busto de uma alvura perfeita: este contraste violento contribui para a beleza do conjunto” (Philostrate L’Ancien, 1881)¹⁶.

Atente-se a essa brancura perfeita do busto erguido. Será que nossa poeta conhecia o texto de Filóstrato e tenha buscado nessa passagem a inspiração para a ênfase similar dada à brancura dos seios pompeados por suas centauras à luz lunar – imagem reiterada no segundo quarteto, que se refere ao fato de elas galoparem livres, com “os peitos cheios de ar”?

Bougot comenta essa passagem de Filóstrato partindo da comparação com a já citada pintura de Zêuxis descrita por Luciano, cuja novidade, segundo ele, era “a dupla amamentação” (uma, humana e outra, à maneira dos potros), representan-

do “duas maternidades unidas no mesmo indivíduo”, que deve ter causado espanto à época. Compara ainda com outras, como a de uma gema ou joia do Museu de Florença, que também traz uma centauro amamentando um pequeno centauro, e a de duas centauras, “que seguram, cada uma, uma pedra em uma das mãos e se preparam para jogá-la” (Philostrate L’Ancien, 1881). Isso só comprova a profusão de representações femininas desse ser híbrido na tradição.

Afora essa aparição clássica, a outra com que me deparei data de muitos séculos depois, em passagem de “Villes”, das *Illuminations*, de Rimbaud: “*L’écroulement des apothéoses rejoint les champs des hauteurs où les centaureses sérapiques évoluent parmi les avalanches*”. Mas tal aparição, além de brevíssima, parece ser uma criação exclusiva, imagem privada, símbolo ou *iluminação* subjetiva do poeta, sem respaldo nos relatos míticos ou na tradição. Tal verso rimbaudiano é evocado por Bachelard em seu estudo sobre os devaneios, curiosamente para assinalar sua resistência e dificuldade em conceber o feminino de um centauro:

“Por vezes o ato gramatical que confere o gênero feminino a um ser magnificado no masculino é pura inépcia. O centauro é decerto o ideal prestigioso de um cavaleiro que sabe muito bem que nunca será arrancado de sua montaria. Mas que vem a ser a centaura? Quem pode pensar na centaura? Meu devaneio sobre as palavras encontrou seu equilíbrio muito tardiamente. Enquanto lia, devaneando, esse dicionário das plantas que é a *Botanique chrétienne (Botânica cristã)* do padre Migne, descobri que o feminino sonhador da palavra cen-

15 Muito embora se encontre em português “centáurida” ou mesmo “centáuride”, o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, e dicionários como o de Caldas Aulete não apresentam tais variantes.

16 Tradução minha.

tauro era a centáurea. Pequena flor, não há dúvida, mas sua virtude é grande, digna do saber médico de Quíron, o centauro sobre-humano. Não nos diz Plínio que a centáurea cura as carnes desconjuntadas? Ferva a centáurea com pedaços de carne e eles serão restituídos à sua unidade primitiva. As belas palavras são já espécies de remédios” (Bachelard, 1988, pp. 29-30).

Em nota de rodapé, Bachelard (1988, p. 30) evoca Rimbaud, observando: “Seja-me perdoada a palavra centauro, pois Rimbaud pôde ver ‘as alturas em que as centauras seráficas evoluem por entre as avalanchas’ (*Les illuminations*, Villes). O essencial é evitar imaginá-las galopando planície afora”. Ora, foi justamente isso que Francisca Júlia imaginou de forma magnífica!

Nem a clássica versão de Filóstrato, o Velho, nem a moderna de Rimbaud, é certo, podem ser aproximadas daquilo que oferece Francisca Júlia de modo tão fascinante ou mesmo “duma beleza sublime”, como queria Mário de Andrade (1974, p. 260)¹⁷. E fora a beleza e fascínio, essa aparição grupal ou plural, essa multiplicação da figura híbrida feminina dá a impressão de funcionar como índice de algo maior, que alcança o gênero. Volto uma última vez a essa questão.

Emmanuel Santiago (2014) fala, com precisão, em “círculo de uma feminilidade autocentrada, que se faz autônoma em

relação ao sexo masculino pela incorporação de características deste”, num “clima de liberdade e coragem”. Essa “fantasia de um universo feminino autodeterminado”, todavia, se desfaz pela presença do sexo oposto encarnado pelo “símbolo máximo de força e virilidade entre os gregos antigos”, que é sentida como “promessa de aniquilamento”, repondo, assim, “os lugares de gênero”. Segundo ainda o intérprete, nada “mais compreensível, considerando o contexto histórico-social de Francisca Júlia, no qual o poder estava distribuído desigualmente entre os sexos e a mulher mantinha-se sujeita à autoridade patriarcal”.

Sem desconsiderar a contribuição relevante dessa abordagem, eu proporia ler a confrontação entre os sexos com ênfase distinta, sem concluir pela mera reposição dos lugares de gênero na ordem e sob as autoridades patriarcais reinantes, que minimizam a força da dança marcial noturna. Afinal, ela não deixa de representar um desafio ou afronta a essa força opressora. Só assim se rompe com a sensação de uma sujeição conformada à distribuição desigual do poder entre os sexos no contexto histórico-social de inserção da poeta. Não veria sentido nos versos sem reconhecer um gesto contestatório encenado pelo bailado noturno, ainda que essa contestação não implique uma investida feminina decisiva contra o opressor. Mesmo a fuga final das centauras não parece simplesmente representar o temor diante da presença ameaçadora da força masculina, pois seu “galope infernal” não deixa de “atroar” o espaço: o verbo é significativo, pois não indica apenas estremecer ou retumbar, mas também aturdir e perturbar... São sugestões sutis, entretanto suficientes para que eu não pactue

17 Reforça ainda, depois de dizer que o “autor de *Troféus* poderia roer as unhas de inveja e escabujar vencido pelo reconhecimento de sua inferioridade”, apesar de ter inspirado o assunto à poeta brasileira: “Os vinte e oito versos do francês [referindo-se a “Centraures e Lapithes” e “Fuite de centaures”] não valem os quatorze da paulista” (Andrade, 1974, p. 261).

integralmente com a explicação “compreensível” de Santiago. Inclusive causa espécie que ele não veja qualquer nota de erotismo na aparição das centauras e chegue a falar em “recato” de sua nudez... Não consigo reconhecer qualquer recato, ainda mais em vista do contexto de época, na exposição da nudez delas, na ostentação com pompa da alvura de seus seios à luz da Lua e mesmo nos cabelos soltos ao léu, que desde os românticos sempre foram carregados de sensualidade – vide poemas como “Boa noite”, de Castro Alves. Há ainda a já destacada ênfase dada aos “peitos cheios de ar”. Nesse sentido, parece também ambivalente o fato de Hércules trazer a clava, não empunhada, em gesto de intimidação e ameaça, mas pendente...

Minha interpretação acompanha menos ainda a de João Vicente, quando ele examina a entrada em cena de Hércules, enquanto representação da força da masculinidade impondo restrição à liberdade feminina. Até aqui, pode-se estar de acordo com ele. Todavia, em uma passagem um tanto abrupta, a que parece faltar mediação (ainda que ele fale na “devida modalização”), associa tal força à “universalização do modo de produção capitalista”, obrigando os homens a sacrificar o melhor de suas qualidades “para levar a cabo os milagres da civilização que enchem a cidade”. Faz derivar de Hércules, assim, não só o ser “organizador” que limita “a algazarra” e promove a “ordem” pela ameaça que se

anuncia com sua chegada, mas também a força “hercúlea” (Vicente, 2014) do capital, convertendo de modo forçado o nome próprio em discutível adjetivo.

Há, por fim, que considerar brevemente a transposição dessa oposição de gênero ao plano estético-formal. O imaginário romântico relacionado ao tema da Noite de Walpurgis reaparece no poema não como manifestação extemporânea ou anacrônica de uma tendência estética já suplantada, mas é reinvestida de nova função (de resistência e exortação de um gênero), instituindo uma tensão com a corrente poética então reinante, cujos preceitos temático-formais são associados a concepções reificadas de um dado ideário clássico de que o herói mítico é a expressão mais acabada, aliado a procedimentos como a chave de ouro e a métrica alexandrina, que esse soneto de rimas femininas rigorosamente explora. Tal estrutura rígida parece, de certo modo, perturbada pela variação rítmica, fazendo chocar os dáctilos com que começam, em paralelismo, os versos da primeira quadra com demais *pés* no interior mesmo dessa estrofe inicial e prolongando-se pelas demais, alternando troqueus, jambos e anapestos, de forma a conferir grande mobilidade ao quadro, em consonância com a irrupção do bailado hípico desse bando fantástico de seres que, em seu hibridismo, rejeitam peias e cabrestos, desde o momento em que chegam garbosas até quando partem em fuga desabalada.

REFERÊNCIAS

- ANGELLOZ, J.-F. "Henri Heine: un romantique défroqué", in Albert Béguin (org.). *Le romantisme allemand*. Paris, Cahiers du Sud, 1949.
- ANDRADE, Mário de. "Mestres do passado", in Mário da Silva Brito. *História do Modernismo brasileiro. Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- BILAC, Olavo. *Conferências literárias*. Rio de Janeiro, Kósmos, 1906.
- CAMILO, Wagner. "Walpurgisnacht e o pandemonismo sertanejo: na trilha do *humour noir*", in *Risos entre pares: poesia e humor românticos*. São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 1987.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1987, v. 5, p. 1.364.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia. *A recepção literária de H. Heine no Romantismo português (1844-1871)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- GANTZ Timothy. *Early greek myth: a guide to literary and artistic sources*. Baltimore/London, The Johns Hopkins UP, 1993.
- GOETHE W. "Elfenlied/A canção dos elfos", in *Poemas*. Org. e trad. Paulo Quintela. Coimbra, Centelha, 1979.
- GONÇALVES DIAS, Antônio. "Correspondência ativa". *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 84, 1964.
- GONÇALVES DIAS, Antônio. "Poemas traduzidos", in *Poesias completas*. São Paulo, Saraiva, 1957.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Trad. Victor Jabouille. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand, 2003.
- HEREDIA, José-Maria de. *Les trophées*. Paris, A. Lemerre, 1893.
- OVÍDIO. "Livro XII", in *Metamorfoses*. Trad. Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa, Cotovia, 2007, pp. 210-25.
- PHILOSTRATE L'ANCIEN. "III. Les centaurides", in *Une galerie antique de soixante-quatre tableaux*. Introduction, traduction et commentaire de A. Bougot. Paris, Librairie Renouard, 1881.
- RIBEIRO, João. "Prólogo", in *Mármores*. Brasília, Senado Federal, 2020, pp. 17-8.
- ROCHA, Vera Lúcia Figueiredo Costa. "Muse Im (passible)". *Revista de Letras*, n.º. 1/2, v. 17. Fortaleza (UFC), jan.-dez./1995, pp. 64-8.
- ROSENFELD, Anatol. "Mário e o cabotismo", in *Texto/Contexto*. São Paulo, Perspectiva, 1969.
- SANO, Lucia. "Das *Narrativas Verdadeiras*, de Luciano de Samósata: tradução, notas e estudo". Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTIAGO, Emmanuel. "Impassibilidade, frigidez e masoquismo: uma leitura erótica da poesia parnasiana de Francisca Júlia". Texto apresentado no XV Congresso de Estudos Literários da UFES, 2014. Disponível em: <http://antenasdemarfim.blogspot.com/2014/01/impassibilidade-frigidez-e-masoquismo.html>.
- SILVA, Francisca Júlia da. *Esphinges*. São Paulo, Monteiro Lobato & Co. Editores, 1921.
- SILVA, Francisca Júlia da. *Mármores*. Brasília, Senado Federal, 2020.
- VICENTE, João. "Rigidez escultórica e busca de temática clássica: o rigor formal na poesia de Francisca Júlia". *Universitas Humanas*, v. 11, n. 1. Brasília-DF, jan.-jun./2014.

O sonho diurno e a metáfora noturna

Aguinaldo J. Gonçalves

U

ma face e outra face do mesmo recorte implicam o procedimento lunar da busca da essência das coisas. As formas inaudíveis ressoam das vozes ecoadas cuja origem não se define nem se aponta o ponto de onde ela parte para eclodir no vasto fio da infindável noite. Ela, a noite, é incensurável para que se possa determinar algum elemento definitivo no contorno do espaço sideral e metafórico. A metáfora encontra na noite o que não possui em si mesma: moldura do que não é salientável

AGUINALDO J. GONÇALVES é professor de Relações Intersemióticas, escritor, ensaísta, crítico de arte e autor de, entre outros, *Nove degraus para o esquecimento* (Ateliê Editorial).

dentro do equilíbrio que se vasculha nesta vida de rascunhos e mais rascunhos na tentativa de arranhar os contornos ásperos do silêncio. Se a noite não fosse a noite, poder-se-ia ter nela um apoio ou um suporte na esfera cognoscível dos volumes violáveis. Mas a noite não é determinada pelo controle vivencial dos referentes e das vontades materializadas dentro das camadas reconhecíveis do imediatamente captável pela carne, nem pelo que os órgãos do sentido tangenciam, como a esfera do conforto que tocamos, colocamos nossas mãos e nossos pés, cheiramos, buscamos pela boca o sabor na língua; enfim, envolvemos o máximo possível nossos órgãos na tentativa de conhecer ou reconhecer o que nos acostumamos denominar de vida. Isso tudo ocorre dentro da perscrutação diurna que acreditamos vivenciar, mas que na verdade são sonhos peregrinadores que vivenciamos desde o momento em que nascemos e, por analogia, ficamos sempre estupefatos diante de cada gesto, à luz do sol ou no delineio das sombras, naquela hora em que o verde dos renques de árvores se enfileira em matizes de verdes: verde-água, verde-musgo, “verde menos verde”, verde verde.

O TERRITÓRIO DA NOITE: UMA METÁFORA

Tudo isso compõe o cair das sombras, ponto de partida para o nascimento da metáfora noturna. Todo sonho prismado com o contorno de realidade em que os sentidos lidam com cada referente do mundo, como se fosse realidade na ilusão de que se conhece o que se vê e o que se vive, mas não se vivencia, pois se assim fosse, mediante

cada contorno de forma ou de cor, cada dispositivo formal dos elementos dispostos no mundo, entendidos como sonhos, nos conduziria ao entre-sonhos e nos aproximaria não da verdade, mas da validade que relativiza o universo visível das coisas e explicitaria a face invisível do mundo. É no dia que a subversão da percepção nos domina e é no dia que a falsa crença da existência das coisas mostra sua cara e faz com que o sonho tremeluz na oportunidade de reconhecer-se como metáfora, à luz do sol e ao cair das sombras. Falamos aqui da experiência sensível de relação entre nosso sentido diante das coisas e de nosso pensamento no sentido desta relação, pois é a partir desse ponto que tudo se inicia. A partir do momento em que o nosso tato toca e sente a superfície da matéria sem nos iludir pelo procedimento traiçoeiro da antimetáfora é que começamos a vislumbrar o início da vibração de nós mesmos, de nosso corpo, de nosso pensamento frente às coisas e da relativização do que acreditamos ser as coisas que se tornam móveis diante de nossos olhos ou de nosso pensamento para que possamos construir uma certeza sem certeza, uma espécie de plasmação do incerto, e dentro desse processo nos tornamos incertos para nós mesmos. Durante estas reflexões ou deste ziguezaguear deste pequeno ensaio, estaremos indo e vindo num movimento pendular entre o sonho diurno e a metáfora noturna, tendo sempre o universo de um invadindo o universo do outro sem que haja divisórias entre ambos. Na verdade, o propósito destas ideias sem fim nem princípio, mas com o ímpeto de uma determinação, surge das camadas que se sobrepõem nos ninhos ou dos nichos de significação que pesam na noção constru-

tiva de vir a ser, do modo de viver, de se fazer entender, de acreditar que seja o olhar com certeza do homem prostrado às duas horas da tarde olhando para algum ponto com lentes escuras e tendo certeza para que lado se dirigirá em busca de algo que sabe que irá encontrar. Este homem não conhece a metáfora. A sua precisão solar revela a sua total incapacidade de ver; no sonho deste homem a luz do sol não existe, mas ele tem certeza. Seguindo um caminho sem aclive e sem declive dentro daquela reflexão sobre o *sonho diurno*, passamos ao referencial textual. Seja o texto verbal, seja o texto visual, para realizarmos um procedimento analógico entre a percepção situacional e a linguagem, damos aqui um passo mais expansivo. Refiro-me ao contexto artístico. O denominado discurso verbal literário consiste numa tentativa do homem de se valer de uma retórica que subverta as medidas da linguagem-padrão em busca de uma sensibilização dos recursos estilísticos para que se atinja a composição de uma esfera distinta da linguagem em busca de uma expressão no mundo e em busca da transmissão dessa expressão ao outro, de modo a mobilizar seus estigmas e seus valores para conduzi-los a alguma forma de crescimento. Este sonho diurno das palavras ou das imagens acredita estar recriando o mundo por um esfacelamento das camadas referenciais deste mundo. Trata-se de um uso retórico da linguagem que, na maioria das vezes, consiste num enorme valer-se de um modo ingênuo e sofisticado de um sonho diurno; “desculpo-me da intensidade hiperbólica da expressão”: isso atinge a grande maioria das manifestações retóricas e tudo é chamado de literatura quando quase sempre corresponde ao tênue estilo de

maquiar as palavras, esperando transmitir um sentimento ou uma ideia dentro de um tom com ares de verdade ou com noções subjetivas e ornamentadas por aparatos verbais que trazem em si ressonâncias de uma tradição de um legado, de outras vezes que também realizaram o mesmo procedimento, sendo que alguns se perderam na história das formas e outros se mantiveram persistentes na memória da tradição e foram transportados ou atualizados para este eterno presente de transfusão sanguínea, carregando o mesmo poder de persuasão retórica e se apresentando com uma máscara desfalecida e com ares de “sonho diurno”. Tudo que foi até aqui considerado nesse procedimento entre os referenciais do mundo e procedimentos retóricos verbais literários vale para linguagens construídas com outros meios expressivos (pintura, escultura e outras formas de artes plásticas). Devemos assinalar, aqui, que as questões dos sonhos diurnos mais ainda se acentuam em se tratando pela criação artística das artes plásticas, uma vez que a transmutação dos signos depende da competência do olhar e do modo de construir no objeto que se fabrica um modo de “descascar” as esferas da referência para que se procure se aproximar do que seria a substância do mundo.

Na tradição retórica da metáfora desde os gregos até a modernidade, alguns equívocos têm ocorrido com insistência nas considerações teóricas, sejam acadêmicas, sejam didáticas, que mais e mais transmitem falsas consciências em relação à mais relevante figura do pensamento estilístico. Esses equívocos se dão no fundamento básico da metáfora e, se não fossem eles, seriam muito mais equilibradas e lógicas as possibilidades de construção da metá-

fora, bem como de sua compreensão num contexto textual de qualquer natureza. O que denominamos de equívoco consiste em aproximar a figura da metáfora à figura da comparação ou símile, que representa o outro vértice equacional das relações semânticas. Na comparação temos explicitamente a ocorrência de uma relação entre termos determinantes que são: o elemento comparado e o termo comparativo, unidos pelo componente linguístico da relação. Esse termo linguístico vai determinar o tipo de relações comparativas tais como “mais que”, “menos que”, “tanto quanto”, “como”, “igual a” e assim outros. Nesse tipo de relação os elementos da comparação mantêm suas identidades e isso é fundamental para determinar o procedimento equacional dessa figura. A figura que tangencia de modo incômodo a figura da metáfora é a *catacrese*, que diríamos se tratar de uma figura que não é figura; é um incômodo da retórica, pois significa apenas o uso de um termo linguístico ou de um lexema ao invés de outro, por uma espécie de empréstimo semântico: boca do forno, barriga da perna e céu da boca são exemplos clássicos dessa forma de expressão muito distante do que poderíamos compreender como metáfora. Voltando ao equívoco anteriormente assinalado, quanto mais aproximada a figura da metáfora da comparação, mais destituída da metáfora está sua natureza essencial.

UM CONCEITO: A METÁFORA

A metáfora, no seu sentido primordial e essencial, consiste num processo de interação semântica entre universos distintos de sentido. A palavra “interação” traz

em si todo o procedimento de anulação do equívoco a que acima nos referimos. Essa figura talvez seja a mais relevante da retórica. Ela atua com intensidade sobre a significação das palavras e das coisas. Por isso sua grandeza e por isso a necessidade de compreendermos com certa precisão o seu conceito. Mas também devemos assim assinalar os graus de sua complexidade. A metáfora existe por necessidade de nomearmos aquilo que não pode ser nomeado diretamente por uma palavra ou por um signo representativo; se isso fosse possível, não teríamos necessidade da metáfora. Por isso, na vaguidão semântica entre um signo ou uma expressão e um outro signo e outra expressão, na busca de uma nomeação do inominável, surge a profusão interativa dos traços semânticos e nasce assim a metáfora. Claro está que realizada qualquer tendência de interação semântica, já se considera uma metáfora, mas isso não significa que tenhamos efetivamente a metáfora no seu sentido mais decisivo e profícuo. Na maioria das vezes, quando o sentido de uma palavra resvala no sentido de outra, costuma-se já considerar a resultante como metáfora. Sendo assim, a metáfora perpassa vários graus de produção e de realização gerando efeitos de sentidos com menor ou maior intensidade semântica. Esse tipo de grau evolutivo da metáfora depende do grau de abertura da intersecção que ocorre entre o elemento metaforizante e o elemento metaforizado, onde bailam os semas que vão conviver e se inteirar no procedimento metafórico. Quanto maior o grau de interação sêmica, mais a metáfora se imporá como metáfora. Por isso consideramos frágeis as consideradas “metáforas de uso”, constituídas da relação x é y em que os dois

termos se manifestam. Nesse universo se encontram as metáforas de uso tais como “aquela mulher é uma onça”, mas podendo ocorrer certa metáfora expressiva como na poesia de Fernando Pessoa “Meu coração é um rio subterrâneo”: mais abstrata que a anterior, mas ainda marcada por termos concretos. Temos a metáfora em que os dois termos são separados por preposição: “lábios de mel” (romance *Iracema*, de José de Alencar) ou “olhos de rêsaca” (romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis). Num terceiro grau de manifestação temos apenas a presença do elemento metaforizado, o que faz a metáfora atingir uma gama semântica mais elevada. Depois desse painel de graus metafóricos, temos uma elevada dimensão da metáfora que vem sendo refletida neste artigo. Para que se possa falar de uma metáfora de alto grau construtivo e relacional, temos de atingir dimensões semânticas bastante abstratas e a metáfora deve atingir as camadas do discurso, o que denominamos de metáfora discursiva. Nesse universo desaparecem os traços semânticos dos elementos metaforizadores, permanecendo os rastros das unidades sêmicas na construção daquilo que na esfera referencial não conseguimos nomear; daquilo que o filósofo da linguagem L. Wittgenstein denominaria de inefável.

A inefabilidade do discurso artístico (seja constituído pela semiótica verbal, seja constituído pela semiótica visual) vai-se conformar figurativamente na metáfora engendrada numa dimensão elevada de manifestação. As grandes obras se realizam por meio da competência do artista em romper com os limites da referencialidade e atingir planos de significação inusitados em que os signos e semissímbolos se amalgamam para a

composição do tangível e atinjam o receptor nos seus pontos mais veneráveis, que jamais poderiam ser atingidos por meio de metáforas fáceis, flébeis, como assinalamos anteriormente. Neste ponto devemos assinalar alguns aspectos da criação artística que promovem esse processo de composição da metáfora. Referimo-nos ao conceito de “motivação do signo” já prenunciado pelos gregos, sobretudo por Platão, e confirmado por outros grandes pensadores da linguagem. Na modernidade, a motivação dos signos foi teorizada por Ferdinand de Saussure na linguística e assinalada como fundamento da relevância desse processo de motivação. Na criação artística o processo de motivação faz com que se acentuem as noções de semissímbolos, que são fundamentais para a construção do processo metafórico em nível mais elevado. Como já viemos teorizando em outros trabalhos, a obra de arte deve se realizar em três dimensões distintas: composição, realização e modulação. Esse último procedimento trabalha as gamas de motivação do signo e o modo como operar na formulação da metáfora discursiva.

Ao se relacionar com uma obra altamente modulada e conseqüentemente metaforizada, o receptor não pode esperar desse tipo de obra imagens alegóricas que driblam o teor metafórico propriamente dito para ilustrar a obra com figuras retóricas, diversificadas e sem verdadeira substância significativa. Na literatura esse processo se dá de maneira profusa, em que as imagens verbais acabam por delinear dimensões icônicas da linguagem.

A metáfora discursiva advinda do processo de modulação da linguagem é responsável pelos discursos promovedores de intertextos

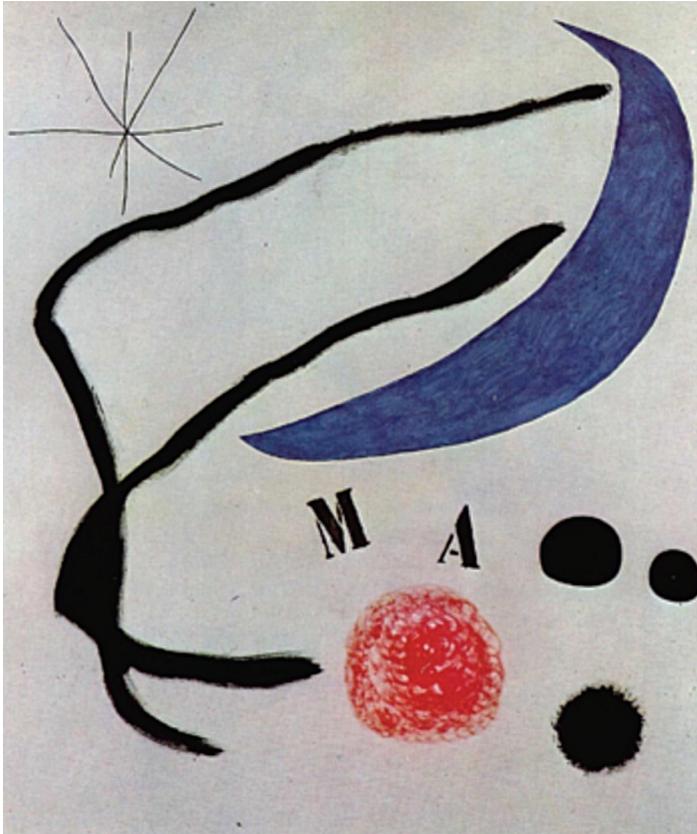
advindos dos movimentos semânticos que muitas vezes denominamos palimpsestos, que promovem isotopias inusitadas num entrecruzar do genotexto e do fenotexto dentro da concepção da semiótica de Julia Kristeva. Esse tipo de engendramento literário só é possível em autores produtores de obras de intensa complexidade. É incongruente imaginar um trabalho literário mediano gerador de uma metáfora discursiva dessa natureza; e isso engloba tanto as artes verbais, quanto as artes visuais. Mesmo que não comporte neste artigo a análise de obras, é mister que exemplifiquemos o que vem sendo discutido. Iniciemos com um poema de João Cabral de Melo Neto intitulado “Dentro da perda da memória”, do livro *A pedra do sono* (1942):

“Dentro da perda da memória
 uma mulher azul estava deitada
 que escondia entre os braços
 desses pássaros friíssimos
 que a lua sopra alta noite
 nos ombros nus do retrato.
 E do retrato nasciam duas flores
 (dois olhos dois seios dois clarinetes)
 que em certas horas do dia
 cresciam prodigiosamente
 para que as bicicletas de meu desespero
 corresse sobre seus cabelos.
 E nas bicicletas que eram poemas
 chegavam meus amigos alucinados.
 Sentados em desordem aparente,
 ei-los a engolir regularmente seus relógios
 enquanto o hierofante armado cavaleiro
 movia inutilmente seu único braço”.

O próprio título do poema indicia a desconstrução da referencialidade para a construção do universo metafórico. “Per-

da da memória” implica afastamento das relações de lembrança dos liames com as coisas mundanas para penetrar no universo das imagens, no fluxo das sensações em que uma verdadeira intersecção em nível profundo ocorra entre a tangibilidade das coisas e a esfera dos sentimentos profundos mantidos pela inter-relação e evocação das imagens que tocam várias camadas de nossa sensibilidade. Esse poema de João Cabral é “monitorado” pela imagem central da bicicleta, que nos dá a impressão de provocar o movimento nas imagens que por si sós vão criando novos tipos de intersecção e formando o labirinto lógico das ideias. Os elementos imagéticos se conectam de modo a apresentarem um movimento peculiar da metáfora. Devemos aqui lembrar, a propósito, uma riquíssima conceituação de metáfora realizada pelo poeta alemão Hölderlin nos idos de 1800. Para ele, o poema lírico consiste na metáfora contínua de um sentimento único. Como se nota, a conceituação de Hölderlin vai ao encontro, com exatidão, do poema de João Cabral. O movimento das imagens inscrito no poema é corroborado pela integração das imagens que o compõem. A própria noção de tempo é figurativizada pela imagem do hierofante que move “inutilmente seu único braço”. Isso tudo é possível por se tratar de um poema que possui a competência de absorção do mito e da linguagem e em que a metáfora ocorre em seu esplendor sem trazer em si os ranços da ilustração ou dos “enfeites retóricos”. Uma vez que o poema lírico é considerado um discurso circular, ele espelha o teor da metáfora que, por si, materializa na poesia a circularidade.

Passemos agora a um caso exemplar de metáfora “discursiva” nas artes plásticas:



Joan Miró, *Poema I*, 1968

O pintor catalão Joan Miró, desde o início de sua produção plástica, no começo do século XX, teve como exercício permanente um trabalho de desreferencialização. Em momento algum esse pintor se deixou conduzir pelas rédeas ou pelos caminhos que as escolas de seu tempo tentavam lhe impor. Mesmo a escola surrealista, com seus melhores representantes, tentou lhe impor a sua tendência ao figurativo e à dissoluta forma de representação plástica, mas Miró seguiu sempre seus próprios passos. Dentre os traços de estilo de sua pintura, a deslexicalização e a construção da alegoria foram seus pontos fortes, até, paulatinamente, atingir o âmago da construção metafórica, e nessa forma o que vimos discutindo destaca-se com intensidade exemplar: o nível eidético (camada formal) se

alia às linhas e às cores num plano altamente modulado da metáfora.

Essa forma de pintura mobiliza todos os planos de articulação icônica e acaba por construir uma expressão que atinge o receptor de uma maneira aparentemente enigmática; queremos dizer, pois, que a profusão metafórica não consiste, como adiantamos, numa relação em que x é y ou, para melhor, a que se intersecciona a b conduzindo a c , como quer a retórica clássica. Na verdade, a intersecção entre a e b conduz a n ou a um enigma. A metáfora em Miró envolve não apenas formas, linhas e cores, mas envolve sua concepção de moldura e a dinâmica que se instaura entre todos os elementos modulados no interior da tela. Tudo isso cria na pintura desse artista catalão uma ilusão do

lúdico e da visão infantil de mundo levando muitos a assim compreendê-la. Nisso sua pintura engana, diferente do poema de João Cabral, em que as imagens se impunham pela sua complexidade e pela sua difícil compreensão; mas a metáfora discursiva de Joan Miró não é mais fácil que o intenso poema de João Cabral.

O terceiro passo da apresentação deste exemplário optou pela escolha de um texto considerado narrativo para que se possa compreender a metáfora discursiva em todos os seus ângulos. Se bem que a metáfora no sentido que vimos discutindo desde o princípio deste artigo possui aspectos peculiares que não se alteram independente do gênero em que se manifesta. Além disso, há de se notar que o gênero narrativo, em certos casos, possui um grau de poeticidade de singularidade difícil de encontrar nos textos literários em versos. Passemos a *tratar*, a propósito, de um caso singular: uma passagem do pequeno conto “Uns *inhos* engenheiros” de João Guimarães Rosa, contido na obra póstuma *Ave, palavra* (1970).

“Onde eu estava ali era um quieto. O ameno âmbito, lugar entre-as-guerras e invasto terriorinho, fundo de chácara. Várias árvores. A manhã se-a-si bela: alvoradas aves. O ar andava, terso, fresco. O céu – uma blusa. Uma árvore disse quantas flores, outra respondeu dois pássaros. Esses, limpos. Tão lindos, meigos, quê? Sozinhos adeuses. E eram o amor em sua forma aérea. Juntos voaram, às alamedas frutíferas, voam com uniões e discrepâncias. Indo que mais iam, voltavam. O mundo é todo encantado. Instante estive lá, por um evo, atento apenas ao auspício.

[...]

O ninho – que erguem – é néxil, pléxil, difícil. Já de segredo o começaram: com um bicadinho de barro, a lama mais doce, a mais terna. De barro, dos lados, à vária vez, ajuntam outros arrebiques. À muita fábrica, que se forma de ticos, estilhas, gravetos, em curtas proporções; e argueiros, crinas, cabelos, fibrilas de musgos, e hábeis ciscos, discernidas lãs, painas – por estofo. Com o travar, urdir, feltrar, enlaçar, entear, empastar, de sua simples saliva canora, e unir, com argúcia e gume, com – um atilho de amor, suas todas artes. Após, ao fim, na afofagem, forrá-lo com a própria única e algodoída penugem – do peito, a que é mais quente do coração. O ninho – que querem – é entre asas e altura. Como o pássaro voa trans abismos. A mais, num esperanceio: o grácil, o sutil, o pênsil.”

Devemos atentar para o desenho que cada um dos exemplos traz na metáfora discursiva e nas implicações sensitivas e significativas geradas pelo objeto apresentado. Sabe-se que abordar em linhas gerais um texto de Guimarães Rosa é praticamente impossível e pode trazer resultantes perigosas para a realidade do texto. Como a obra do autor mineiro é extensa e de excelência, decidimos optar por este fragmento no qual se pode deslumbrar elementos da metáfora discursiva por meio de procedimentos só encontrados em Guimarães Rosa. Lendo atentamente a passagem, notamos que os aspectos da linguagem saltam aos nossos olhos. Torna-se mais difícil argumentar a favor de uma narrativa do que a favor de uma poesia. O plano de expressão é eximamente trabalhável e nele as figuras de som, as imagens sonoras farfalham entre tons e cores em que a linguagem fonologicamente reorganiza seus fonemas, gerando conjuntamente os desenhos que nos deixam

atônitos sem muito entendermos o que está acontecendo. Num turbilhão de formas sonoras conjugam-se aliteraões, coliteraões, assonâncias, paronomásias, poliptoto, rimas internas, onomatopeias, figuras que com outras formas de expressão criam o arcabouço fonético/fonológico no processo de composição semissimbólica do discurso. Daí vem a dinâmica efervescente do discurso de Guimarães Rosa construindo a metáfora absoluta em que, por meio do ninho dos pássaros, nasce a imagem do poema lírico e isso consistindo no reino da bricolagem, numa permanente forma metalinguística do discurso. Apesar de pertencer ao gênero narrativo, “Uns *inhos* engenheiros” pode ser considerado o que denominamos “narrativa poética”. Assim sendo, o próprio teor de prosa que determina a base do texto se torna de alta poeticidade e os elementos da linguagem interceptam o segmento natural da narrativa.

Um pouco distinto, mas igualmente intenso e metafórico, segue-se o último exemplo. Trata-se do quadro *Os amantes*, de René Magritte.

O teor metafórico não só deste quadro, mas da obra de René Magritte, compõe-se de estruturas metonímicas. Sua obra sempre parte de figuras em relação de contiguidade e na sua forma de construção nasce a relação metafórica por similaridade. A pintura desse artista belga trabalha na maioria de seus casos com o eixo paradigmático na busca de semelhanças e dessemelhanças para a construção do resultado da imagem. Sua obra caracteriza-se pela capacidade de síntese nos levando sempre a analisar o título de cada um de seus quadros. São eles muitas vezes que nos levam à construção metafórica da imagem. No quadro em questão, no eixo paradigmático são duas cabeças (que se pode considerar sinédoques) de seres que inferimos tratar-se de gêneros diferentes (um homem e uma mulher), mas que não temos certeza uma vez que se trata de ícones, isto é, signos e não referentes. Ao buscar essa referência possível temos a impossibilidade, pois os ícones das cabeças são envolvidos por um tecido que tira qualquer possibili-

Reprodução



René Magritte, *Os amantes*, 1928

dade de uma interação afetiva. Os ícones são metonímias de dimensão associativa e o que nos resta no conjunto são simulacros semióticos, como se dissesse a nós como nos dissera no quadro do cachimbo: “Isto não são amantes”, e essa noção semiótica se repete em muitos outros quadros.

Mitigar as investigações sobre a metáfora e seus movimentos tensivos é obliterar as evidências do que se propõe a se esconder sob os escombros dos desmandos dos sentidos. Essa figura nuclear da retórica dribla e, ao mesmo tempo, argumenta em favor dos juízos semânticos desde que o homem vislumbrou manifestar-se ou expressar-se dubiamente em forma de expressão verbal ou extraverbal. Uma vez que o princípio da metáfora advém de processo de interação de sentidos para criar novos sentidos que nomeiem ou denominem algo que não seria possível ser nomeado com precisão, a metáfora não pode ser criada trazendo no seu corpo pedaços dos sentidos oriundos dos mundos das referências que não precisam ser renomeados. É trabalhoso repensarmos

a metáfora ou pensarmos a metáfora como se fosse pela primeira vez. Os elementos linguísticos e retóricos que atuam na construção da metáfora prescindem de qualquer reflexão sobre a metáfora. Como pensar com acuidade sobre a conotação se não temos o mínimo de entendimento sobre a denotação? Para quem de uma forma de vermos o mundo por meio da metáfora, temos de instigar os entremeios por meio de um conhecimento mínimo das ordens das coisas e dos sentidos das coisas do mundo. Isso é necessário para que possamos caminhar na direção do esgotamento de sentidos a ponto de nos valermos de uma metáfora ou reconhecermos num contexto verbal as marcas de uma metáfora para atingirmos a precisão que um signo ou que mais de um signo não consigam apreender.

A face da noite naquela instância em que não se ouve nada a não ser o silêncio da noite em que o cão já não late, o pipiar dos pássaros se cala e o uivar de vozes indefensáveis se mortifica – neste instante a noite apresenta o que ela possui de essencial para que seja oferecida ao artista como metáfora.

REFERÊNCIAS

- HÖLDERLIN, F. *Reflexões*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante e Antonio Abranches. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- MELO NETO, J. C. de. *Obras completas*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1995.
- ROSA, J. G. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- SZONDI, P. *Ensaio sobre o trágico*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2004.

arte





**Se não a cura,
o alívio**

Alecsandra Matias de Oliveira

“Você pode assustar as pessoas com a morte ou com a ideia de sua própria mortalidade, ou talvez possa realmente dar-lhes força”
(Damien Hirst).

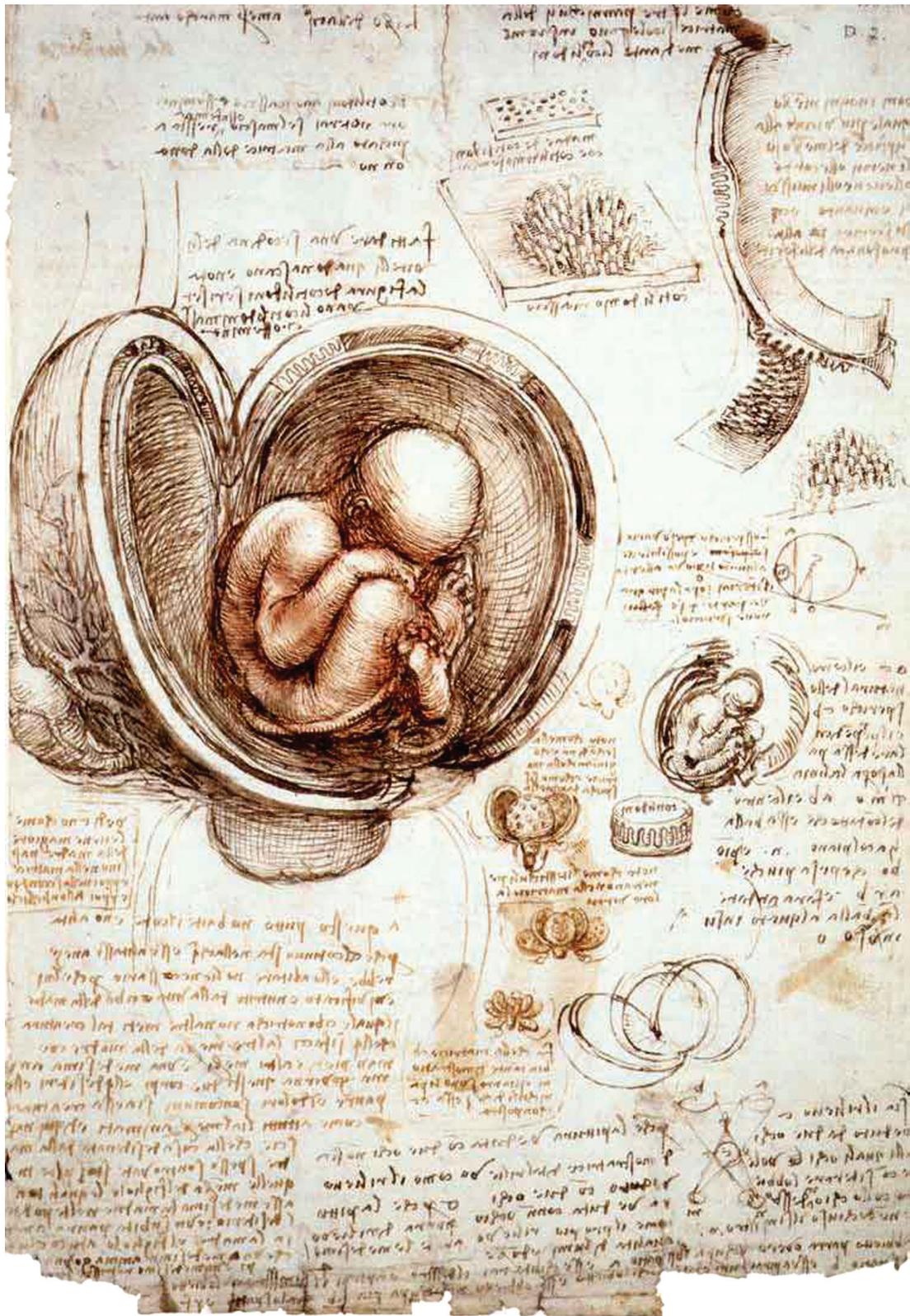
Arte e medicina caminham juntas há séculos. O fascínio pelos saberes do corpo humano surge em diversos artistas e em distintas épocas. Em algum desses instantes, a arte evidencia a dimensão do humano: o corpo, a dor, o flagelo, a vida e a morte. As imbricações da arte em tratamentos terapêuticos são cada vez mais estudadas no campo interdisciplinar que une arte, psicologia e medicina. Porém, distinguida pela atual pandemia, a discussão dedicada ao histórico das artes visuais e suas inspirações ligadas à medicina e à saúde pública revive obras produzidas em momentos de crises sanitárias, tais como a gripe espanhola e a covid-19, mas também mostra os artistas como cronistas de seu tempo.

No Renascimento, por exemplo, artistas como Leonardo da Vinci e Michelangelo Buonarroti seguiram os ensinamentos de médicos-anatomistas na busca pela perfeita forma humana. De 1498 a 1513, Da

Vinci desenhou órgãos e elementos dos sistemas anatomofuncionais – estudos esses baseados na leitura de obras de autores da medicina pré-renascentista, como Galeno de Pérgamo, Mondino dei Luzzi e Avicena. O artista florentino dissecou corpos humanos e de animais; inovou ao empregar injeção de cera derretida nos ventrículos do cérebro de um cadáver, facilitando, assim, sua dissecação. De fato, seus desenhos e anotações, tal como o do feto e o estudo de cabeças, são impressionantes pela busca da verossimilhança. Michelangelo, por sua vez, mostrou-se obcecado pela estrutura óssea, conjuntos de tendões e músculos. Foram 12 anos dedicados à leitura da obra do médico italiano Realdo Colombo. O criador do teto da Capela Sistina centrou-se na compreensão da estrutura do corpo humano.

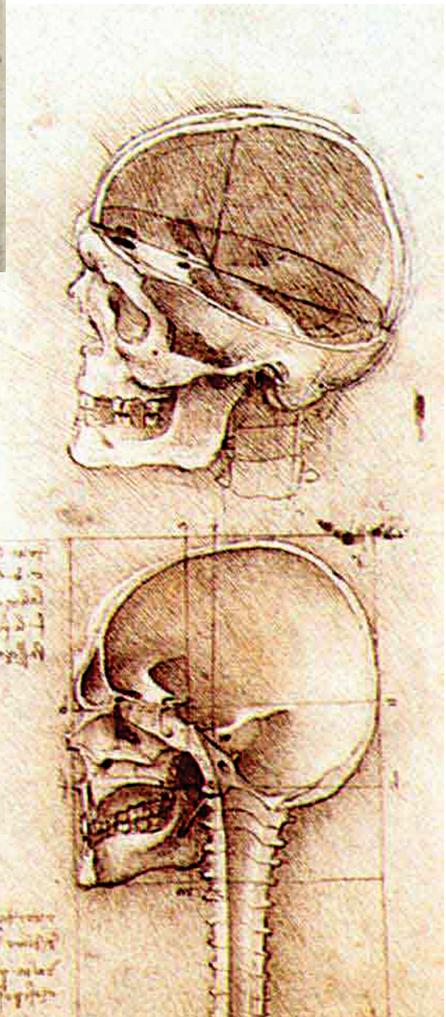
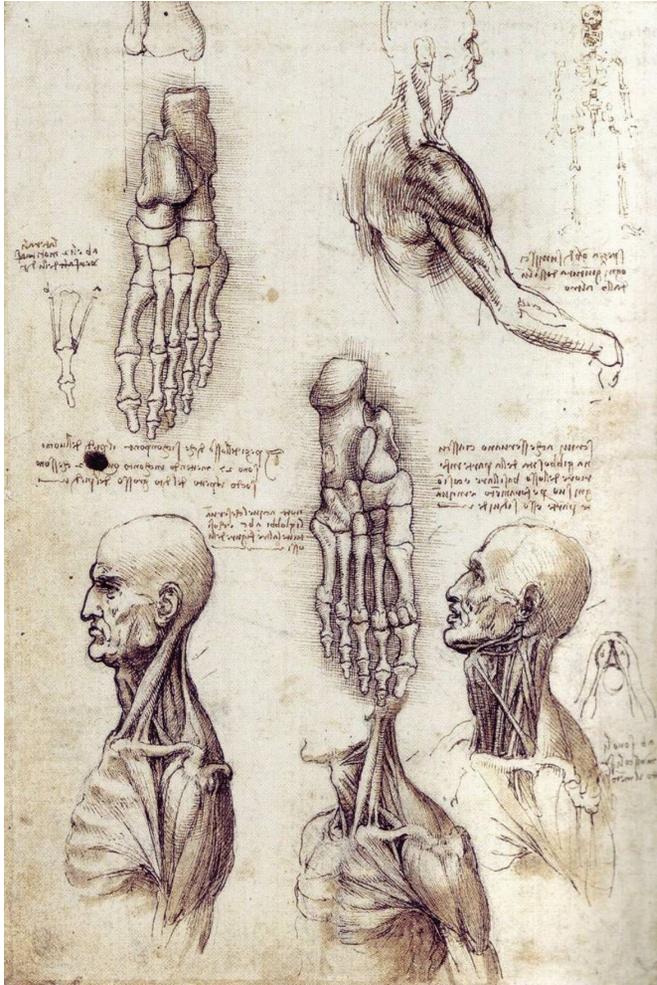
As lições de anatomia ainda continuam presentes em mestres tais como Mantegna,

ALECSANDRA MATIAS DE OLIVEIRA é doutora em Artes Visuais pela ECA/USP e membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA).

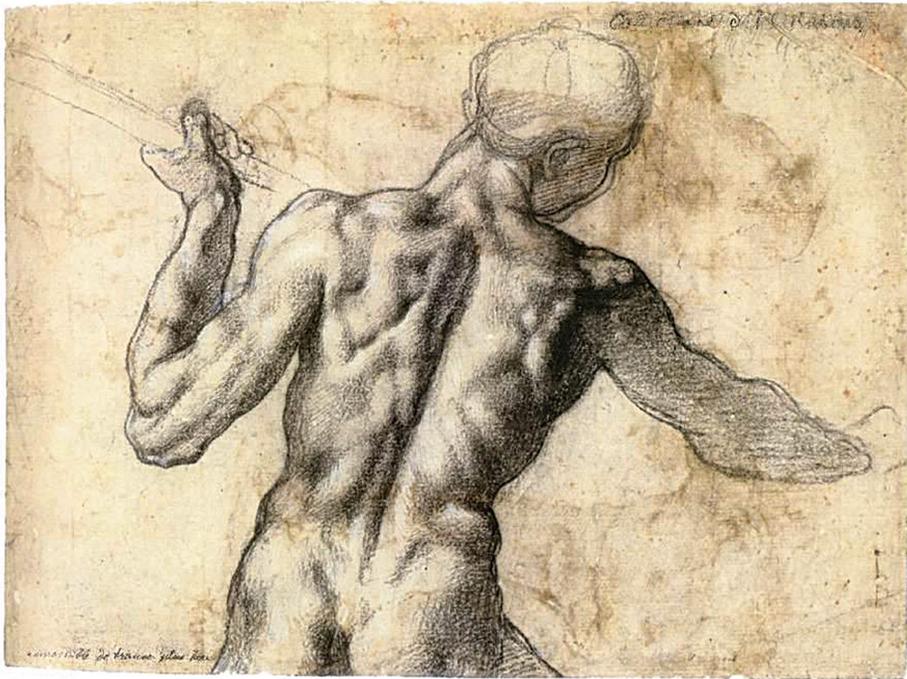


Leonardo da Vinci, *Anatomia*

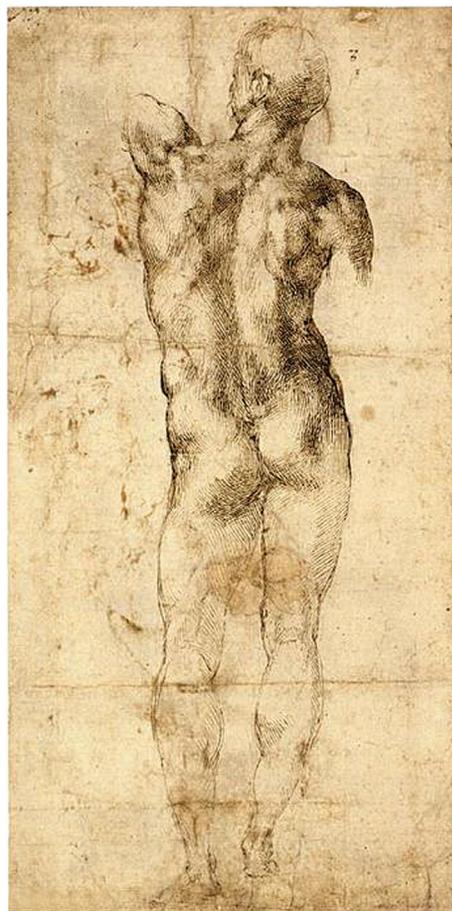
Leonardo da Vinci, *Estudo*



Leonardo da Vinci, *Anatomia*



Michelangelo Buonarroti, *Male nude seen from the rear*



Michelangelo Buonarroti,
*Male nude seen from
the rear recto*

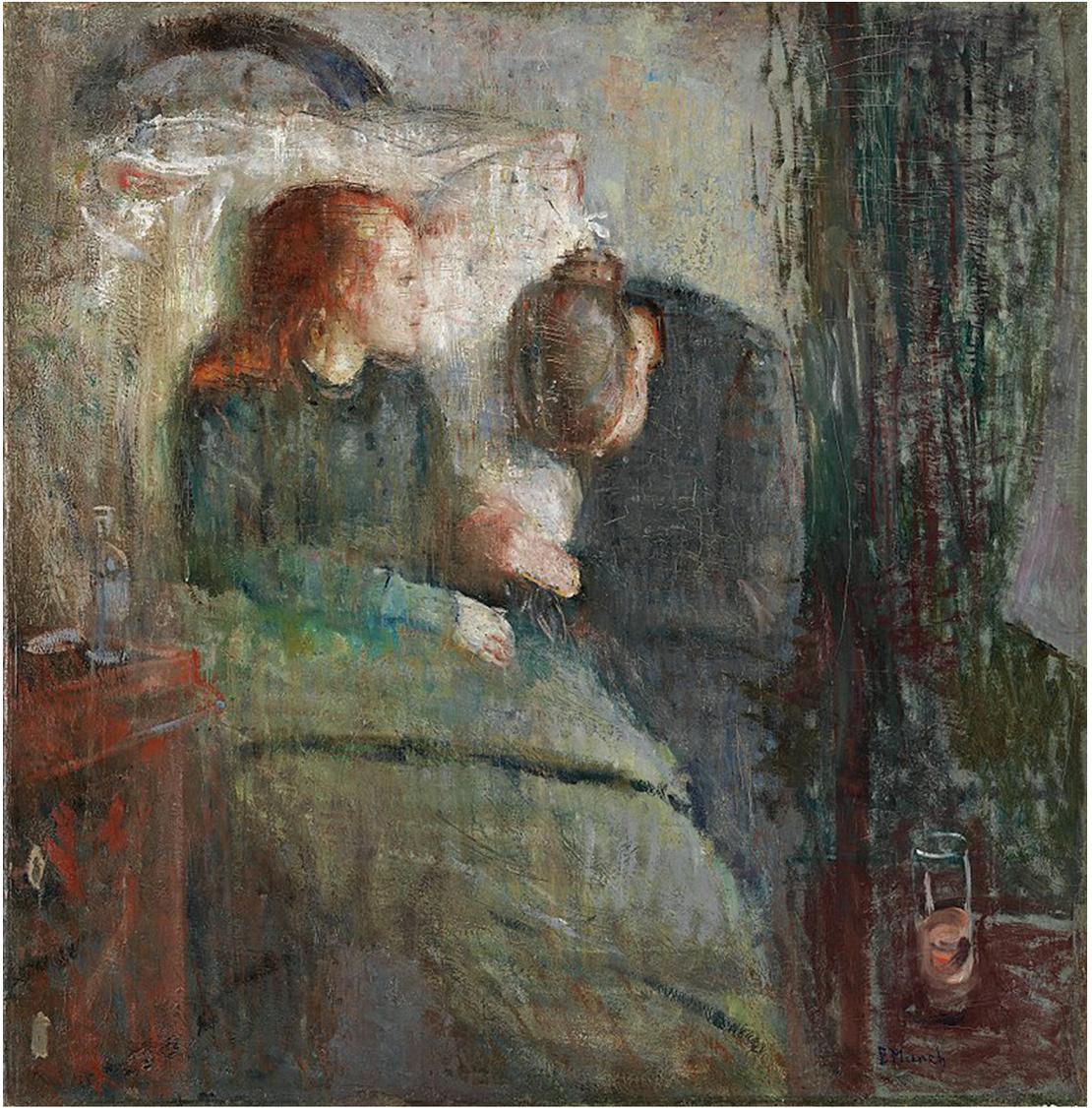
Ticiano e Caravaggio. Mas, em *Lição de anatomia*, 1632, de Rembrandt, existe o desprezo pelas convenções anatômicas usuais. O pintor concentrou-se nos aspectos psicológicos da cena, destacando a grande inquirição dos personagens e sua proximidade com o corpo morto. Essa obra é uma das mais conhecidas de Rembrandt, e nela o pintor individualiza cada um dos atores da cena por suas fisionomias. Comissionada pelo cirurgião da guilda de Amsterdã, a tela mostra o dr. Nicolaes Tulp, famoso anatomista e professor, dissecando o antebraço do cadáver. A ideia era demonstrar o funcionamento do músculo para os outros membros da guilda.

Já no início do século XX, Edvard Munch, filho de um médico do exército

e fanático religioso, viu sua mãe morrer de tuberculose aos cinco anos de idade. Algum tempo depois, ele também presenciou a morte de sua irmã mais velha, a internação de uma segunda irmã por problemas mentais (alguns biógrafos atestam que ela sofria de esquizofrenia) e, por fim, o precoce falecimento de seu pai. A tela *A menina doente*, 1886, assinala a primeira de uma série de seis pinturas com o mesmo tema: Sophie, sua irmã doente. O sofrimento e o corpo afligido por doença se fizeram presentes em todo o repertório de Munch. Em 1919, o pintor vivenciou a gripe espanhola e, no confinamento, produziu a tela *Autorretrato convalescente de gripe espanhola*, na qual surge no leito rodeado por familiares. Após a recupe-



Rembrandt, *Lição de anatomia*, 1632



Edvard Munch, *A menina doente*, 1886

ração, Munch fez novo trabalho, *Autor-retrato após a gripe espanhola*, no qual surge debilitado pela enfermidade numa cadeira – marcando seu regresso à vida.

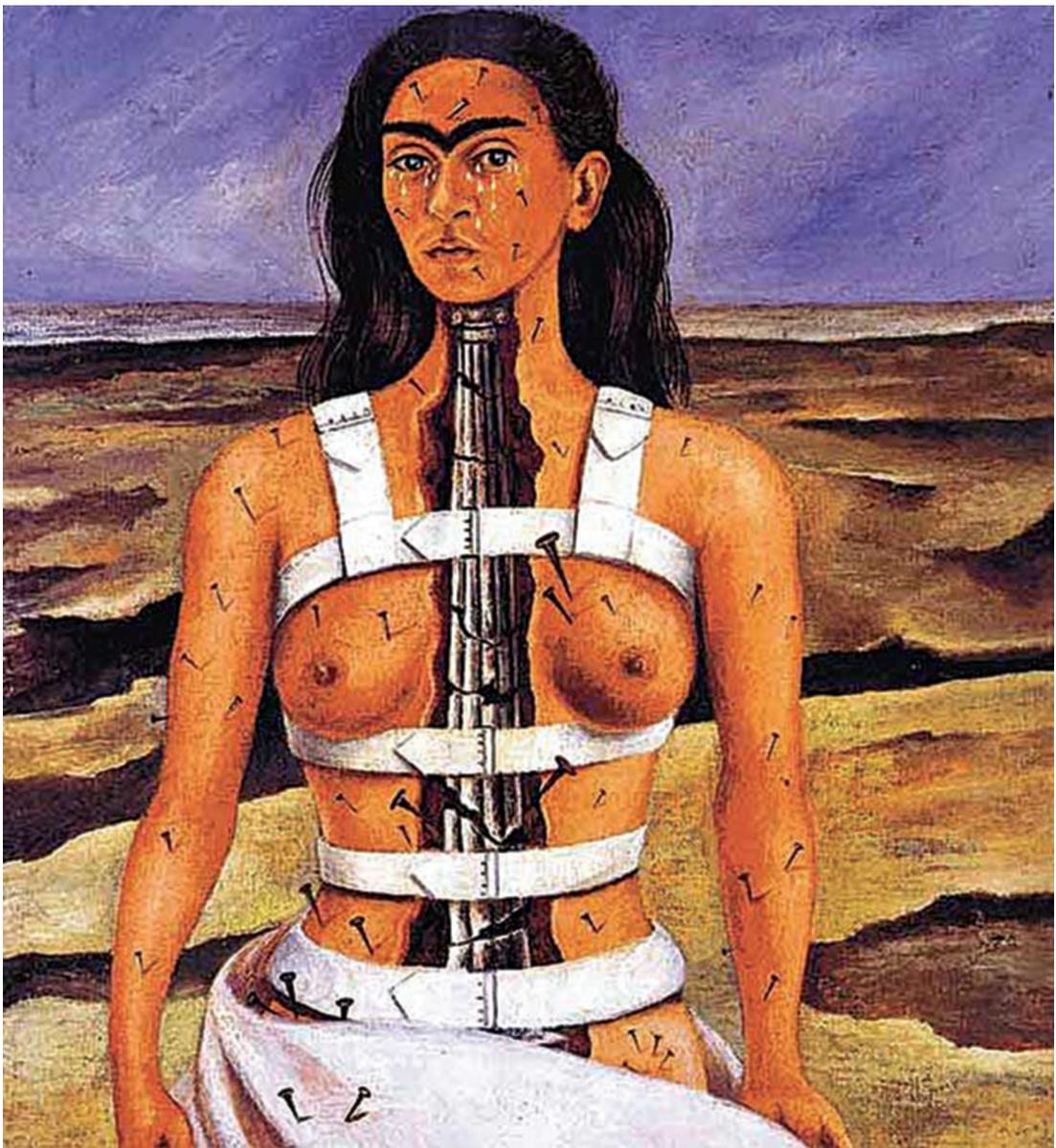
A debilidade física também aparece nos trabalhos de Frida Kahlo. As sequelas da poliomielite (hipotrofia do membro inferior direito e atrofia do pé direito) atingiram a menina aos seis anos de idade. Entre 1922 e 1925, ela frequentou a Escola Nacional Preparatória na Cidade do México, motivada pelo desejo de se tornar médica – sonho interrompido pelo acidente entre um bonde e um ônibus, no qual ela sofreu diversos ferimentos e fraturas que demandaram um longo período de recuperação. Além disso, a artista também passou por

um dramático aborto, anos mais tarde. Algumas obras, tais como *Hospital Henry Ford* (conhecida como *A cama voadora*), 1932, *La columna rota* (*A coluna quebrada*), 1944, e *Sem esperança*, 1945, são catárticas e expõem de modo intenso suas perdas e seu sofrimento físico.

A fronteira tênue entre dor e morte tem sua medida na *Série trágica*, de Flávio de Carvalho, 1947. Em nove cenas, o artista retrata o semblante de sua mãe moribunda, dona Ophélia Crissiúma, no leito de um hospital. Os traços rápidos e instáveis do carvão sobre papel aludem à agonia da retratada – o último sopro de vida consumido pelo câncer. A frase “minha mãe morrendo”, presente em alguns dos dese-



Frida Kahlo, *A cama voadora*, 1932



Frida Kahlo, *A coluna quebrada*, 1944



Flávio de Carvalho, *Série trágica*, 1947

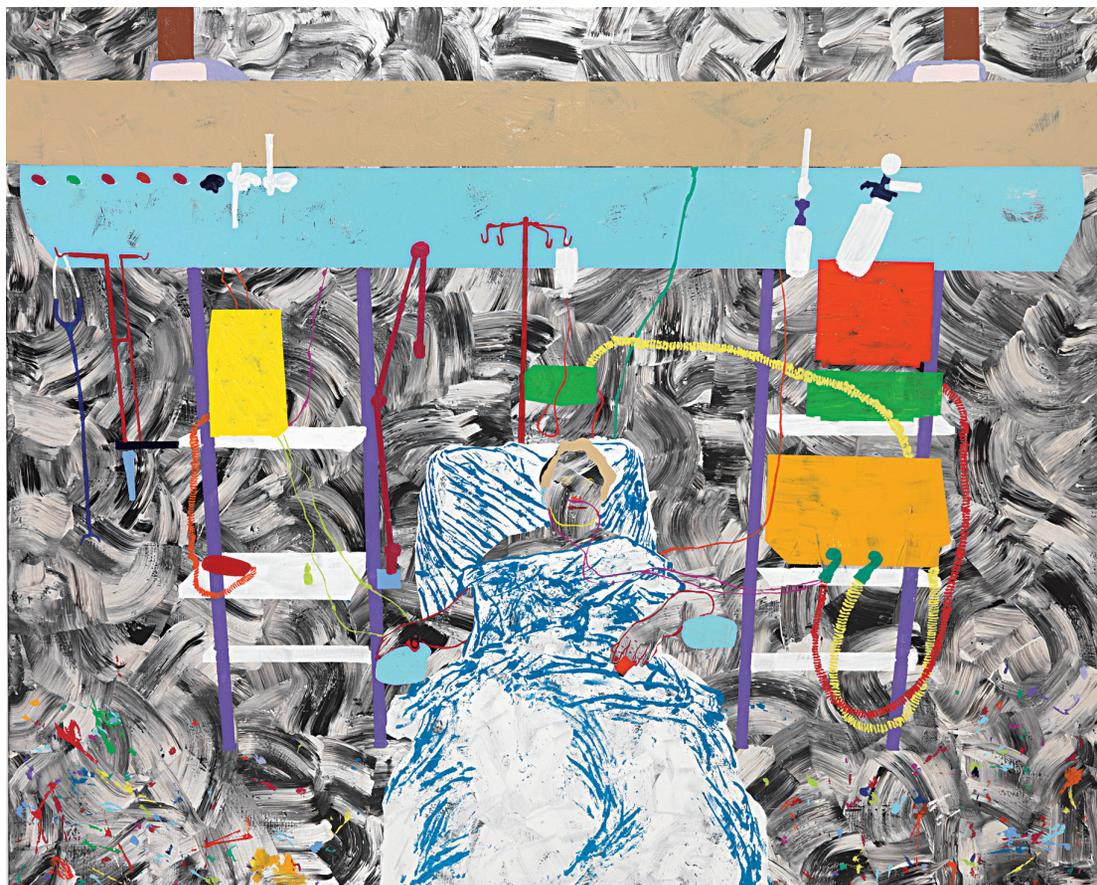
nhos, certifica o artista de que o fim está próximo. Na clivagem do contemporâneo, Alex Flemming produziu dois trabalhos que renovaram esse (res)sentimento diante do “instante final”, *Olympia no hospital*, 2012, e *Farewell*, 2013. São telas que colocam diante do espectador o ambiente hospitalar e a iminente despedida. A referência à história da arte leva-nos ao modelo de Manet, mas também à lembrança da *Série trágica*, uma vez que em ambas as obras a retratada é a mãe do artista. Porém, em *Olympia no hospital*, a tensão não está na face da mulher ligada à máquina de oxigênio, mas nas pinceladas agitadas que constroem o plano de fundo em contraste com as figuras coloridas.

Igualmente tomado por essa questão que envolve vida, medicina e morte, Damien

Hirst, aos 16 anos, visitava regularmente o Departamento de Anatomia da Leeds School of Medicine para fazer desenhos. Suas pesquisas seguiram de animais conservados em formol, passando por instalações que remetem a gabinetes de remédios, até pinturas que evocam pílulas coloridas, dando a elas títulos similares a nomes científicos de fórmulas e medicamentos. Porém, entre um trabalho e outro, o artista britânico envolveu-se em polêmicas sobre a criação de suas obras. Em 2000, por exemplo, o *designer* Norman Emms processou o artista por plágio. A escultura *Hino* seria uma reprodução do Young Scientist Anatomy Set, desenhado por Emms e fabricado por Humbrol. Na ocasião, Hirst fez um acordo extrajudicial com as duas partes interessadas.



Alex Flemming, *Olympia no hospital*, 2012



Alex Flemming, *Farewell*, 2013

Mas, quando se trata de polêmica, Banksy ganha em notoriedade. Conhecido por seu desprezo pelo mercado de arte e pelos governos que rotulam grafite como vandalismo, o “artista desconhecido” (ninguém sabe ao certo sua identidade) expõe seus trabalhos em locais públicos. A sua arte de rua satírica e subversiva combina humor negro e grafite feito com uma distinta técnica de estêncil. Seus trabalhos com comentários sociais e políticos podem ser encontrados em ruas, muros e pontes de cidades por todo o mundo. E foi surpresa quando *Game changer*, 2020, surgiu no corredor do Hospital da Universidade de Southampton (Inglaterra), no início da pandemia de covid-19. No desenho, a criança brinca

com os novos super-heróis – os médicos, enfermeiras e demais profissionais que estão na linha de frente no combate à doença.

Nos tempos de isolamento social provocado pelo coronavírus, a arte tem sido alicerce importante. Merecem ênfase as ações de conscientização, promovidas por artistas, assim como os leilões de obras de arte para o socorro imediato das emergências ocasionadas pela pandemia. Liu Xiaodong, célebre artista chinês, impossibilitado de regressar a Pequim e preso por meses pelas medidas de prevenção ao vírus em Nova York, retratou em suas pinturas a nova condição das pessoas no grande centro urbano – uma espécie de pintura histórica. Alan Fujito faz exercício análogo ao andar



Damien Hirst, *Gabinete de remédios*, 1988



Damien Hirst, *Caproaldehyde*, 2003



Damien Hirst, *Hino*, 1999-2005



Banksy, *Game changer*, 2020

pelas ruas de São Paulo. O fotógrafo nos traz, em ensaio em preto e branco, a vida frenética dos paulistanos com o seu novo acessório: a máscara.

Já Ana Teixeira, durante a quarentena, iniciou uma série de projeções noturnas nos edifícios próximos a sua casa, na capital paulista. São palavras, poemas, trechos de músicas e frases iluminadas, inspiradas ou autorais, de escritores, jornalistas e artistas, tais como Carlos Drummond, Paulo Leminski, Eliane Brum, Gilberto Gil, Cae-

tano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Jorge Menna Barreto, entre outros. A artista também estabeleceu parcerias com outros artistas na concepção das frases. Como as projeções não são em empenas lisas, a diagramação dos textos adaptou-se às superfícies recobertas por janelas e sacadas. O evento ocorreu nos arredores da casa da artista, mas rapidamente espalhou-se nas redes sociais. Frases em defesa da ciência, dos profissionais de saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS) completam o repertó-



Liu Xiaodong, *Thank you*, 2020

rio de mensagens – o resultado é a intervenção *Convivência*, 2020, que nos coloca num estado de aproximação (mesmo afastados fisicamente). A cada escrita projetada, uma reflexão sobre o tempo no qual vivemos.

Outra intervenção de Ana Teixeira, dessa vez em parceria com Livia Aquino, é *Tudo que cabe*, 2020, que, composta de duas partes, tem uma delas nas ruas, através da colagem de um cartaz em vias públicas onde se pode ler a palavra “distanciamento”. Nessa intervenção, segundo as artistas, “de longe a palavra aponta uma das medidas sociais atuais necessárias para evitar a propagação da doença que parou o mundo. De perto, é possível ler 351 palavras anagramadas livremente com as letras de *distanciamento*”.

Outra parte do trabalho é uma peça sonora, na qual se escutam 351 vozes de pessoas diferentes – uma a cada palavra possível a partir das letras de “distanciamento”. As artistas lembram aos paulistanos que a epidemia não acabou, que ainda é preciso resistir para salvar vidas.

Em síntese, o percurso dos artistas e obras aqui discutidos (e outros incontáveis mais) mostra as relações entre arte, medicina e saúde pública e, especialmente, como a arte usa como inspiração outros saberes, comentando o contexto que nos envolve. Ela pode não significar diretamente a cura para os males que se somam às doenças, crises sanitárias e pandemias, mas pode ser o alívio, o catártico e a conscientização.



Alan Fujito, *Sem título*, 2020



Alan Fujito, *Sem título*, 2020



Alan Fujito, *Sem título*, 2021



Ana Teixeira, *Tudo que cabe*, 2020



Ana Teixeira, *Tudo que cabe*, 2020



Ana Teixeira, *Convivência*, 2020

livros



Relatos pandêmicos: a agonia da pandemia e o negacionismo bolsonarista

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

*Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus,
de Luiz Henrique Mandetta, São Paulo, Objetiva, 2020, 228 p.*

Este livro é uma coletânea de relatos. E, justamente por ser um relato, como apontou Maurice Blanchot, em *O livro por vir*¹, não há a intenção de construir um conceito ou qualquer epistemologia fundamentada. Os relatos são feitos no calor do momento em que ocorrem e podem ser compreendidos, pela posteridade, como fontes históricas acerca dos acontecimentos. Em outra perspectiva, o relato, como apresenta o saudoso professor Ciro Marcondes Filho², é o produto da relação entre o sujeito e os acontecimentos, é a fruição dessa interface para construir uma relação sinestésica. Até mesmo Hannah Arendt³ recorreu

à composição dos relatos para expor a ideia da banalidade do mal quando percebeu que Adolf Eichmann não era um sujeito atroz, mas uma pessoa absurdamente medíocre e banal. Arendt não quis criar um conceito quando elaborou a ideia da banalidade do mal, ela quis mostrar que o mal não é uma arquitetura diabólica, mas pode ser praticado e reverberado por sujeitos convencionais que preenchem o dia a dia de qualquer sociedade. Os relatos são importantes porque retratam acontecimentos que nem sempre se apresentam diante de todos os olhares.

Luiz Henrique Mandetta tinha conhecimento desses posicionamentos acerca dos relatos para escrever *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus?* Talvez não, mas isso é o que menos importa. A intenção de apresentar as ideias acima é, primeiramente, de apontar que o

1 São Paulo, Martins Fontes, 2013.

2 *O princípio da razão durante – comunicação para os antigos, a fenomenologia e o bergsonismo – Nova Teoria da Comunicação III – Tomo I*, São Paulo, Paulus, 2011.

3 *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

MURIEL EMÍDIO PESSOA DO AMARAL
é professor colaborador do mestrado em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bolsista Capes.

relato é o resultado da experiência entre o acontecimento e o sujeito, suas impressões e suas vivências, e que relatar pode trazer cargas subjetivas, mas que não podem ser descartadas nas análises das conjunturas sobre os acontecimentos, principalmente durante a catastrófica campanha do governo brasileiro no enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus e o negacionismo de Jair Bolsonaro.

Os relatos, do ponto de vista historiográfico, tornam-se inventários das impressões acerca dos acontecimentos, além de descortinar faces da realidade que são escondidas por uma questão de poder e silenciamento. Mesmo transitando entre a própria relação e a agonia de se sentir solitário na empreitada pandêmica, os relatos de Mandetta se fazem necessários e precisam ser apreciados.

Todo o desdém que Bolsonaro pretendia ocultar debaixo do tapete durante a pandemia, Mandetta trouxe à tona; e os exemplos são muitos. Pela visão de Mandetta, Bolsonaro se cercou apenas daqueles que fossem ao encontro das suas propostas, e todos aqueles que pisassem fora da linha seriam desligados dos seus cargos. Durante a pandemia, Mandetta foi o primeiro da fila e, depois, Sergio Moro, então ministro da Justiça, deu sequência aos que receberam as contas. Ou seja, a crise não se limitou apenas às questões sanitárias, mas também serpenteou pela seara política.

Mandetta é médico, foi deputado federal por dois mandatos pelo Mato Grosso do Sul e, desde 2019, assumiu o Ministério da Saúde a convite do presidente Jair Bolsonaro, cargo que exerceu até ser demitido em abril de 2020, quando entrou em rota de choque com o próprio presidente. Enquanto Mandetta defendia o isolamento social e outras medi-

das sanitárias para conter o avanço do novo coronavírus, Bolsonaro tremulava a bandeira de remédios ineficientes para o combate à covid-19 e clamava pela volta o quanto antes das atividades do setor produtivo e do comércio. Mesmo apresentando medidas sensatas e científicas para lidar com a pandemia, em alguma medida, Mandetta também é responsável pela ascensão de Bolsonaro à Presidência e, conseqüentemente, pelo cenário tétrico da pandemia no Brasil. Ainda nos primeiros capítulos, ele assume que votou em Jair Bolsonaro para presidente, o que, a meu juízo, não é exatamente nenhuma novidade ou uma revelação explosiva, uma vez que Mandetta integrou o coro “Tchau, querida!” durante a sessão de votação do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 na Câmara dos Deputados, votação em que ele assistiu a Jair Bolsonaro dedicar seu voto a um torturador para dar aval aos processos de investigação no Senado.

Muitas qualificações pejorativas podem ser atribuídas a Bolsonaro em razão do seu comportamento antilítúrgico frente aos cargos ocupados durante sua raquítica vida pública; entretanto, Bolsonaro é coerente. Sim, você não leu errado, Bolsonaro é coerente no seu discurso porque nunca defendeu a organização do espaço público, nunca prezou pelo reconhecimento público e político de negros, mulheres e sujeitos periféricos, nunca acatou a pauta da diversidade sexual, nunca se propôs a entender sobre a Constituição brasileira e, em algumas passagens, chegou até a proferir que determinadas mulheres mereciam ser estupradas. A coerência dos seus discursos e práticas foi mantida mesmo depois de ocupar a cadeira do Executivo nacional. Diante disso, nenhum brasileiro pode erguer a voz e afirmar que foi enga-

nado quanto à postura obtusa de Bolsonaro, tampouco Mandetta, com quem dividiu por oito anos espaços no Parlamento brasileiro. Destarte, torna-se quase impossível acreditar que Bolsonaro seria diferente mesmo após receber a faixa presidencial. Em momento algum do livro, Mandetta fez a revisão da sua atitude de oferecer suporte à assunção de Bolsonaro ao Executivo nacional.

Se, por um lado, essa reflexão não houve por parte do ex-ministro, por outro lado, seus relatos não devem ser desmerecidos, ao contrário, Mandetta escancarou acontecimentos que foram silenciados pelo Planalto ao apresentar com precisão cirúrgica datas, horários e nomes de todos os personagens envolvidos em cada movimentação durante os primeiros meses da pandemia e, ainda assim, nem de longe seus relatos se assemelham a discursos vingativos ou rancorosos.

Pelas palavras de Mandetta, junto ao presidente, além dos filhos de Bolsonaro, havia muito mais séquito, admiradores e obedientes do que uma equipe profissional comprometida com políticas para o enfrentamento da pandemia. Segundo seus relatos, não houve uma intenção do presidente de propor campanhas e ações para lidar com a crise sanitária, mas a busca neurótica e obsessiva de descobrir uma fórmula mágica para que a população retornasse o mais rápido possível às atividades laborais, o que nos faz acreditar mais uma vez que Hannah Arendt⁴ estava correta quanto à vitória do *animal laborans* ao afirmar que o trabalho é interpretado erroneamente como ação política. E, dentro dessa fantasia infantil criada

pelo presidente, surgiram a cloroquina, o hidróxido de cloroquina e, depois, a ivermectina. A preocupação de Bolsonaro era recuperar a economia, a despeito do número de mortes e doentes que estava em vertiginosa ascensão. Enquanto parte do mundo se propôs a desenvolver vacinas, realizar quarentena e distanciamento social ou pesquisar remédios eficazes para lidar com a doença, Bolsonaro vivia a alucinação da cloroquina, mesmo depois de evidências científicas apontarem a ineficiência da droga para a covid-19.

Uma das passagens mais quixotescas (e por que não vis?) relatadas por Mandetta foram as intenções de alterar a bula quanto ao uso da cloroquina e da hidroxicloroquina. De acordo com o ex-ministro, “o Palácio do Planalto passou a ser frequentado por médicos bolsonaristas” (p. 144) que pretendiam realizar a alteração para que assim as drogas pudessem ser indicadas para o tratamento da covid-19. Pelas palavras dele, a preocupação de Bolsonaro era se cercar de pessoas que dissessem o que ele queria ouvir e, de preferência, que a cloroquina fosse a salvação, já que é um remédio de baixo custo e poderia ser produzido a toque de caixa, tanto que isso aconteceu.

A proposta de não alargar suas perspectivas para além do próprio círculo é uma ideia perpétua nas façanhas de Bolsonaro. Ele tem dificuldade de desenvolver alteridades e contemplar o debate e a discussão pública, por isso é idiota; não apenas no sentido da estupidez, mas sobretudo por não avançar em questões de cunho público, ficando retido ao *idion*, ao individual. E a ideia de acreditar que a morte de algumas pessoas aconteceria ou, como citado por Mandetta, que “só vai morrer quem já ia morrer de qualquer maneira”, foi patente

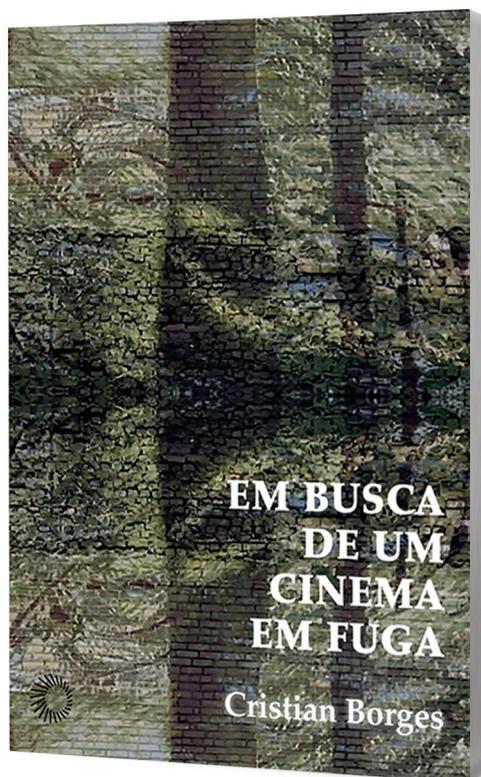
4 *A condição humana*, São Paulo, Forense Universitária, 2018.

no enfrentamento da pandemia. Uma ideia que retrata sem pudor o desejo pulsante de morte da população.

Os detalhes com que Mandetta narra a cadência dos acontecimentos vão ao encontro dos conteúdos veiculados pela imprensa brasileira, ou melhor, por parte dela. Mandetta também relatou a epopeia contra a enxurrada de *fake news* que aconteceu durante a pandemia, além de sugestionar que o chamado “gabinete do ódio” atuava em franca atividade no Planalto. Ele informa que houve uma relação próspera com alguns veículos de comunicação para divulgar medidas para conter o avanço do vírus, bem como também expõe as negociações com prefeitos e governadores adversários políticos de Bolsonaro para negociar medidas sanitárias e manutenção de quarentena mais restritiva. Mesmo coberto de razão em grande parte dos acontecimentos, Mandetta se coloca no

papel de uma figura messiânica e heroica (até mesmo altivo), principalmente no trato com o presidente, por exemplo, quando afirma que tenta “explicar num linguajar bem raso, porque se você falar em um linguajar normal ele [Jair Bolsonaro] não demonstra interesse, não dá atenção” (p. 147).

Em outra passagem, explica didaticamente a diferença entre chefe e líder, exemplificando o sentido das qualidades e tomando para si a de líder e compreendendo Bolsonaro como chefe: “O chefe dá ordens e exige demonstrações públicas de submissão de seus subordinados, porque na verdade é um inseguro, precisa disso para ter a ilusão de que está acima de todos” (p. 175). Errado Mandetta não está, entretanto, foi avisado acerca do quanto poderia ser nocivo dar suporte a figuras como Bolsonaro, o que pode explicar o sorriso pálido da imagem do ex-ministro na contracapa do livro.



A singularidade a 24 quadros por segundo

Silvio Demétrio

Em busca de um cinema em fuga – o puzzle, o mosaico e o labirinto como chaves da composição fílmica, de Cristian Borges, São Paulo, Perspectiva, 2019, 347 p.

Lançado pela Editora Perspectiva, *Em busca de um cinema em fuga – o puzzle, o mosaico e o labirinto como chaves da composição fílmica*, de Cristian Borges, professor da ECA/USP, é uma leitura densa que reverbera no universo do cinema a estrutura que Douglas Hofstadter desenvolveu em seu famoso livro *Gödel, Escher e Bach – um entrelaçamento de gênios brilhantes*. É que a origem da fuga como forma musical se deve a uma composição que Bach improvisou pela primeira vez quando de seu encontro com Frederico, o Grande, rei da Prússia. O rei sugeriu ao compositor um cânone que acreditava ser impossível de desenvolver em contraponto (técnica de composição a várias vozes que se entrelaçam sobre um mesmo tema musical). Segundo relatos, Bach prontamente compôs uma peça a três vozes e, algum tempo depois, desenvolveu vários outros desdobramentos em cima do cânone do rei.

Foi a partir desse encontro que Bach criou uma de suas obras mais desafiadoras, as *Oferendas musicais*.

Guardado o cuidado com a distância que os separa, o livro de Cristian Borges aproxima e desdobra as estéticas de três momentos singulares na construção do cinema como uma arte autônoma: *Um condenado à morte escapou*, de Robert Bresson, *Meu tio da América*, de Alain Resnais, e por último *Crônica de Anna Magdalena Bach*, de Danièle Huillet e Jean-Marie Straub. Tudo sob o signo da fuga, tema caro a ambos os autores. Hofstadter ganhou o Pulitzer no final da década de 70 com seu livro e Cristian Borges seguramente se torna uma referência obrigatória no Brasil para quem estuda e se interessa por cinema. Ao compor seu livro como um contraponto a “três vozes”, Borges instaura uma reciprocidade

SILVIO DEMÉTRIO é professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

entre forma e conteúdo na qual, ao abordar o tema da estética da fuga, perfaz ao mesmo tempo a estruturação de sua escrita seguindo essa mesma forma musical.

Quando terminou sua composição para enviá-la ao rei, Bach escreveu na partitura a palavra “RICERCAR” – acróstico formado com a seguinte expressão em latim: “*Regis Iussu Cantio Et Reliqua Canonica Arte Resoluta*” (tema fornecido pelo rei com acréscimos, resolvido no estilo canônico). “Ricerca” também significa “procurar, buscar”. O termo acabou se tornando o nome para esse tipo de composição na época.

Voltando ao livro de Cristian Borges, a organização dos capítulos procura e busca por um entrelaçamento dos três diretores. É possível lê-lo na ordem convencional ou então agrupando as partes em segmentos referentes a cada diretor abordado. Essa forma de organização mais uma vez replica a estética do contraponto que também perpassa a construção dos filmes analisados – tanto Bresson quanto Resnais e Huillet-Straub rompem com a narrativa fílmica linear. Cada um a seu modo, como demonstra Cristian Borges.

ROBERT BRESSON

A justaposição de dois meios de expressão como a composição musical e a narrativa fílmica nos leva para uma dimensão dada pela analogia. Uma sequência pode ser então entendida como uma frase musical, a montagem – relação estabelecida entre dois planos – como intervalo no contexto da harmonia de uma peça. Assonância e dissonância – continuidade, *raccord*. Cada filme se constitui segundo a singularidade

do uso que cada diretor faz desses elementos. Para atingir esse núcleo o autor recorre a uma precisão de recorte muito apurada. É o que ele faz ao selecionar uma cena de *Um condenado à morte escapou* (1956), de Robert Bresson, na qual o protagonista descobre como desmontar os encaixes da porta de madeira da cela na qual está preso. O filme é ambientado na França ocupada pelos nazistas e a câmera não economiza nos planos-detulhe. Dificilmente Bresson utiliza grandes planos. Isso reforça a atmosfera claustrofóbica do filme. O olhar do personagem é sempre recortado por barras de ferro na janela ou pelas frestas na madeira da porta de sua cela. É um olhar à espreita. Essa relação com o espaço contraído da própria cela e o olhar do personagem cria um afeto por saturação no espectador. Pressente-se a intenção da fuga desde o primeiro momento, mas Bresson é mestre em construir essa fuga como uma intensidade que, ao se saturar, eclode. O prisioneiro constrói suas ferramentas. Com um cabo de talher ele consegue desmontar as tábuas da porta de sua cela para então observar furtivamente os detalhes do prédio e poder planejar sua fuga. A linguagem de Bresson é então associada à madeira como elemento dessa cena-síntese do filme.

De acordo com Cristian Borges, o cinema de madeira que Bresson cria articula-se por encaixes singulares tal como um *puzzle*. É essa a sua lógica estruturante. As sequências são todas construídas com planos médios e closes e se encaixam uma nas outras por cicatrizes, como num quebra-cabeça. É uma estética fundamentada no fragmento como elemento constitutivo, mas se busca por encaixes desses fragmentos que sejam orgânicos em relação à totalidade.

ALAIN RESNAIS

Meu tio da América, de Alain Resnais, é trabalhado da mesma maneira. O autor seleciona uma ou mais imagens que possam ser tomadas como síntese do filme analisado e, a partir de um recorte preciso, aprofunda sua leitura como um compositor trabalha variações de um mesmo tema melódico numa fuga.

No caso de Resnais, essa estética do fragmento é alçada a outro patamar. *Meu tio da América* é uma produção de 1980 e começa com uma metáfora poderosa. A cena é a de um coração pulsando enquanto uma voz *over* diz: “A única razão de ser de um ser é ser. Ou seja, é manter sua estrutura. É manter-se vivo. Sem isso não haveria ser”. O discurso que se segue é todo fragmentado. Se antes, sob o olhar de Bresson, as sequências se encaixavam como num *puzzle* de madeira, no filme de Resnais os fragmentos exibem suas cicatrizes. Não há um encaixe entre uma sequência e outra.

Meu tio da América é uma polifonia na qual os interstícios também falam. Eles aparecem e têm seu lugar na construção da narrativa. Como num mosaico, cada sequência se acomoda em relação às outras sem suavizar seus desencontros, suas incompatibilidades. Entre uma tessela e outra num mosaico a irregularidade constitui-se também como uma linguagem. Cristian Borges seleciona como imagem-síntese do filme de Resnais um plano geral que sofre sucessivos *raccords* de aproximação, mostrando uma grande pintura num edifício cujo tema é a imagem de um muro de pedras. Cada *raccord* amplia o detalhe das pedras que

em sua consistência como muro não escondem a imprecisão de seus contornos. É como na famosa deambulação do olhar pela ampliação de uma fotografia em *Blow-up*, de Antonioni. A imagem satura-se de ampliação em ampliação até explodir num devir molecular (imagem de Resnais que está na capa do livro). Para Cristian Borges, a estética do filme de Resnais constrói um cinema de pedra sob a forma narrativa que reverbera a estruturação de um mosaico. É a narrativa como Gestalt – a tensão entre o fragmento e a organicidade do todo se coloca numa relação de isomorfismo com o jogo entre fundo e figura pelo qual a percepção se dá conta de um objeto qualquer. A narrativa é pensada assim por Resnais.

Uma imagem em particular coloca em cena essa tensão. Logo após a abertura com a voz *over* sobre a imagem de um coração pulsante apresenta-se um painel com instantâneos fixos da multiplicidade de narrativas que compõem o filme. Um fecho de luz incide sobre o painel revelando, ao se deslocar, uma porção movente desse *patchwork* (colcha de retalhos) de vozes cuja soma tem como resultado a algaravia do filme. Um grande mosaico de pequenos dramas que ao serem justapostos evidenciam a singularidade de cada um e ao mesmo tempo convergem para a organicidade do filme como um todo. Ao serem colocados sob uma lupa os acontecimentos fortuitos do cotidiano se desdobram segundo uma virtualidade de possíveis: revelado o intervalo, a falha no encaixe entre um acontecimento e outro, evidencia-se o trabalho do diretor que cimenta blocos de imagens numa configuração que lhes dá consistência. O trabalho do diretor tem como matéria-prima exatamente esse cimento da virtu-

alidade que percorre e reúne imagens num movimento de convergência cujo resultado é a narrativa do filme como um todo.

DANIÈLE HUILLET

E JEAN-MARIE STRAUB

Crônica de Anna Magdalena Bach, de Danièle Huillet e Jean-Marie Straub, é a terceira voz com a qual Cristian Borges elabora sua composição sobre o cinema em fuga. Se nos dois casos anteriores tínhamos um cinema de madeira e depois um de pedra, agora o modo de composição está ligado aos micromovimentos, domínio que o autor associa às nuvens. Straub e Huillet fazem um cinema de nuvem.

Como o termo sugere, é um cinema de contemplação. Não é uma forma fácil e de acolhimento em massa. Huillet e Straub buscam esvaziar suas imagens de qualquer significação. Os enquadramentos são fixos e a ação fica contida em micromovimentos que constroem variações numa dimensão quase imperceptível. São poucos os movimentos de câmera. Ora ou outra acontece muito raramente uma aproximação que se detém sobre algum detalhe em cena.

Crônica de Anna Magdalena Bach apresenta tomadas longas, sem cortes. Como analisa Cristian Borges, um dos elementos fundamentais para se decodificar o modo de singularização adotado pelo casal de diretores em seus filmes é a relação de contraponto que existe entre a imagem e o som. Especialmente no filme em questão, há uma cena que mostra Anna Magdalena Bach executando uma peça ao piano enquanto sua filha brinca sentada ao chão. A imagem em seu enquadramento constrói um pentagrama

com suas linhas horizontais enquanto uma composição de Bach tocada pela personagem serve de trilha para a narração em voz *over* dela mesma. A cena é quase fixa, não fosse pelos movimentos mínimos das mãos que percorrem o teclado do instrumento e alguma expressão contida num gesto ou no rosto da intérprete-narradora. Mãe e filha se colocam na imagem como um conjunto de notas disposto numa partitura.

A estética de um cinema de nuvens se articula não mais pela revelação dos interstícios ou de seus encaixes, mas pela agitação molecular que a virtualidade de suas imagens dispara. Um cinema-pensamento no qual o movimento convoca o som para se desdobrarem numa linha de abstração. Pela leitura de Cristian Borges, o filme de Straub-Huillet não é, como diria Gilles Deleuze, um filme “sobre” uma narrativa de uma das filhas de Bach, mas um agenciamento entre imagem e som que busca atingir a potência da criação que a música de Bach contém em si mesma. Um cinema-acontecimento sobre o compositor da *Oferenda musical* segundo a narrativa de uma de suas filhas. Da figura do criador da fuga como forma musical, Cristian Borges extrai um tipo de imagem-labirinto.

IMAGEM-PUZZLE, IMAGEM-MOSAICO

E IMAGEM-LABIRINTO

A grandeza e a potência da publicação estão no fato de o autor não se mostrar subserviente a nenhuma teoria. Diferentemente do que se vê como mera reprodução de um discurso já dado, Cristian Borges apresenta, sim, uma miríade de referências teóricas e cinematográficas em seu livro, mas sempre

como apoio para suas próprias investidas no processo de criação de conceitos.

Não há como não perceber uma inflexão deleuziana em sua maneira de conduzir seu pensamento. A referência é material de apropriação sobre o qual se projeta uma voz outra que nasce do encontro entre o autor e aquele que o cita. Cristian Borges produz rizomas ao compor uma fuga a três vozes. Ao aproximar as estéticas de Bresson, Resnais e Huillet-Straub, em contraponto surge uma fuga cujo desdobramento resulta no enunciado de uma taxionomia de imagens que não é uma mera reprodução do que Deleuze fez em seus dois livros sobre cinema. Entender Deleuze é saber que não se pode contentar em simplesmente ser deleuziano. Entender um pensador é adquirir a sensibilidade à potência de seu pensamento. E pensar é o que se faz por si mesmo quando o movimento dos conceitos se encaminha para uma singularidade. Cristian Borges atinge esse nível de elaboração quando percorre a estética dos três filmes e chega a enunciar então três tipos de imagens que Bresson, Resnais e Huillet-Straub consubstanciam com suas câmeras.

A imagem-*puzzle* de Bresson é aquela que demarca a sequência, ou o que o autor chama de “plaga”. Uma unidade de ação dentro da narrativa. Muitos diretores utilizam esse artifício, mas no caso específico de Bresson a imagem-*puzzle* tem um estatuto especial pelo fato de que sua linguagem privilegia planos-detulhe. *Um condenado à morte escapou* demonstra isso de forma muito eloquente. O universo de um prisioneiro numa cela é essencialmente vivido como afecção. O espaço é sempre fechado, delimitado, e a profusão de planos de médios a closes reforça esse sentido no plano

da linguagem cinematográfica de Bresson. A imagem-*puzzle* então se coloca e prepara a passagem de uma plaga a outra. No filme de Bresson isso acontece em relação a um número muito reduzido de plagas: existe a cela, o corredor, a escada que leva ao pátio e a janela da cela da qual se avista o pátio. Depois há o momento da fuga e se passa para mais duas plagas: o telhado e a saída do presídio. A única vez que Bresson abre para um plano geral é quando ele mostra o protagonista e seu colega de cela correndo livres depois da fuga concluída.

A imagem-mosaico é aquela que faz perceber a autorreferência da linguagem do filme. Os saltos inerentes à montagem enquanto processo de composição cinematográfica. Os interstícios que soldam o descontínuo numa síntese narrativa. Um filme assim elaborado se destaca pela presença de séries de imagens que se entrelaçam como na profusão de fragmentos que caracteriza *Meu tio da América*, de Resnais. A imagem-mosaico nasce da tensão entre o fragmento e o todo e, portanto, remete sempre a outras imagens. Ela instaura uma perspectiva de apreensão. Exige “uma certa distância”, como explica Cristian Borges.

Por último, mas não menos importante, está a mais abstrata de todas, a imagem-labirinto. Fundamental para se compreender a estética dos filmes da dupla Huillet-Straub. Como explica Cristian Borges, uma imagem-labirinto se redobra sobre si mesma. Ao contrário da imagem-mosaico, ela não convoca a outras imagens, mas abre para o que é incontável na construção do discurso fílmico. A imagem se expande e explode em todos os sentidos por solicitar a recepção ativa por parte do espectador assim como o engajamento do seu olhar. E nesse

movimento de expansão a imagem-labirinto traça caminhos para um olhar de deambulação, o que semioticamente pode se considerar sobre o eixo paradigmático da imagem. A tensão entre uma força centrípeta e outra centrífuga no arco da dinâmica da imagem. Uma imagem-labirinto sempre constrói uma fuga. Uma linha de força que se desdobra e capta o espectador no seu movimento quase imperceptível. Os dedos de um pianista que interpreta uma obra de Bach e que correm sobre o teclado do instrumento enquanto o enquadramento é fixo e se mantém pelo recorte que o corpo do músico e seu ins-

trumento constroem na imagem. É só após percorrer os caminhos que essa imagem propõe, um movimento mínimo também, uma aproximação da câmera, que percebemos o quanto a imagem conseguiu capturar nosso olhar, mas também ao mesmo tempo mostra o quanto é necessário que ele fuja.

Enfim, em tempos de claustrofobia e saudades pandêmicas das salas de cinema, um livro sobre a arte das imagens que se movem e que fazem cantar as musas libertárias. O cinema como deserção das potências fixas desse mundo. Uma busca sem fim porque sem começo. Uma fuga em nome do possível.

**A *revistausp* RECOMENDA
A SEUS COLABORADORES QUE
ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO
COM AS NORMAS ABAIXO:**

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensina e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter *resumo/abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e *palavras-chave/keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a ***revistausp*** não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da ***revistausp*** a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em suas áreas. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta fazer um depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130010-5) em nome da Edusp - Editora da USP, CNPJ 63.025.530/0072-06, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

www.usp.br/revistausp
revisusp@usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **revistausp**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	65 20 Anos de Redemocratização	87 Música Brasileira	98 Memória	109 Democracia na América Latina	121 Artes & Letras
7 Tecnologias	66 Ano Internacional da Física	88 Humor na Mídia	99 Futebol	110 Ética e Sociedade	122 Feminismos
33 Aids	72 Ar/Fogo	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	100 Educação	111 Música Popular Brasileira na USP	123 Histórias Culturais Transatlânticas
39 Rumos da Universidade	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	90 Marketing Político	101 Justiça Brasileira	112 Americanistas	124 Inteligência Artificial
47 Alternativas para o Século XXI	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	91 Catástrofes	102 Metrópoles	113 Amazônia Azul	125 Saramago
50 Revista Cinquenta	78 Gestão e Política na Universidade Pública	92 Redes Sociais	103 Clima	114 Interculturalidades	126 Semiótica e Cultura
51 Saúde	80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	93 Caminhos do Desenvolvimento	104 Energia Elétrica	115 Politicamente Correto	127 Ensino Público
54 Os Sertões: Cem Anos	83 Nabuco e a República	94 Semana de Arte Moderna	105 Universidade em Movimento	116 Pós-Verdade e Jornalismo	
55 Revolução Virtual	84 Vinte Anos da Queda do Muro	95 Desafios do Pré-sal	106 Crise Hídrica	117 Copas do Mundo	
62 Cosmologia	85 Balanço da Crise Mundial	96 Alcoolismo	107 Saúde Urbana	119 Direitos Humanos	
64 Brasil Rural	86 Cibercultura	97 Computação em Nuvem	108 Jogos Olímpicos	120 Religião e Modernidade	

Já está programado o próximo volume: nº 129 – Segurança Pública

Você pode acessar todas as edições da **revistausp** no Portal de Revistas da USP:
www.revistas.usp.br/revusp/